



FLS. Nº 03
Rubrica _____

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO

Memo Interno Em 04/11/2025.

SOLICITAÇÃO

A Sr^a

Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Senhora Secretária,

O presente credenciamento tem por objeto a habilitação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA.

O credenciamento tem por finalidade assegurar o abastecimento regular, contínuo e eficiente dos veículos e equipamentos utilizados pelas diversas Secretarias Municipais, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais, bem como a adequada prestação dos serviços públicos essenciais à população.

A disponibilidade permanente de combustíveis é indispensável para a manutenção das ações institucionais, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, assistência social e demais serviços públicos, evitando paralisações, prejuízos operacionais e comprometimento do atendimento à coletividade. Dessa forma, o credenciamento de empresas especializadas contribui para a eficiência, economicidade, segurança e continuidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

Segue em anexo a planilha com as especificações detalhadas dos produtos a serem fornecidos, bem como as condições estabelecidas para o credenciamento.

Certos de sua atenção, aguardamos a confirmação e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Chefe de Gabinete



15. Nº 04
Tubrica _____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANILHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUNAT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	%		
DIESEL S10	litro	3.600	43200	%		
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	%		

SECRETARIA EDUCAÇÃO						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	%		
DIESEL S10	litro	10500	126000	%		
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	%		

SECRETARIA DE SAÚDE						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	%		
DIESEL S10	litro	3.800	45600	%		

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	%		

TIPO/COMBUSTÍVE L	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVE L ANO TOTAL	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
----------------------	---------	--------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------	-------------	-------------------------



FLS. Nº 05
Rubrica _____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	%		
ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	%		
ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	%		
ESTIMATIVA-TOTAL						



RES. Nº 06
Rubrica

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

DESPACHO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO/PMDB

Em decorrência da solicitação do Chefe de Gabinete, autorizo a abertura de processo administrativo com a finalidade de promover o credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA, para atendimento das necessidades do exercício de 2025.

O credenciamento de empresas especializadas mostra-se indispensável para assegurar o abastecimento regular, contínuo e seguro dos veículos e equipamentos utilizados pelas Secretarias Municipais, garantindo a eficiência das atividades administrativas e operacionais, bem como a adequada prestação dos serviços públicos essenciais à população. A disponibilidade permanente de combustíveis é fator determinante para evitar paralisações, assegurar a mobilidade da frota e promover a racionalização dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que o credenciamento contribui para o fortalecimento da gestão pública, promovendo maior flexibilidade operacional, economicidade, transparência e eficiência no uso dos recursos, além de assegurar o cumprimento das normas técnicas, legais e administrativas aplicáveis à Administração Pública.

Por meio deste, encaminha-se o presente aviso para ciência das demais Secretarias Municipais, a fim de que, havendo interesse, manifestem formalmente sua participação no referido processo, contribuindo para a padronização do abastecimento e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Duque Bacelar (MA), 05 de novembro de 2025

Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças



ALB Nº 02
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Gabriela de Almeida Furtado

CPF: 056.754.243-26

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A futura e eventual realização de **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis**, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA, é necessária para garantir a continuidade, a eficiência e a regularidade das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública Municipal, assegurando o atendimento às demandas dos serviços públicos essenciais.

A disponibilização contínua e segura de combustíveis contribui para a mobilidade permanente da frota municipal, a redução de riscos de paralisação dos serviços, a racionalização dos custos operacionais e o uso eficiente, econômico e responsável dos recursos públicos, fortalecendo o atendimento à população e a execução das políticas públicas municipais.

2. PROPOSTA PRELIMINAR DE SOLUÇÃO

Considerando o objeto referente ao credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas de interesse da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA, a solução indicada consiste na adoção do procedimento de credenciamento, em conformidade com as normas técnicas, legais e administrativas aplicáveis à Administração Pública, assegurando padrões adequados de regularidade, qualidade, segurança, eficiência e continuidade no abastecimento das unidades e serviços municipais..

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 TIPO DE OBJETO

☒ Bens de consumo

☐ Bens permanentes

☐ Serviço Comum

☐ Obras e Serviços de Engenharia

☐ Outros: _____

3.2 NATUREZA DO FORNECIMENTO

NATUREZA DO FORNECIMENTO	☒ Continuada.	☐ Com monopólio.
	☐ Não continuada.	☒ Sem monopólio.



08

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.3 VIGÊNCIA DO FORNECIMENTO

A contratação visa Atender um período de 12 (Doze) meses.

3.4 PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?

☒ Sim.

☐ Não.

☐ Não se aplica porque o prazo é indeterminado.

3.5 PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE E DESEMPENHO

O fornecimento de combustíveis deverá atender integralmente aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes e às especificações técnicas definidas no Termo de Referência. A execução do fornecimento deverá assegurar a procedência e a qualidade dos combustíveis disponibilizados, garantindo o abastecimento regular, seguro e eficiente da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA, em conformidade com as normas técnicas, ambientais e a legislação vigente.

4. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO NECESSÁRIO

4.1 MÉTODO DE ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

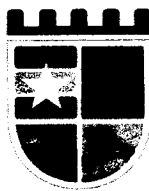
O quantitativo foi estimado com base nas demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais, considerando o histórico de consumo de combustíveis da frota de veículos e máquinas, os atendimentos realizados em exercícios anteriores, o planejamento anual das atividades administrativas e operacionais e a previsão de ampliação ou intensificação dos serviços públicos que demandam deslocamento contínuo. Para essa estimativa, foram utilizados levantamentos internos, dados estatísticos de consumo e referências de preços praticados no mercado local e regional, conforme especificado no Termo de Referência em anexo.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA.

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Duque Bacelar (MA), 07 de novembro 2025

Chefe de Gabinete

R. Nº 09
Subsíd

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUNAT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	%		
DIESEL S10	litro	3.600	43200	%		
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	%		

SECRETARIA EDUCAÇÃO						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	%		
DIESEL S10	litro	10500	126000	%		
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	%		

SECRETARIA DE SAÚDE						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	%		
DIESEL S10	litro	3.800	45600	%		

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL						
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSA L	QUANT TOT	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	%		

TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVE L ANO TOTAL	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	%		
ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	%		
ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	%		
ESTIMATIVA-TOTAL						



ASS. Nº 10
Data 10/11/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fica **AUTORIZADO** a equipe de planejamento a dar início aos trabalhos de estudo e planejamento, com vistas evidenciar o problema a ser resolvido e identificar a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, respeitando-se os critérios mínimos estabelecidos no § 1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, conforme quadro resumo abaixo:

UNIDADE AUTORIZADA	
NOME	Secretária Municipal de Administração e Finanças
CNPJ	06.314.439/0001-75

NECESSIDADE OBJETO DO ESTUDO

A futura e eventual realização de **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis**, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA, é fundamental para garantir a regularidade, a agilidade e a eficiência no desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais do Município. O credenciamento de empresas qualificadas assegura que o fornecimento atenda aos padrões técnicos e legais exigidos, contribuindo para o adequado funcionamento dos serviços públicos e para a melhoria do atendimento à população.

Além disso, o credenciamento possibilita maior eficiência no atendimento das demandas das Secretarias Municipais, garantindo a disponibilidade contínua de combustíveis, a redução de riscos de paralisação da frota e a racionalização dos custos operacionais. O abastecimento regular e seguro promove maior produtividade, mobilidade e segurança na execução das atividades institucionais, especialmente nas áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

O credenciamento de empresas especializadas também é relevante para assegurar o cumprimento das exigências legais, técnicas e operacionais, promovendo a execução do fornecimento em conformidade com as normas administrativas, ambientais e de segurança estabelecidas pela Administração Pública Municipal.

Dessa forma, o credenciamento de empresas para o fornecimento de combustíveis mostra-se essencial para assegurar o pleno funcionamento das Secretarias Municipais, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e eficiência na prestação dos serviços públicos à população de Duque Bacelar – MA.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Alexandro Furtado da Costa

Duque Bacelar - MA, 07 de novembro de 2025

Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



11



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 06.314.439/0001-75



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Alexandro Furtado da Costa



Problema Resumido

A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar enfrenta dificuldades na obtenção e regularidade do fornecimento de combustíveis essenciais para a manutenção das atividades administrativas e operacionais.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar identifica a necessidade de credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento de sua frota de veículos e máquinas. A demanda surge da essencialidade dos serviços públicos prestados pela municipalidade, que dependem diretamente do funcionamento contínuo e eficiente desses veículos e máquinas.

Atualmente, a falta de um fornecedor qualificado pode resultar em interrupções no transporte de pessoas e materiais, comprometendo atividades fundamentais como a coleta de lixo, o transporte escolar e a realização de obras públicas. Essas interrupções podem acarretar em prejuízos para a população, afetando a qualidade de vida e a eficácia dos serviços oferecidos pelo município.

A medida proposta também tem como objetivo proporcionar segurança na logística de abastecimento, garantindo que os veículos e máquinas não fiquem paralisados por falta de combustível. Além disso, a escolha de prestadores de serviços especializados permitirá uma gestão mais eficiente e otimizada dos recursos financeiros destinados ao abastecimento, podendo resultar em economia e melhor utilização dos recursos públicos.



O credenciamento de empresas é uma estratégia alinhada ao interesse público, pois busca garantir a transparência e a competitividade nas contratações, assegurando que a escolha de fornecedores se dê com base em critérios técnicos e qualitativos. O atendimento a essa necessidade está, portanto, intrinsecamente ligado à eficiência da administração pública e à promoção do bem-estar da população de Duque Bacelar.

Diante desse contexto, a contratação de um serviço especializado para o fornecimento de combustíveis se apresenta como uma resposta necessária e urgente, visando assegurar a continuidade das operações essenciais do município, respeitando os princípios da economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A seguir, são apresentados os requisitos para a contratação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA. Os requisitos foram elaborados com base nas necessidades identificadas e visam garantir a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo a qualidade do serviço prestado.

Requisitos para o credenciamento:

1. A empresa deve apresentar comprovação de registro e regularidade junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
2. A empresa deve possuir autorização para revenda de combustíveis, conforme normativas vigentes, demonstrando conformidade legal.
3. A oferta dos combustíveis deve incluir gasolina, diesel S10 e etanol, com volumes mínimos trimestrais a serem especificados pela Prefeitura.
4. Os combustíveis devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, incluindo especificações técnicas que verifiquem a ausência de contaminantes.
5. A empresa deve apresentar garantia de entrega em até 24 horas após a solicitação formal da Prefeitura, assegurando o abastecimento contínuo da frota.
6. A empresa deve fornecer notas fiscais eletrônicas referentes às entregas, detalhando tipo de combustível, quantidade e valores, em conformidade com as normas fiscais.
7. Deve haver um sistema de rastreamento/logística que permita à Prefeitura acompanhar as entregas e o consumo em tempo real.
8. A empresa deve comprovar experiência mínima de 3 anos na atividade de fornecimento de combustíveis, por meio de atestados de capacidade técnica.
9. É necessário apresentar um plano de emergência para casos de vazamentos ou acidentes durante o transporte e armazenamento dos combustíveis.
10. O fornecedor deve garantir condições de pagamento flexíveis e competitivas, prevendo alternativas como antecipação de despesas mediante descontos.



Esses requisitos têm como objetivo assegurar que a contratação atende plenamente às necessidades da Prefeitura Municipal, mantendo a competitividade entre os fornecedores e garantindo a qualidade dos combustíveis fornecidos.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções disponíveis para a contratação pública da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

1. Credenciamento

- Vantagens:

- a) Facilita a participação de diversas empresas, aumentando a concorrência e potencialmente reduzindo custos.
- b) Permite a flexibilidade na escolha dos prestadores de serviços durante o período contratual, podendo ser selecionados conforme demanda e qualidade.
- c) Pode atender a diferentes necessidades em um único processo, como a possibilidade de se contratar vários serviços com um único credenciamento.

- Desvantagens:

- a) A complexidade do processo de habilitação pode desincentivar pequenas empresas a participar.
- b) O controle de qualidade sobre os prestadores pode ser mais difícil, exigindo um acompanhamento contínuo por parte da administração pública.
- c) Prazos de execução podem variar amplamente, dificultando o planejamento das atividades.

2. Licitação (Pregão)

- Vantagens:

- a) Processo transparência e competitivo, que tende a resultar em preços mais baixos devido à oferta de propostas.
- b) Tempo de implementação geralmente menor, uma vez que as propostas são analisadas rapidamente.
- c) Facilidade de comparação entre propostas, permitindo a escolha pela melhor qualidade/preço.

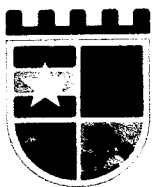
- Desvantagens:

- a) Limitação do número de fornecedores participantes, já que nem todos estão preparados para competir em pregões.
- b) Menor flexibilidade após a adesão do contrato, dificultando mudanças nas necessidades durante a vigência.
- c) Dependência de prazos rígidos, podendo impactar a agilidade na contratação.

3. Contratação Direta

- Vantagens:

- a) Agilidade na contratação, dispensando longos processos licitatórios.
- b) Maior controle administrativo sobre o serviço contratado, facilitando ajustes conforme necessário.



c) Possibilidade de negociação direta com o fornecedor, potencialmente resultando em melhores condições comerciais.

- Desvantagens:

- a) Risco de menos transparência e competição, resultando em custos possivelmente mais altos.
- b) Menor possibilidade de diversificação das soluções, limitando as opções disponíveis.
- c) Necessidade de justificativa detalhada para a não realização de licitação, o que pode gerar risco jurídico.

4. Parceria Público-Privada (PPP)

- Vantagens:

- a) Permite projetos de longa duração e investimentos significativos por parte da iniciativa privada.
- b) Compartilhamento de riscos financeiros entre os setores público e privado.
- c) Potencial para inovar nas soluções entregues à população, promovendo a eficiência e a qualidade.

- Desvantagens:

- a) Complexidade nas negociações e estruturação do contrato, demandando tempo e conhecimento técnico.
- b) Possíveis dificuldades de alinhamento de interesses, podendo gerar conflitos durante a execução.
- c) Custo elevado na fase de estruturação e due diligence, podendo inviabilizar para certas áreas.

5. Formação de Consórcios

- Vantagens:

- a) Permite a união de várias entidades para compartilhar recursos e soluções.
- b) Favorece a abrangência do atendimento, cobrindo uma área maior com serviços mais especializados.
- c) Possibilidade de troca de experiências e boas práticas entre os membros do consórcio.

- Desvantagens:

- a) Processos decisórios podem ser mais lentos, dado o envolvimento de múltiplas partes.
- b) Dificuldade na gestão conjunta, o que pode levar a ineficiências operacionais.
- c) Competição interna entre os consorciados pode prejudicar o bom desempenho coletivo.

Análise comparativa:

- Credenciamento: Ideal para diversificação e flexibilidade, mas requer acompanhamento rigoroso e pode desencorajar a participação de pequenas empresas.
- Licitação (Pregão): Transparente e eficiente, mas limita a participação e pode ter dificuldades com prazos rígidos.
- Contratação Direta: Ágil e controlável, porém pode incorrer em menos transparência e maior custo.
- Parceria Público-Privada (PPP): Grande potencial para inovação e compartilhamento de risco, mas complexo e custoso para implementação.
- Formação de Consórcios: Amplia soluções e capacidades, mas pode gerar lentidão nos processos decisórios e desafios na gestão.

A escolha da solução deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa das necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar e dos objetivos de contratação, considerando os trade-offs entre custo, qualidade e agilidade.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

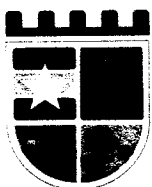
A escolha do credenciamento como solução para as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura Municipal de Duque Bacelar na obtenção e regularidade do fornecimento de combustíveis essenciais pode ser justificada por diversas razões técnicas e operacionais, além dos aspectos econômicos que favorecem a opção.

No que diz respeito aos aspectos técnicos, o credenciamento permite à Prefeitura contar com uma rede diversificada de fornecedores qualificados, garantindo desempenho consistente no fornecimento de combustíveis. A implementação desse modelo é facilitada por sua flexibilidade, permitindo que a administração municipal ajuste rapidamente suas necessidades conforme a demanda. O credenciamento ainda possibilita uma compatibilidade maior com normas e padrões de qualidade exigidos para o fornecimento de combustíveis, assegurando que os produtos atendam às especificações necessárias para o funcionamento adequado das frotas e maquinários públicos.

Em termos operacionais, a solução de credenciamento apresenta benefícios significativos. Primeiramente, a manutenção do relacionamento com os fornecedores é otimizada, assegurando um suporte contínuo em caso de necessidades específicas ou emergências relacionadas ao abastecimento. Além disso, a escalabilidade da solução é um ponto positivo, pois a Prefeitura poderá facilmente incluir novos prestadores de serviços à medida que novas demandas surgirem ou quando for necessário diversificar as fontes de abastecimento. Isso garante que a administração pública tenha acesso a um estoque sempre atualizado e disponível, minimizando riscos de desabastecimento.

Sob a perspectiva econômica, o credenciamento oferece uma vantagem notável em relação ao custo-benefício. Ao permitir uma concorrência saudável entre os fornecedores, a Prefeitura pode negociar melhores preços e condições de pagamento, resultando em economia significativa. A eficiência operacional promovida pelo credenciamento leva a um retorno favorável sobre o investimento, dado que a continuidade das atividades administrativas e operacionais depende diretamente de um suprimento regular e confiável de combustíveis. Essa estabilidade contrabalança eventuais custos associados ao processo de credenciamento, tornando-o uma opção viável e prudente para a gestão pública.

Além disso, a estratégia de credenciamento se mostra adequada ao interesse público, visto que promove a transparência e a competitividade no fornecimento de combustíveis, refletindo um comprometimento da administração municipal com a responsabilidade fiscal e a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população. Em resumo, a escolha do credenciamento se fundamenta em uma combinação de fatores técnicos, operacionais e econômicos que entregam não apenas uma solução eficaz para a problemática apresentada, mas também uma abordagem sustentável e de longo prazo para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	8888 - GASOLINA COMUM	LITRO	183.000,0 0	R\$ 6,00	R\$ 1.098.000 ,00
Lote 02					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
2	8888 - ÓLEO DIESEL S10	LITRO	214.800,0 0	R\$ 6,50	R\$ 1.396.200 ,00
Lote 03					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
3	8888 - ÓLEO DIESEL COMUM	LITRO	248.400,0 0	R\$ 6,10	R\$ 1.515.240 ,00
Valor Total				R\$ 4.009.440,00	



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada, pois a natureza do serviço de fornecimento de combustíveis demanda uma relação contínua e integrada entre o fornecedor e a administração pública. O segmento operacional da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, que inclui a manutenção de atividades administrativas e operacionais, exige regularidade e confiabilidade no fornecimento. O parcelamento poderia criar lacunas no atendimento às demandas urgentes, prejudicando a eficiência das operações públicas e comprometendo a continuidade dos serviços essenciais.

Além disso, a padronização do contrato em um único processo de credenciamento possibilita melhores condições para a negociação com fornecedores, garantindo um padrão de qualidade uniforme e condições comerciais mais favoráveis, o que não seria viável se a contratação fosse parcelada em várias etapas ou contratos distintos. A unificação da contratação também simplifica a gestão administrativa e facilita o acompanhamento das obrigações contratuais, evitando descompassos que poderiam afetar o fluxo de trabalho da Prefeitura.

Por fim, ao optar pela contratação não parcelada, a Prefeitura está priorizando o interesse público, assegurando que os recursos sejam alocados de forma eficiente e eficaz na operacionalização das atividades administrativas. Essa abordagem reduz o risco de interrupções nos serviços devido à má coordenação entre contratos diferentes e favorece um planejamento mais eficaz, contribuindo assim para um atendimento de qualidade à população.



A contratação para o fornecimento de combustíveis essenciais à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar não será parcelada, uma vez que a natureza do serviço e as exigências relacionadas à continuidade das atividades administrativas e operacionais reforçam a necessidade de um fornecimento integrado. Considerando que o fornecimento de combustíveis deve ocorrer de forma contínua e em volumes que atendam à demanda regular da frota pública, a fragmentação desse processo poderia resultar em desabastecimento temporário, impactando diretamente o funcionamento de serviços essenciais e operações diárias.

Além disso, o credenciamento como forma de contratação já é uma solução que visa garantir a agilidade e a regularidade no atendimento. O parcelamento poderia gerar desafios logísticos e contratuais, uma vez que diferentes fornecedores poderiam ter prazos, condições e padrões de fornecimento variados, aumentando a complexidade da gestão contratual e potencialmente comprometendo a eficiência na entrega dos combustíveis necessários. Assim, o não parcelamento assegura um controle mais eficaz e uma resposta rápida às demandas emergenciais.

Portanto, ao optar pela contratação não parcelada, a Prefeitura poderá manter uma relação estável e direta com o fornecedor credenciado, garantindo a eficiência no abastecimento e atendendo ao interesse público de maneira mais efetiva. Essa abordagem minimiza riscos de interrupções nos serviços essenciais e contribui para um melhor planejamento e execução das atividades da administração municipal.

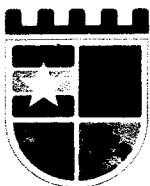


RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis para a Prefeitura Municipal de Duque Bacelar visa resolver a falta de regularidade no abastecimento da frota de veículos e máquinas essenciais. Com essa solução, espera-se alcançar uma significativa economicidade, pois o credenciamento permite que a prefeitura negocie melhores preços com múltiplos fornecedores. Ao fomentar a concorrência entre empresas do setor, a administração poderá obter combustíveis a valores mais baixos, gerando uma redução nos gastos públicos.

Além disso, essa estratégia maximiza o custo-benefício, pois a flexibilidade de escolha entre diferentes fornecedores favorece a negociação não só dos preços, mas também das condições de pagamento e entrega, garantindo um abastecimento contínuo e eficiente. A regularidade no fornecimento evita paradas operacionais que podem gerar custos adicionais, como locação de veículos ou atrasos em serviços essenciais, contribuindo assim para uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis.

O aproveitamento dos recursos humanos será otimizado, pois a equipe responsável pela gestão do abastecimento terá a sua carga de trabalho simplificada. Com fornecedores confiáveis e um sistema de credenciamento estabelecido, será possível reduzir o tempo gasto em coordenação, monitoramento e resolução de problemas relacionados ao abastecimento. Isso permitirá que os servidores municipais foquem em outras áreas críticas, aumentando a eficiência administrativa.



Os recursos materiais também serão utilizados de forma mais eficaz. A centralização do abastecimento por meio de contratos com empresas credenciadas possibilitará um controle maior sobre o consumo, evitando desperdícios e permitindo uma melhor gestão do estoque de combustíveis. Assim, a Prefeitura Municipal de Duque Bacelar pode não apenas garantir a continuidade das suas atividades, mas também administrar seus recursos de maneira mais consciente e responsável.

Em resumo, o credenciamento de empresas para o fornecimento de combustíveis essencialmente proporcionará uma redução de custos diretos e indiretos, assegurará maior regularidade no abastecimento e promoverá o uso eficiente dos recursos humanos e materiais, resultando em uma gestão mais eficaz para a administração pública.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Diante das dificuldades enfrentadas pela Prefeitura Municipal de Duque Bacelar na obtenção e regularidade do fornecimento de combustíveis essenciais, é primordial a adoção de providências que garantam a eficácia do credenciamento de empresas especializadas para este fim.

Em primeiro lugar, deve ser realizada uma análise abrangente da demanda específica por combustíveis, considerando aspectos como o número de veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, bem como suas características operacionais. Essa análise permitirá definir volumes adequados de combustível a serem contratados, evitando desperdícios e assegurando o abastecimento contínuo.

Ademais, é importante estabelecer critérios de avaliação e seleção das empresas que participarão do credenciamento. Para isso, recomenda-se a criação de um comitê técnico responsável pela elaboração dos critérios, que poderá incluir a análise da capacidade operacional, experiência prévia no fornecimento a órgãos públicos e qualidade dos combustíveis oferecidos. Esse comitê deve contar com representantes da área de logística, finanças e, se possível, de um especialista em combustíveis.

Outra providência essencial é a implementação de um sistema de monitoramento e controle do fornecimento de combustíveis. Este sistema deve registrar entradas e saídas de combustíveis, além de permitir a rastreabilidade do fornecedor até a entrega final. Para tanto, a Prefeitura deve avaliar a necessidade de adquirir ou adaptar um software de gestão para complementar o acompanhamento das operações de abastecimento.

Ainda, para garantir a correta fiscalização e gestão do contrato resultante do credenciamento, é fundamental capacitar servidores da área de logística e transporte. A capacitação deve focar em técnicas de fiscalização de contratos de fornecimento, aspectos relacionados à qualidade dos combustíveis e procedimentos de recebimento e armazenamento. Essa ação é necessária devido à especificidade do objeto a ser contratado e à necessidade de evitar prejuízos decorrentes de falhas na fiscalização.



Por fim, recomenda-se a formalização de parcerias com outras prefeituras ou órgãos públicos que lidem com situações semelhantes, visando o compartilhamento de conhecimento e boas práticas na contratação do fornecimento de combustíveis. Esta rede colaborativa pode contribuir para a eficiência do processo licitatório e das soluções adotadas.

Essas providências visam assegurar não apenas o cumprimento da demanda por combustíveis, mas também a otimização dos recursos públicos, respeitando os princípios de economicidade, eficiência e eficácia preconizados pelo TCU.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução da falta de fornecimento de combustíveis na Prefeitura Municipal de Duque Bacelar revela que, neste caso específico, não há necessidade de aquisições adicionais antes da implementação da solução escolhida. Essa decisão se baseia no fato de que a solução proposta é focada unicamente na regularização do fornecimento de combustíveis, sem exigir apoio técnico ou operacional que dependa de outras contratações.

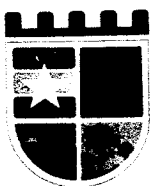
Eventuais necessidades de manutenção ou adequações prediais poderão ser tratadas no decorrer da execução das atividades administrativas e operacionais. No entanto, essas ações não são consideradas pré-requisitos para a contratação do fornecimento de combustíveis em si. Assim, a viabilidade do abastecimento não está atrelada a reformas físicas ou outros serviços que possam acompanhar a entrega do combustível.

Portanto, não há contratações correlatas que devam ser realizadas previamente à solução escolhida. A entrega dos combustíveis essenciais pode ocorrer independentemente de outras contratações, o que simplifica o processo logístico e atende diretamente à demanda existente da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.

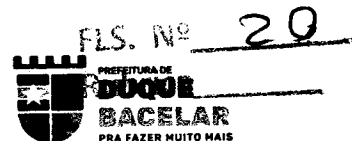


IMPACTOS AMBIENTAIS

A análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à dificuldade de obtenção e regularidade no fornecimento de combustíveis pela Prefeitura Municipal de Duque Bacelar deve considerar aspectos como a emissão de poluentes, o consumo excessivo de recursos naturais e a gestão inadequada de resíduos. Um dos principais impactos ambientalmente relevantes é a emissão de gases poluentes provenientes da queima de combustíveis fósseis, que contribui para a deterioração da qualidade do ar e afeta a saúde pública.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Medidas mitigadoras para esses impactos incluem a adoção de alternativas de fornecimento, como a utilização de biocombustíveis ou energia renovável (solar, eólica) sempre que possível. A implementação de sistemas de eficiência energética, como a modernização das frotas de veículos para aqueles com menor consumo de combustível e emissão de poluentes, também pode reduzir significativamente a pegada ambiental.

Outro impacto relevante é a geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens e sobras de combustíveis. Para minimizar esse impacto, é essencial adotar práticas de logística reversa, onde embalagens e materiais utilizados no processo de fornecimento sejam adequadamente retornados ao ciclo produtivo, promovendo a reciclagem e evitando o desperdício. Isso implica na negociação com fornecedores para que adotem embalagens sustentáveis e implementem programas de retorno desses materiais.

Além disso, é importante promover ações de conscientização sobre o uso responsável de combustíveis entre os servidores públicos e parceiros, incentivando a elaboração de um plano de mobilidade que priorize modos de transporte menos poluentes e a redução de viagens desnecessárias. Dessa forma, a Prefeitura pode almejar não apenas uma eficiência operacional em suas atividades administrativas e operacionais, mas também um compromisso efetivo com a sustentabilidade ambiental, resultando em um bem-estar geral para a comunidade local.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Duque Bacelar - MA, 12 de novembro de 2026

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete

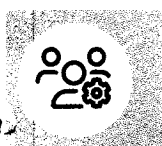


PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 06.314.439/0001-75



Equipe de Planejamento

Alexandro Furtado da Costa



Objeto Detalhado

Credenciamento

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	8
Muito Alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias	10



FLS. Nº 22
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

indicam claramente essa possibilidade

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

IMPACTO	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

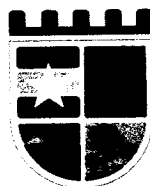
MATRIZ DE RISCO

IMPACTO	MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
	ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
	MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
	BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
PROBABILIDADE						

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Risco de Descumprimento Reiterado das Obrigações Contratuais pelos Fornecedores

Etapas	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Alto	Média
Dano		



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prestação de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o pactuado, prejudicando a entrega à população e gerando necessidade de intervenções administrativas.

Ações Preventivas

Responsável

Estabelecer mecanismos rigorosos de monitoramento e avaliação periódica do desempenho dos fornecedores.

Incluir previsão de penalidades claras e progressivas no contrato para descumprimento.

Ações de Contingência

Responsável

Suspender temporariamente ou descredenciar fornecedores inadimplentes.

Acionar fornecedores suplentes ou manter banco de credenciados de reserva.

Risco Médio - Risco de Conflito de Interesses dos Fornecedores Credenciados

Etapa	Impacto	Probabilidade
Seleção do Fornecedor	Alto	Baixa
Dano		
Fornecedores escolhidos podem possuir vínculos incompatíveis com integrantes da administração, influenciando decisões ou gerando questionamentos de terceiros sobre a lisura do certame.		

Ações Preventivas

Responsável

Exigir declaração de ausência de conflito de interesses no momento do credenciamento.

Realizar consultas aos cadastros públicos e cruzamento de informações sobre vínculos societários e funcionais.

Ações de Contingência

Responsável

Descredenciar imediatamente fornecedores constatados em situação de conflito.

Tornar nulos atos praticados em desacordo com legislação sobre impedimentos e nepotismo.

Risco Médio - Risco de Atraso na Disponibilização dos Serviços ou Produtos pelos Fornecedores

Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Médio	Média

Dano

Os fornecedores credenciados podem não cumprir os prazos assumidos, prejudicando a programação da administração e afetando o atendimento ao público-alvo.

Ações Preventivas

Responsável

Estabelecer cronogramas detalhados e penalidades para atrasos nos contratos de credenciamento.

Monitorar o cumprimento de prazos e antecipar possíveis gargalos de fornecimento.

Ações de Contingência

Responsável

Aplicar as penalidades previstas contratualmente.

Acionar outros fornecedores credenciados para suprir a demanda afetada.

ETP nº 5046/2026 - Credenciamento

Duque Bacelar - MA, 12 de Janeiro de 2025



MS. Nº 24
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete



RES. Nº 25
Rubrica

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO

Duque Bacelar/MA, 13 de novembro de 2025

Ao
Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/MA

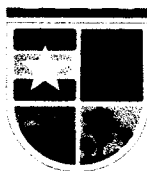
Prezada Senhora,

Venho por meio deste solicitar a pesquisa para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e maquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - Ma.

Atenciosamente,

Gabriela de Almeida Furtado

Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 26
Rubrica _____

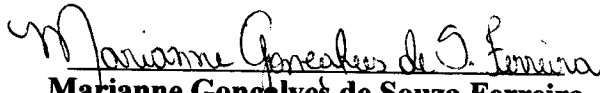
Ao
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

Nesta

DESPACHO

Em resposta à solicitação da Secretária Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, para realização de pesquisas de preços, visando à Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - Ma. Encaminho pesquisas de preços, realizada em banco de preços (licitar digital), com preços homologados, conforme segue em anexo.

Duque Bacelar - MA, 17 de novembro de 2025


Marianne Gonçalves de Souza Ferreira
Chefe do Setor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

AL. Nº 27
Aubrite

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO-PMDB

Duque Bacelar - MA, 18 de novembro de 2025.

Ao
Setor de Contábil
Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA.

Venho por meio deste solicitar informação sobre a existência de Dotação Orçamentária para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma.

Conforme solicitação constante dos autos do processo administrativo nº 218.2025.

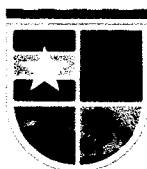
Após, retornem à secretaria,

Atenciosamente,

Gabriela de Almeida Furtado

Gabriela de Almeida Furtado

Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

28

DESPACHO SETOR CONTABIL

Sr. Secretário,

Segue abaixo dotação orçamentária para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e maquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma.

020201 GABINETE DO PREFEITO

04 122 0003 2141 0000 MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO DO GAB. DO(a) PREFEITO(a)

04.124.0004.2142.0000 MANUT. e FUNC. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM;

04.121.0004.2021.0000 Planejamento, Acompanhamento das Ações do Governo;

02 02 03 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS;

04.122.0003.2017.0000 Manutenção e Funcinamento da Unidade Administrativa;

25.752.0016.2051.0000 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública

020213 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20 605 0010 2030 0000 Apoio e Manutenção de Ações p Fortalecimento Agric. Familiar;

20 605 0010 2031 0000 Atividade de Apoio a Produção e Comercialização da Piscicult;

20 605 0011 2032 0000 Atividade de Apoio aos Pequenos Criadores;

20 606 0010 2029 0000 Apoio e Manutenção para Implantação de Quintal Produtivo;

20 606 0010 2170 0000 Fortalecimento da Patrulha Agricola

020216 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PRESERV. DOS REC. NAT

18 122 0003 2132 0000 Manutenção das Atividades da Sec. de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais

02 02 05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER;

12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado;

12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE;

12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE;

12.361.0021.2069.0000 – Manutenção do PNTE/FNDE;

12.361.0021.2065.0000 – Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio;

02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Basica;

12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 30%;

020221 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10 122 0024 2146 0000 Manut. e Func. da sec. Municipal de Saúde;

02 02 04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.122.0024.2145.0000 - MANUT. e FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO SUS;

10.301.0024.2189.0000 - MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO da ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 305 0024 2085 0000 – Manutenção da Vigilancia em Saude;

10 301 0024 2135 0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saude – FMS

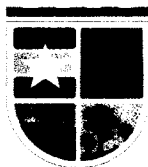
10 302 0024 2081 0000 – Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi;

02 02 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL;

08.244.0027.2148.0000 – Manut. e Funcionamento do FMAS.

08.243.0026.2147.000 – Manut e Fincionamento do Prog. Primeira Infância;

08.244.0025.2096.000 – Manut das atividades dos Serviços Proteção Social Básica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

29

08.244.0034.2103.0000 – Manutenção e Funcionamento do IGDBF;
08.244.0034.2104.0000 – Manutenção e Funcionamento do IGDSUAS;

Elemento de despesa:
3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

Duque Bacelar -Ma 19, de novembro de 2025



Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

REC. Nº 31
Data 12/11/2025

DESPACHO

Ao Sr.

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete

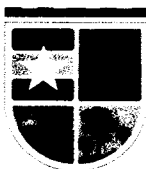
Solicitamos, por meio deste, a elaboração do Termo de Referência para a Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - Ma.

O Termo de Referência deverá especificar detalhadamente as condições, exigências técnicas, prazos, custos e requisitos necessários para a contratação de forma a garantir a adequação às necessidades das secretarias de Duque Bacelar.

A elaboração desse documento é essencial para a continuidade do processo licitatório, assegurando que a contratação atenda aos requisitos legais e seja conduzida de forma eficiente.

Duque Bacelar -MA, 20 de novembro de 2025

Gabriela de Almeida Furtado
Secretário Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

REC. Nº 32
RUBRICA

MEMO INTERNO

DESPACHO PARA ANALISE E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA-ETP

Ao Senhor,
Gabriela de Almeida Furtado
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

Nesta,

Nos termos da Lei no 14.133/2021, encaminho o Termo de Referência para análise e aprovação de que trate a Processo Administrativo nº 218.2025, e o encaminhe a este setor.

Duque Bacelar - MA, 26 de novembro de 2025

Alexandro Furtado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

Rev. Nº 33
Data: 20/01/2026

TERMO DE REFÊRENCIA

Credenciamento nº 001/2026

1. OBJETO

Encaminhamos relação para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme descrição detalhada abaixo:

2. MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

2.1 A Administração Pública tem a incumbência de prestar serviços de diversas naturezas distribuídos em seus diversos setores e secretarias para bem de atender a população do Município, tais serviços podem ser administrado de forma direta pelo município; por meio de uma empresa pública específica ou empresa de economia mista criada para desempenhar especificamente essa função. Podem ainda ser objeto de concessão ou terceirizados junto à iniciativa privada de forma global ou parcial, envolvendo um ou mais segmentos.

2.2 Sendo assim, a futura contratação e ou aquisição nos quantitativos conforme segue vem garantir a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

2.3 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea C da Lei 14.133, de 2021 e da INº 58 de agosto de 2022.

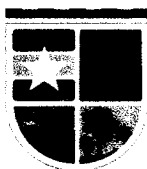
2.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

2.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.6 A escolha pelo credenciamento para o presente objeto se baseia no artigo 79º em seus incisos I e III da lei 14.133/21, bem como na necessidade de manter uma rede ampla e confiável de postos credenciados, possibilitando o abastecimento dos veículos sem que haja dependência exclusiva de um único fornecedor. A modalidade de credenciamento permite que diferentes empresas participem, garantindo ampla concorrência e transparência ao processo.

II. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	R\$ 5,73	R\$ 144.396,00
DIESEL S10	litro	3.600	43200	R\$ 6,03	R\$ 260.496,00
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	R\$ 5,93	R\$ 704.484,00
					R\$ 1.109.376,00
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro			R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro			R\$ 6,03	R\$ 759.780,00
DIESEL COMUM	litro			R\$ 5,93	R\$ 768.528,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

R\$ 1.631.448

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800		R\$ 5,73	R\$ 742.608,00
DIESEL S10	litro	3.800		R\$ 6,03	R\$ 274.968,00

R\$ 1.017.576,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro		10200	R\$ 5,73	R\$ 58.446,00

TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (MESES)
GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
ESTIMATIVA-TOTAL					R\$ 3.816.846,00

Observação: para formação dos valores estimados deste termo foi utilizada como base a o valor apurado na primeira semana de novembro e para que se mantenha o equilíbrio nos preços praticados, os valores serão atualizados conforme a média semanal da semana anterior apurada na capital do estado do Piauí, Teresina, por razões da proximidade do município de Duque Bacelar-Ma, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível – ANP.

Para o fornecimento do objeto a licitante credenciada deverá usar o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Paraná e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP.

III. ANEXOS DA PROPOSTA

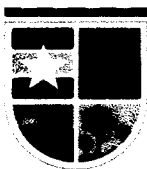
A empresa proponente deverá junto com sua proposta de preços apresentar:

> Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

5. DA ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1 O prazo de execução do objeto da presente licitação será de 12 Meses, podendo ser solicitado parceladamente de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

5.2 A licitante vencedora deverá disponibilizar a entrega do produto licitado 24 horas por dia em bomba de posto de abastecimento localizados nas proximidades da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar situada na Avenida Coronel Rosalino s/n, – Centro - Duque Bacelar/Ma, de modo que o deslocamento seja de no máximo 20 (vinte) Km. Especifique-se que tal deslocamento deverá ser medido



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

35

Por meio de hodômetro de veículo obedecendo ao trajeto normal de menor percurso, visando priorizar o princípio da economicidade e não onerar os valores dos produtos e a prestação dos serviços.

5.3 A atualização de preços será feita semanalmente utilizando a média da última semana apurada *na capital do Piauí, Teresina, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP* através do link: (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>), sendo repassada a Contratada planilha com o valor atualizado para a emissão de nota fiscal correspondente a litragem fornecida naquele período;

5.4 Os estabelecimentos credenciados somente disponibilizarão os combustíveis mediante requisição de compras emitida pela administração municipal de Duque Bacelar-MA as quais deverão acompanhar as notas fiscais.

6 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 Será utilizado o artigo 79, I e III da lei 14.133/21 como fundamento para o credenciamento, sendo que os fornecedores deverão atender os seguintes critérios para o fornecimento do objeto:

- a) Regularidade fiscal e trabalhista.
- b) Autorização de funcionamento junto à ANP;
- c) Infraestrutura adequada para o fornecimento do combustível 24h por dia e sete dias por semana (que será atestada in loco por servidor designado)
- d) **Deverá estar localizado à no máximo 20km de distância da sede da Prefeitura municipal, que está situada na Avenida Coronel Rosalino s/n – Centro – Duque Bacelar.**
- g) Capacidade de emissão de documentos fiscais compatíveis com as normas municipais.

CONTRATO

6.2.1 A vigência do contrato será de **12 meses**, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais.

6.2.2 O prazo de execução poderá ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 14.133/2021 até o limite máximo da vigência constante no item **6.2.1** deste termo.

7. EMISSÃO DE NOTA FISCAL:

7.1 A fatura deverá ser apresentada obrigatoriamente no Setor de Compras, com cópia da solicitação assinada

em anexo, nos seguintes endereços eletrônicos nota@manfrinopolis.pr.gov.br, compras@manfrinopolis.pr.gov.br com indicação da modalidade e número da licitação e Contrato de Fornecimento, e Nota Fiscal emitida em nome do: **Município de Duque Bacelar, CNPJ: 06.314.439/0001-75, ENDEREÇO: Avenida Coronel Rosalino, s/n, Centro, CEP: 65.525-000 - Duque Bacelar – MA**

7.2 Deverão acompanhar a nota fiscal certidão negativa do FGTS, certidão negativa de Débitos Trabalhistas e certidão negativa de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válidas para o período do pagamento.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI (14.133))

8.1. Cumpridas as obrigações contratuais e do edital de Credenciamento, o pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) conforme a entrega dos materiais com a devida apresentação da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.(nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

36

8.2 O Município pagará a empresa somente o valor devidamente contratado, sem custos adicionais; juros; multas ou qualquer outra despesa adicional.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de **regularidade fiscal**.

8.4 O pagamento das despesas decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária:

Dotações

020201 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0003.2141.0000 MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO DO GAB. DO(a) PREFEITO(a)

04.124.0004.2142.0000 MANUT. e FUNC. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM;

04.121.0004.2021.0000 Planejamento, Acompanhamento das Ações do Governo;

02.02.03 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS;

04.122.0003.2017.0000 Manutenção e Funcinamento da Unidade Administrativa;

25.752.0016.2051.0000 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública

020213 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.605.0010.2030.0000 Apoio e Manutenção de Ações p Fortalecimento Agric. Familiar;

20.605.0010.2031.0000 Atividade de Apoio a Produção e Comercialização da Piscicult;

20.605.0011.2032.0000 Atividade de Apoio aos Pequenos Criadores;

20.606.0010.2029.0000 Apoio e Manutenção para Implantação de Quintal Produtivo;

20.606.0010.2170.0000 Fortalecimento da Patrulha Agrícola

020216 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PRESERV. DOS REC. NAT

18.122.0003.2132.0000 Manutenção das Atividades da Sec. de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais

02.02.05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER;

12.361.0021.2066.0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado;

12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE;

12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE;

12.361.0021.2069.0000 – Manutenção do PNTE/FNDE;

12.361.0021.2065.0000 – Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio;

02.02.06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Básica;

12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 30%;

020221 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.122.0024.2146.0000 Manut. e Func. da sec. Municipal de Saúde;

02.02.04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.122.0024.2145.0000 - MANUT. e FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO SUS;

10.301.0024.2189.0000 - MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO da ATENÇÃO PRIMÁRIA

10.305.0024.2085.0000 – Manutenção da Vigilância em Saúde;

10.301.0024.2135.0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saúde – FMS

10.302.0024.2081.0000 – Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi;

02.02.08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL;

08.244.0027.2148.0000 – Manut. e Funcionamento do FMAS.

08.243.0026.2147.000 – Manut e Funcionamento do Prog. Primeira Infância;

08.244.0025.2096.000 – Manut das atividades dos Serviços Proteção Social Básica;

08.244.0034.2103.0000 – Manutenção e Funcionamento do IGDBF;

08.244.0034.2104.0000 – Manutenção e Funcionamento do IGDSUAS;

Elemento de despesa:

3.3.90.30.00 – Material de Consumo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

REC. Nº 32
2023

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, bem como pelo fiscal de contrato designado.

9.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 A ação ou omissão, total ou parcial por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estimuladas no CONTRATO, nem por quaisquer danos inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas.

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8 Cientificar o órgão de representação do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

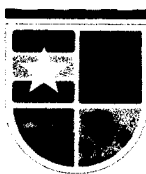
10.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias.

10.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

38

11.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art.

137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidão de regularidade relativa à Fazenda municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação que deu origem a este Termo;

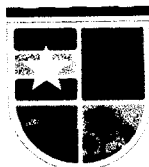
11.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

39

11.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de aperfeiçoamento do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12 Justificativa para o parcelamento ou não da solução

12.1 Opta-se pelo parcelamento em itens do objeto, uma vez que se trata de 3 itens com qualidades diferentes. Desta maneira evita-se a concentração de mercado.

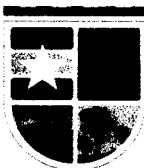
13 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

Duque Bacelar - MA 26 de novembro de 2025

Alexandro Fortado da Costa
Chefe de Gabinete
Portaria 08/2026

Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

210

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência, que tem por objeto, Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, e AUTORIZO a continuidade dos trâmites legais para realização do procedimento licitatório.

Duque Bacelar – MA, 27 de novembro de 2025

Gabriela de Almeida Furtado

Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 211
Autêntica

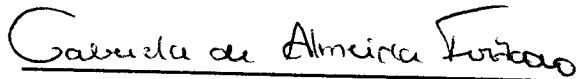
AUTORIZAÇÃO

A

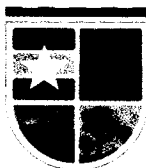
**Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Pregoeiro Municipal
Nesta Prefeitura Municipal**

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, encaminho os autos do processo administrativo nº 218.2025 até aqui realizados e AUTORIZO à abertura de processo licitatório na modalidade Credenciamento nº 01/2026, tendo por objeto **Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma**, sendo o ÓRGÃO GERENCIADOR a Secretaria Municipal de Administração, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à espécie.

Duque Bacelar - MA, 27 de novembro de 2025.



Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

RES. Nº 242
2025

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 218.2025, na modalidade Pregão Eletrônica, o Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, PORTARIA 01/2026.

Duque Bacelar - MA, em 27 de novembro de 2025.


Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação-PMDB
Portaria nº 01/2026



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA

CNPJ: 06.314.439/0001-75

PORTARIA N.º 01/2025

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE
DE CONTRATAÇÃO, DA EQUIPE DE APOIO
E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**FRANCISCO FLÁVIO LIMA FURTADO - PREFEITO MUNICIPAL DE DUQUE
BACELAR, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por
Lei e a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021,**

RESOLVE:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal n.º 14.133/2021, de 01/04/2021, e a edição do Decreto Municipal n.º 21 de 01 de setembro de 2023, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo especificados para executarem as atribuições descritas no Decreto Municipal n.º 21/2023.

DA NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Art. 2º Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como Agente de Contratação, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 o(s) seguinte(s) servidor(es):

Agente de Contratação:

a) Washington Carlos Ferreira dos Santos, Matrícula n.º 2562-1.

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Art. 3º Ficam nomeados para comporem a Equipe de Apoio nos termos da Lei n.º 14.133/2021 os seguintes servidores:

a) Raimundo Nonato Araújo Silva, Matrícula n.º 817-1.

c) Nayara Cristina Alencar Gomes, Matrícula n.º 2503-1.

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei n.º 14.133/2021 os seguintes servidores:

a) Eliane dos Anjos Almeida, Matrícula n.º 256-1

b) Marianne Gonçalves de Souza Ferreira, Matrícula n.º 2506-1.

c) Hellen Lima da Silva, Matrícula n.º 3152-1.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA

CNPJ: 06.314.439/0001-75

Art. 4º As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 21/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, Estado do Maranhão, em 03 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,


Francisco Flávio Lima Furtado
Prefeito Municipal

Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta Cidade, na sala de Licitações, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu **Washington Carlos Ferreira dos Santos, Pregoeiro Municipal**, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo nº 218.2025
- Modalidade: Credenciamento nº 01/2025-CPL/PMDB
- Requisitante: (Órgão Gerenciador): Gabriela de Almeida Furtado
Secretária Municipal de Administração e Finanças
(Tipo de Licitação: Menor preço por item.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 021/2023, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e suas demais legislações pertinentes.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma.

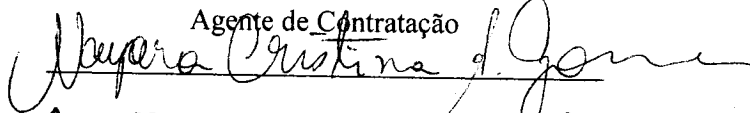
ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor estimado para esta licitação foi designado pelo Termo de Referência, portanto, estima-se o valor total para contratar de **R\$ 3.816.846,00 (Três milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais).**

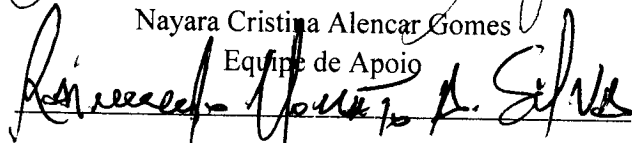
Duque Bacelar - MA, em 27 de novembro de 2025.



Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação



Nayara Cristina Alencar Gomes
Equipe de Apoio



Raimundo Nonato Araujo Silva
Equipe de Apoio



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

216

À Assessoria Jurídica

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar – MA

Senhor Assessor,

Estamos encaminhando em anexo os autos do Processo administrativo nº. 218.2025, para exame dos mesmos, com o objeto de Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - Ma, de acordo com o previsto na, Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 021/2023, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 demais legislações pertinentes.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Duque Bacelar - MA, 28 de novembro de 2025.

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação-PMDB
Portaria nº 01/2026



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosalino, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

N.º 2477
Rubrica

CREDENCIAMENTO Nº XXX
Processo Administrativo nº XXX

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ XXXXXXXX (XX)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 meses

Sumário

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR
4. DA HABILITAÇÃO
5. DOS RECURSOS
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS
9. DA CONTRATAÇÃO
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOCACÃO E DO ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL
13. DISPOSIÇÕES GERAIS



CREDENCIAMENTO Nº EDITAL - XXX

Processo Administrativo nº XXXX

Torna-se público que o(a) Município de Duque Bacelar/Ma, por meio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, sediado na Avenida Coronel Rosalino, s/n, centro, inscrita no CNPJ Nº 03.314.439/0001-75, realizará CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 021/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia XXXX até dia XXXXXX às XXXXX.

ABERTURA DAS PROPOSTA E HABILITAÇÃO: dia XXXXXXXX às XXXXXXXX, no site <https://www.novobbmnet.com.br>.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: no site <https://www.novobbmnet.com.br> e-mail cplduquebacelar@gmail.com.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF

1 - DO OBJETO

O objeto do presente procedimento é o Credenciamento de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao presente processo não se aplicou a divisão de cotas exclusivas para ME/EPP conforme disposto no art. 48 e seus incisos da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2027, em razão de que os serviços deverão ser prestados por empresa localizada na área de abrangência da Agência de no máximo **20 (vinte) Km**. Especifique-se que tal deslocamento deverá ser feito por meio de hodômetro de veículo obedecendo ao trajeto normal de menor percurso, visando priorizar o princípio da economicidade e não onerar os valores dos produtos e a prestação dos serviços (conforme Anexo deste edital) bem como a demanda considerável, e menor custo benefício à Administração Municipal, com fundamento no art. 49, inciso III da Lei Complementar 123/2006.

O interessado responsável por se excluir e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Poderão participar deste credenciamento os interessados que atenderem as exigências mínimas do presente edital, e que se enquadram no ramo de atividade condizente com o objeto.

A não observância disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão participar do credenciamento:

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;

sociedades cooperativas;

empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco



PREFEITURA DE
DUQUE
DE CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 329 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

Nº. 249
Rubrica

por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil ou por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos previstos pela legislação trabalhista;

• pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, quando nessa condição.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento e da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

A critério da Administração e exclusivamente a partir do serviço autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que não haja exclusividade de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

• O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impedirá licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por mecanismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

A vedação de que trata o item 2.6, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

Os interessados deverão apresentar

Credenciamento será no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria**

<https://www.novobbmnet.com.br>.

O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a licitação.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 37 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

25.11.2017 15:00
Pública

As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: <https://www.novobbmnet.com.br>

A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET** a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital

O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

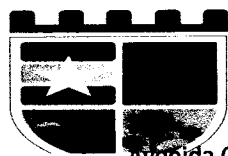
A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador, corretor de mercado ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

A não observância do disposto no subitem anterior poderá acarretar desclassificação no momento da habilitação.

Descrição detalhada do objeto contendo informações de quais lotes pretende se credenciar.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUNAT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	R\$ 5,73	R\$ 144.396,00
DIESEL S10	litro	3.600	43200	R\$ 6,03	R\$ 260.496,00
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	R\$ 5,93	R\$ 704.484,00
					R\$ 1.109.376,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro	10500	126000	R\$ 6,03	R\$ 759.780,00
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	R\$ 5,93	R\$ 768.528,00



PREFEITURA DE
**DUQUE
PACEL**

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

Nº 51
Rubrica

R\$ 1.631.448,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	R\$ 5,73	R\$ 742.608,00
DIESEL S10	litro	3.800	45600	R\$ 6,03	R\$ 274.968,00
					R\$ 1.017.576,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	R\$ 5,73	R\$ 58.446,00

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO ANUAL COMBUSTÍVEL TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15200	182400	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	24800	297600	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
ESTIMATIVA-TOTAL						R\$ 3.816.846,00

Observação: para formação dos valores estimados deste termo foi utilizada como base a o valor apurado na primeira semana de novembro para que se mantenha o equilíbrio nos preços praticados, os valores serão atualizados conforme a média semanal da semana anterior apurada na Cidade de Teresina estado do Piauí, publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível – ANP.

Lote: 1 - Lote 001

Para o fornecimento do objeto, licitante credenciada deverá usar o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada na capital do Piauí e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP.

3.1.2 Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento dos bens.

Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACEL

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº S2
Rubrica _____

No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumpe as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte das contratadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, em caso de devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no anexo I.1, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Apresentar documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeiro disposto no anexo I.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

O órgão credenciante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

~~Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.~~



PREFEITURA DE
DUQUE
BACEL

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FL. Nº 53
Rubrica _____

O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação do documento da habilitação.

A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da comissão de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até **02 horas (Dois Horas)**, para:

a aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

Findo o prazo assinalado sem o envio de nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;

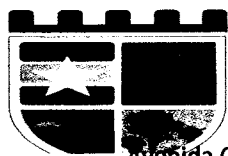
o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).

O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

Nº 54
Autógrafa

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.manfrinopols.pr.gov.br.

6 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar e retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

fraudar o credenciamento;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

praticar atos ilícitos com vistas à fraude dos objetivos do credenciamento;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 8.461, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar;

declaração de inabilitação para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 16% a 30% do valor do contrato.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

PLA. Nº SS
Pública

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.2 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, ao qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, confirmará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da decisão da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração não têm efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

Impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica via **Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil** <https://www.novobbmnet.com.br>

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadorias BBMNET**, <https://www.novobbmnet.com.br> bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

ANEXO 56
Pública

O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**, <https://www.novobbmnet.com.br> e <https://manfrinopolis.pr.gov.br/licitacoes/>

9 - DA CONTRATAÇÃO

Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

O prazo para assinatura do termo de credenciamento e ou documento equivalente, pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de 05 (cinco) dias úteis.

O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado for aceito pela Administração.

Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

O prazo de vigência dos termos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de credenciamento ou documento equivalente.

Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10 - CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

Na hipótese de contratação paralelas não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

Em caso de mais de uma empresa credenciada a distribuição das demandas seguirão a seguinte ordem de critérios:

1º. Critério de proximidade: Para cada veículo oficial ou equipamento da Administração, será priorizado o abastecimento pelo credenciado mais próximo de sua base operacional ou unidade de lotação, de modo a garantir maior eficiência logística e redução de custos com deslocamento.

2º. Critério de rodízio e equidade na distribuição: Quando houver igualdade de condições entre os credenciados (como preços equivalentes ou distâncias semelhantes), será adotado **sistema de rodízio simples** para assegurar a **distribuição equitativa** dos serviços e evitar a concentração de fornecimento em um único fornecedor.

- a) O rodízio observará planilha de controle da Administração, que registrará as quantidades já contratadas de cada credenciado. Assim, **aqueles que tiverem recebido menor volume de demandas poderão ser priorizados nas próximas contratações**, garantindo a alternância e a igualdade de oportunidades entre os participantes.

11 - DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

46.002.57
Pública

A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

Será realizado o credenciamento quando houver:

pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;
perda das condições de habilitação do credenciado; descumprimento
injustificado do contrato pelo contratado; e

sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

O pedido de credenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3 além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento de bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima de gestão ou da entidade contratada, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver regular.

12 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de 08/01/2026.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos contar-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essencial não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento de acordo com os princípios da economia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.planalto.gov.br/ccivil_03/consolidacao/leis/2015/13105/201513105001.htm.

Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

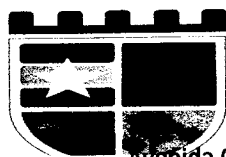
ANEXO II - Documentação De Habilitação

ANEXO III - Modelo de Proposta

ANEXO IV - Minuta do Contrato

Duque Bacelar-Ma, XXX de XXXX de XXXX.

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

Processo nº 58
Rubrica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento nº XXX

1. OBJETO

Encaminhamos relação para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme descrição detalhada abaixo:

2. MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

2.1 A Administração Pública tem a incumbência de prestar serviços de diversas naturezas distribuídos em seus diversos setores e secretarias para bem de atender a população do Município, tais serviços podem ser administrado de forma direta pelo município; por meio de uma empresa pública, específica ou empresa de economia mista criada para desempenhar especificamente essa função. Podem ainda ser objeto de concessão ou prestação junto à iniciativa privada de forma global ou parcial, envolvendo um ou mais segmentos.

2.2 Sendo assim, a futura contratação e ou aquisição nos quantitativos conforme segue tem garantir a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

2.3 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pontualizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o artigo 6º, inciso XXII, alínea C da Lei 14.133, de 2021 e da INº 58 de agosto de 2022.

2.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de uso.

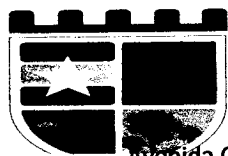
2.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.6 A escolha pelo credenciamento para o presente objeto se baseia no artigo 79º em seus incisos I e III da Lei 14.133/21, bem como na necessidade de manter uma rede ampla e confiável de postos credenciados, possibilitando o abastecimento dos veículos sem que haja dependência exclusiva de um único fornecedor. A modalidade de credenciamento permite que diferentes empresas participem, garantindo ampla concorrência e transparência ao processo.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUNAT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	R\$ 5,73	R\$ 144.396,00
DIESEL S10	litro	3.600	43200	R\$ 6,03	R\$ 260.496,00
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	R\$ 5,93	R\$ 704.484,00
					R\$ 1.109.376,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro	10500	126000	R\$ 6,03	R\$ 759.780,00



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FILS. Nº 59
Rubrica

DIESEL COMUM	litro	10800	129600	R\$	5,93	R\$	768.528,00
--------------	-------	-------	--------	-----	------	-----	------------

R\$ 1.631.448,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	R\$ 5,73	R\$ 742.608,00
DIESEL S10	litro	3.800	45600	R\$ 6,03	R\$ 274.968,00

R\$ 1.017.576,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	5,73	58.446,00

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANUAL	UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	20700	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	214800	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
ESTIMATIVA-TOTAL						R\$ 3.816.846,00

Observação: para formação dos valores estimados deste termo foi utilizada como base a o valor apurado na primeira semana de novembro de 2017 para que se mantenha o equilíbrio nos preços praticados, os valores serão atualizados conforme a média semanal da semana anterior apurada na capital do estado do Piauí, Teresina, por razões da proximidade do município de Duque Bacelar-Ma, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustíveis - ANP.

Para o fornecimento do objeto a licitante credenciada deverá usar o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Paraná e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustíveis - ANP.

4. ANEXOS DA PROPOSTA

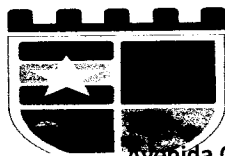
A empresa proponente deverá junto com sua proposta de preços apresentar:

- Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

5. DA ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1 O prazo de execução do objeto da presente licitação será de 12 Meses, podendo ser solicitado parceladamente de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

5.2 A licitante vencedora deverá disponibilizar a entrega do produto licitado 24 horas por dia em



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

60

bomba de posto de abastecimento localizados nas proximidades da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar situada na Avenida Coronel Rosalino s/n, - Centro - Duque Bacelar/MA, de modo que o deslocamento seja de no máximo 20 (vinte) Km. Especifique-se que tal deslocamento deverá ser medido Por meio de hodômetro de veículo obedecendo ao trajeto normal de menor percurso, visando priorizar o princípio da economicidade e não onerar os valores dos produtos e a prestação dos serviços.

5.3 A atualização de preços será feita semanalmente utilizando a média da última semana apurada na capital do Piauí, Teresina, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP através do link: (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>), sendo repassada a Contratada planilha com o valor atualizado para a emissão de nota fiscal correspondente a litragem fornecida naquele período;

5.4 **Os estabelecimentos credenciados somente disponibilizarão os combustíveis mediante requisição de compras emitida pela administração municipal de Duque Bacelar-MA, as quais deverão acompanhar as notas fiscais.**

6 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 Será utilizado o artigo 79, I e III da lei 14.133/21 como fundamento para o credenciamento, sendo que os fornecedores deverão atender os seguintes critérios para o fornecimento do objeto:

- Regularidade fiscal e trabalhista.
- Autorização de funcionamento junto à ANP;
- Infraestrutura adequada para o fornecimento do combustível 24h por dia e sete dias por semana (que será atestada in loco por servidor designado)
- Deverá estar localizado à no máximo 20km de distância da sede da Prefeitura municipal, que está situada na Avenida Coronel Rosalino s/n - Centro - Duque Bacelar/MA**
- Capacidade de emissão de documentos fiscais compatíveis com as normas municipais.

6.2.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais.

6.2.2 O prazo de execução poderá ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 14.133/2021 até o limite máximo da vigência constante no item 6.2.1 deste termo.

7. EMISSÃO DE NOTA FISCAL

7.1 A fatura deverá ser apresentada obrigatoriamente no Setor de Compras, com cópia da solicitação assinada em anexo, nos seguintes endereços eletrônicos nota@manfrinopolis.pr.gov.br , compras@manfrinopolis.pr.gov.br com indicação do modalid e número da licitação e Contrato de Fornecimento, e Nota Fiscal emitida em nome do: **Município de Duque Bacelar/MA CNPJ: 06.314.439/0001-75, ENDEREÇO: Avenida Coronel Rosalino, s/n , Centro, CEP: 65.523-000 - Duque Bacelar - MA**

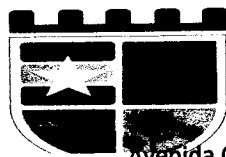
7.2 Deverão acompanhar a nota fiscal certidão negativa do FGTS, certidão negativa de Débitos Trabalhistas e certidão negativa de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válidas para o período do pagamento.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI (14.133))

8.1. Cumpridas as obrigações contratuais e do edital de Credenciamento, o pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) conforme a entrega dos materiais com a devida apresentação da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.(nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022).

8.2 O Município pagará a empresa somente o valor devidamente contratado, sem custos adicionais; juros; multas ou qualquer outra despesa adicional.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

61
Rubrica

8.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de regularidade fiscal.

8.4 O pagamento das despesas decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária:

Dotações

020201 GABINETE DO PREFEITO

04 122 0003 2141 0000 MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO DO GAB. DO(a) PREFEITO(a)

04.124.0004.2142.0000 MANUT. e FUNC. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM;

04.121.0004.2021.0000 Planejamento, Acompanhamento das Ações do Governo;

02 02 03 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS;

04.122.0003.2017.0000 Manutenção e Funcinamento da Unidade Administrativa;

25.752.0016.2051.0000 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública

020213 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20 605 0010 2030 0000 Apoio e Manutenção de Ações p Fortalecimento Agric. Familiar;

20 605 0010 2031 0000 Atividade de Apoio a Produção e Comercialização da Piscicultura;

20 605 0011 2032 0000 Atividade de Apoio aos Pequenos Criadores;

20 606 0010 2029 0000 Apoio e Manutenção para Implantação de Circuito Produtivo;

20 606 0010 2170 0000 Fortalecimento da Patrulha Agrícola

020216 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DOS REC. NATURAIS

18 122 0003 2132 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais

02 02 05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER;

12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recursos do Estado;

12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação MDE;

12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE;

12.361.0021.2069.0000 - Manutenção do PNE ENDE;

12.361.0021.2065.0000 - Manutenção do Transporte Escolar - Recursos do Estado;

02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;

12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 90%;

020221 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10 122 0024 2146 0000 Manutenção Func. da Secretaria Municipal de Saúde;

02 02 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0024.2145.0000 - MANUT. e FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO SUS;

10.301.0024.2189.0000 - MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO da ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 305 0024 2085 0000 - Manutenção da Vigilância em Saúde;

10 301 0024 2135 0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saude - FMS

10 302 0024 2104 0000 - Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi;

02 02 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL;

08.244.0027.2108.0000 - Manutenção e Funcionamento do FMAS.

08.243.0026.2145.0000 - Manutenção e Funcionamento do Prog. Primeira Infância;

08.244.0025.2096.0000 - Manutenção das Atividades dos Serviços Proteção Social Básica;

08.244.0034.2103.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDBF;

08.244.0034.2104.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDSUAS;

Elemento de despesa:

3.3.90.30.00 - Material de Consumo;

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, bem como pelo fiscal de contrato designado.

9.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

Nº 62
Pág. 10

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 A ação ou omissão, total ou parcial por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estimuladas no CONTRATO, nem por quaisquer danos inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas.

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado de acordo com o fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei neste Contrato;

10.8 Cientificar o órgão de representação competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvadas as requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.10 Responder eventuais pedidos de ressarcimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias;

10.11 Notificar o emitente das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**

Avenida Coronel Rosalino, 3/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

DS. Nº 63

Ref: 00000000000000000000000000000000

11.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidão de regularidade relativa à Fazenda municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas e bens de terceiros.

11.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação que deu origem a este Termo.

11.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16 Cumprir, além das postuladas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.17 Arcar com o empregado necessário, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e prazo de entrega deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de aperfeiçoamento do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12 Justificativa para o parcelamento ou não da solução



PREFEITURA DE
DUQUE
PACEL

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 64
Rubrica _____

12.1 Opta-se pelo parcelamento em itens do objeto, uma vez que se trata de 3 itens com qualidades diferentes. Desta maneira evita-se a concentração de mercado.

13 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ANEXO II DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1 - HABILITAÇÃO GERAL**
- a) Prova de inscrição no CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ;
 - b) Cédula de identidade e CPF dos proprietários;
 - c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - e) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificação da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução RJSIM n.º 16 de 2014, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sistema Portal do Empreendedor;
 - f) Alvará de Licença e Funcionamento da loja ou sede do licitante;
 - g) A empresa, de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação:
 - g.1) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - h.1) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de comércio interestadual e municipal

2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- 2.2.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, dada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - 2.2.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - 2.2.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
 - 2.2.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

2.3.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



PREFEITURA DE
DUQUE
CAXIAS

Avenida Coronel Rosário, 371 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

15.000 65
R\$ 15.000,00

2.2.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

2.2.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

2.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para a apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresse.

3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA COM A UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

b) Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante, relativo aos tributos relacionados com o objeto licitado; c) Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - CNDT.

f) Conforme regra da Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando qualquer restrição.

f.1) Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.2) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação,

sem prejuízo das sanções cabíveis; g) Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

Avenida Coronel Rosário, 5/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 66
Rubrica

- a) Comprovante de Registro e autorização da empresa para revenda de combustíveis automotivos, dentro da validade, expedido pela ANP – Agência Nacional de Petróleo;
- b) Licença Ambiental, pertinente a atividade da proponente;
- c) Certificado de Aprovação do corpo de bombeiro
- d) Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos/serviços da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) - **Modelo timbrado e assinado**

A empresa *****, estabelecida na cidade de *****, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº *****, neste ato representada por *****, cargo *****, RG *****, CPF *****,

Proposta ao Edital de Credenciamento nº 001/2026 em epígrafe que tem por objeto **Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.**

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO ANUAL COMBUSTÍVEL	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros					
2	ÓLEO DIESEL S10	litros					
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros					
ATIVIDADE-TOTAL							

Comprometo-me a fornecer o objeto com o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustíveis (ANP)

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **CRENCIAMENTO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local, de de 2026

Nome e carimbo do representante
legal da empresa



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**

Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

MS. Nº 67
Rubrica

ANEXO IV - MINUTA CONTRATO XXXXX/2026

Processo Administrativo nº. XXX/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DE DUQUE BACELAR/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.314.439/0001-75, com sede administrativa na Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro, CEP. 65625-000, no município de Duque Bacelar - Ma, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, neste ato representada pela Sra. _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado _____, doravante designado CONTRATANTE e do outro lado:

CONTRATADA: _____, CNPJ: _____, sediada _____, neste ato representada pela Sra. _____, e pelo senhor _____, CPF: _____, doravante designada CONTRATADA, com base na homologação do Credenciamento nº 01/2026, data de _____ de _____ de 2026, firmam o presente contrato, sujeitos-se as partes às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e às condições seguintes:
As partes acima nomeadas e pactuam o presente CONTRATO, cuja celebração é autorizada pelo Processo Administrativo nº ____/2025, derivado do Edital de Credenciamento nº 01/2026, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações introduzidas por legislação posterior, e documentos que fazem parte integrantes do presente Processo Licitatório, têm entre si como consagradas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1 O objeto deste contrato é de credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da prefeitura municipal de Duque Bacelar-Ma.
- 1.2. O Serviço contratado deverá realizar procedimentos de acordo com seus atributos e legislação vigente, conforme procedimentos contratuais, conforme quantidades pactuadas seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

- 2.1. O custo estimado unitário da contratação conforme as quantidades descritas na tabela abaixo.
- | ITEM | DESCRIÇÃO | MEDIDA | UNIT. |
|------|-----------|--------|-------|
|------|-----------|--------|-------|

- | | | |
|----|-----------------|------------|
| 1. | GASOLINA COMUM | R\$ XXX,XX |
| 2. | OLEO DIESEL L | R\$ XXX,XX |
| 3. | OLEO DIESEL S10 | R\$ XXX,XX |

- 2.2. O preço contratado para este procedimento foi tomando com base na última tabela disponibilizada na Série Histórica de Levantamento de Preços, publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>), da cidade de Teresina-PI.

- 2.3. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica de Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP, da cidade de Teresina-PI. (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).

A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na média estadual (Estado do Piauí) definida pela ANP.

- 2.4. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.

- 2.5. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme a demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

CLAUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Condições de Entrega

- 3.1.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de IMEDIATAMENTE, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

- 3.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (dia) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas



situações de caso fortuito e força maior.

3.1.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.2. Preço Referencial ANP – Credenciamento

3.2.1. O credenciamento dos postos revendedores e/ou distribuidoras de combustíveis será realizado com base nos preços praticados e divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotando-se como parâmetro a Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados), disponibilizada em planilhas eletrônicas no site da ANP <https://www.gov.br/anp/pt-br>).

3.3. Atualização de Preços

3.3.1. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).

3.3.2. A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na média estadual (Estado do Piauí, Teresina) definida pela ANP.

3.4. Proibição de Valores Superiores ao Preço ANP

3.4.1. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.

3.5. Fornecimento Conforme Demanda

3.5.1. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

3.5.2. Por tratar-se de credenciamento para atendimento contínuo sob demanda, não é possível prever ou disponibilizar quantitativo total estimado de combustíveis a serem adquiridos durante o período de vigência do credenciamento.

3.6. Forma de Abastecimento

3.6.1. O abastecimento deverá ocorrer diretamente nos postos credenciados mediante:

- Identificação do veículo ou equipamento;
- Autorização de servidor responsável pelo sistema de controle de abastecimento;
- Registro em nota fiscal eletrônica contendo a quantidade exata e o tipo de combustível.

3.7. Qualidade do Combustível

3.7.1. Todos os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas vigentes da ANP, sendo o fornecedor responsável pela integridade, qualidade e procedência dos produtos entregues.

3.8. Obrigatoriedade de Automação ANP

3.8.1. Somente poderão participar do credenciamento e efetuar o fornecimento empresas com autorização válida e ativa da ANP, devendo manter sua regularidade durante todo o período de vigência do credenciamento.

3.9. Controle Fiscalização

3.9.1. Os fornecedores deverão disponibilizar relatórios detalhados sempre que solicitados pela Administração, contendo:

- data e horário do abastecimento;
- tipo de combustível;
- volume abastecido;
- veículo/equipamento atendido (constando-se informações da placa do veículo, quando possível);
- valor aplicado segundo a tabela ANP vigente.

3.9.2. A Prefeitura poderá auditar os valores e volumes, solicitar ajustes ou recusar abastecimentos inconsistentes.

3.10. Pagamento

3.10.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal eletrônica e relatório de abastecimentos, observando-se:

- o preço ANP vigente na data da atualização quinzenal aplicável às entregas;
- o volume efetivamente consumido;
- os prazos e procedimentos definidos pela Prefeitura.

3.11. Credenciamento Amplo e Irrestrito aos Aptos, Vigência e Inclusão de Novos Credenciados



3.11.1. Serão credenciados todos os fornecedores que atenderem integralmente aos requisitos, condições e documentações exigidos no Edital, desde que possuam autorização válida da ANP para comercialização de combustíveis.

3.11.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de 01 (um) ano, permitindo a entrada contínua de novos fornecedores que atendam todos os requisitos exigidos.

3.11.3. A perda de autorização ANP ou irregularidade no fornecimento ocasionará descredenciamento imediato.

3.12. Os serviços prestados e os materiais fornecidos de acordo com o caso deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes no termo de referência.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DA ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 O prazo de entrega dos serviços deste contrato será em conformidade com o Termo de Referência, salvo outro prazo acordado entre as partes e de interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATANTE, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;
- b) permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como da prestação dos serviços referente à garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;
- e) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto do contrato, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a Administração;
- f) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente à garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;
- g) acompanhar e fiscalizar os recebimentos dos materiais;
- h) notificar a CONTRATANTE quanto a defeitos e irregularidades verificados nos equipamentos, objeto do Edital, bem como quanto a qualquer ocorrência negativa ao desempenho de seus funcionários, quando do atendimento à Contratante, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente;
- i) atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;
- j) Fiscalizar o recolhimento dos encargos dos funcionários terceirizados contratados pela CONTRATANTE.
- k) A CONTRATANTE deverá promover a manutenção, exclusão e alteração de localização e características dos bens e serviços contratados a qualquer momento, conforme correspondente alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As Obrigações da Contratada são:

- a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários à consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- c) arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- d) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- e) prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
- f) guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho



de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária

g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

h) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

i) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências, e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

j) cumprir todas as cláusulas dos acordos de dissídios coletivos das categorias profissionais envolvidas, homologados pela Justiça do Trabalho e/ou sindicatos respectivos, apresentar à CONTRATANTE cópias autenticadas desses acordos a cada homologação ocorrida;

k) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à prestação dos serviços, para a consecução do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por previsão, comissão ou contingência; e,

l) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

m) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na legislação anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, não poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATESTAÇÃO E NOTA FISCAL, ATURA E ATRIBUIÇÕES

7.1. A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou delitos observados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da legislação anterior, prorrogável por igual período.

8.2. Para fins de liquidação, o gestor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresenta expressamente os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.1. o prazo de validade;

8.2.2. a data da emissão;

8.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.5. o valor a pagar; e

8.2.6. eventuais encargos de natureza tributária cabíveis.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da dívida, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes se necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.



- 8.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 8.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.12.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, na rubrica abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- 9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante aproveitamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 09 (nove) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contrato, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Edital Técnico Preliminar.
- 10.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 10.2. Havendo necessidade de contratação de obrigações acessórias, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de dez (10) por cento e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A CONTRATANTE fiscalizará o contrato através de servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 11.2. A presença da fiscalização não atenua, nem elide, as responsabilidades da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE.
- 12.2 As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas na Lei nº 14.133/21.
- 12.3 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:
- i. de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
 - ii. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias e;
 - iii. de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º dia (trigésimo primeiro dia, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**

Avenida Coronel Rosário, 571 - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 72
Rubrica: _____

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21

13.1.1 A rescisão do Contrato poderá ser:

- i. determinada por ato unilateral e escrito da Administração da Contratante, nos casos enumerados na lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- ii. amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
- iii. judicial, nos termos da legislação.

13.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

14.1 As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias de fato à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pela Lei nº 14.133/21 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Lei geral dos contratos e as disposições de direito privado, as normas do Conselho Pertinente e ainda as regras da Lei nº 8.078 de 1990, bem como as demais leis específicas de acordo com os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

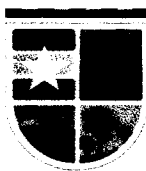
17.1. É competente o foro da cidade de Coelho Neto-Ma, renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ao presente contrato.

17.2. Assim, por estar lida e entendida, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Duque Bacelar-Ma, em XX de XXXX de 2026.

Nome do Responsável CONTRATANTE

Nome do Responsável CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

23

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 218.2025

REF: Análise do Credenciamento n.º 01/2026.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO. FORMA ELETRÔNICA. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021.VIABILIDADE.

RELATÓRIO

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - Ma, encaminha a minuta de Edital e demais documentos relativos ao procedimento administrativo nº 218.2025, para a análise jurídica acerca da viabilidade de deflagração da Credenciamento nº 01/2026, para que esta Procuradoria possa analisar e emitir consulta prévia.

Juntamente com a minuta do Edital verifica-se a presença dos anexos de praxe visando à segurança jurídica e lisura no certame, além do projeto básico e todos os documentos técnicos inerentes a futura contratação. Os autos foram recebidos.

Ademais, consta o autorizo da autoridade competente para determinar a realização do certame. Na chamada fase interna da licitação, a Administração Pública exterioriza a sua necessidade na futura contratação do objeto onde é avaliada a existência de dotação orçamentária para fazer face às despesas decorrentes.

Constam os atos internos necessários emitidos por servidores revestidos de fé pública e competentes pela análise e validação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

74

Com as considerações iniciais, espera-se ser possível adentrar em fase subsequente, com o fim de certificar a regularidade daquele que será o norte de todo o certame, qual seja, o Edital.

É o sucinto relatório.

PRELIMINARMENTE

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Ressalte-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos prestados pelos agentes públicos consignatários.

DA ANÁLISE JURÍDICA

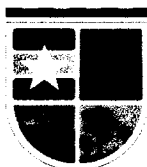
FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorando controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. § 1º Na elaboração do parecer

jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica”.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

REC. 75
PROT. 12

MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 6º XLI da referida Lei, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório obedecerá a uma fase preparatória que estabelecerá requisitos legais para a instauração do certame, conforme abaixo transcrito:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos: I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso; III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**; IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação; V - a elaboração do **edital** de licitação; VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação; VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala; VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

P.L.S. Nº 76
PÚBLICA

apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**; IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico- financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**; X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual; XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei”. (grifou-se)

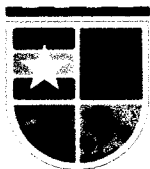
Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021). Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

22

artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

“1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; III - requisitos da contratação; IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina”.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

78

contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

DA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E COOPERATIVAS

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. § 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

79

enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação. § 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a

1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo”.

PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

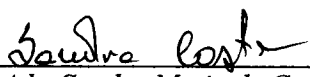
Por fim, destacamos a obrigatoriedade de divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Citamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONCLUSÃO

Ex positis, e obedecidas às demais regras contidas esta Procuradoria opina pelo prosseguimento, não vendo objeções quanto ao prosseguimento do certame público. Ademais, recomenda-se que os autos sejam encaminhados à **Controladoria interna**, para análise e conformidade dos atos e procedimentos aqui exarados, pois esta exerce na forma da lei o controle interno dos atos e procedimentos da administração direta e indireta, visando resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública. São os termos do parecer consultivo, salvo melhor juízo que submetemos à deliberação superior.

Duque Bacelar – MA, 02 de dezembro de 2025


Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650
Assessoria Jurídica



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

80

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
Processo Administrativo nº 218.2025

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.816.846,00 (Três milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 meses

Sumário

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR
4. DA HABILITAÇÃO
5. DOS RECURSOS
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS
9. DA CONTRATAÇÃO
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL
13. DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

81

CREDENCIAMENTO Nº EDITAL - 001/2026

Processo Administrativo nº 218/2025

Torna-se público que o(a) Município de Duque Bacelar/Ma, por meio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, sediado na Avenida Coronel Rosalino, s/n, centro, inscrita no CNPJ Nº 03.314.439/0001-75, realizará CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 021/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 08/01/2026 até dia 28/01/2026 às 07hrs59min.

ABERTURA DAS PROPOSTA E HABILITAÇÃO: dia 28/01/2026 às 08:00hs, no site <https://www.novobbmnet.com.br>.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: no site <https://www.novobbmnet.com.br> e-mail: cplduquebacelar@gmail.com.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF

1 - DO OBJETO

O objeto do presente procedimento é o Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e maquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao presente processo não se aplicou a divisão de cotas exclusivas para ME/EPP conforme disposto no art. 48 e seus incisos da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2027, em razão de que os serviços deverão ser prestados por empresa localizada na área de abrangência a uma distância de no máximo **20 (vinte) Km**. Especifique-se que tal deslocamento deverá ser medido Por meio de hodômetro de veículo obedecendo ao trajeto normal de menor percurso, visando priorizar o princípio da economicidade e não onerar os valores dos produtos e a prestação dos serviços (conforme Anexo 1 deste edital), bem como a demanda considerável, e menor custo benefício à Administração Municipal, com fundamento no art. 49, inciso III da Lei Complementar 123/2006.

O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Poderão participar deste credenciamento os interessados que atenderem as exigências mínimas do presente edital, e que se enquadrem no ramo de atividade condizente com o objeto.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão participar do credenciamento:

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;

sociedades cooperativas;

empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5%



Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

A vedação de que trata o item 2.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

Os interessados deverão apresentar

Credenciamento será no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria**
<https://www.novobbmnet.com.br>.

O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a licitação.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

83

As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: <https://www.novobbmnet.com.br>

A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET** a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital

O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Descrição detalhada do objeto contendo informações de quais lotes pretende se credenciar.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUNAT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	R\$ 5,73	R\$ 144.396,00
DIESEL S10	litro	3.600	43200	R\$ 6,03	R\$ 260.496,00
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	R\$ 5,93	R\$ 704.484,00
					R\$ 1.109.376,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro	10500	126000	R\$ 6,03	R\$ 759.780,00
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	R\$ 5,93	R\$ 768.528,00
					R\$ 1.631.448,00



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

84

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	R\$ 5,73	R\$ 742.608,00
DIESEL S10	litro	3.800	45600	R\$ 6,03	R\$ 274.968,00
					R\$ 1.017.576,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	R\$ 5,73	R\$ 58.446,00

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
ESTIMATIVA-TOTAL						R\$ 3.816.846,00

Observação: para formação dos valores estimados deste termo foi utilizada como base a o valor apurado na primeira semana de novembro e para que se mantenha o equilíbrio nos preços praticados, os valores serão atualizados conforme a média semanal da semana anterior apurada na Cidade de Teresina estado do Piauí, publicados pela Agencia Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível – ANP.

Lote: 1 - Lote 001

Para o fornecimento do objeto a licitante credenciada deverá usar o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada na capital do Piauí e publicada pela Agencia Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP.

3.1.2 Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento dos bens.

Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

~~No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.~~

A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:



está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no anexo I.1, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Apresentar documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeiro, disposto no anexo I.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

O órgão credenciante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

~~Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.~~

O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da comissão de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até **02 horas (DUAS HORAS)**, para:

a aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5 - DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;

o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).

O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.manfrinopols.pr.gov.br.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

87

6 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

fraudar o credenciamento;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar; e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 16% a 30% do valor do contrato.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

88

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

Impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica via **Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil** <https://www.novobbmnet.com.br>

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBNET**, <https://www.novobbmnet.com.br> bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

89

8 - DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no **Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria BBMNET**, <https://www.novobbmnet.com.br> e <https://manfrinopolis.pr.gov.br/licitacoes/>

9 - DA CONTRATAÇÃO

Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

O prazo para assinatura do termo de credenciamento e ou documento equivalente, pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de 05 (cinco) dias úteis.

O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

O prazo de vigência dos termos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de credenciamento e ou documento equivalente.

Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10 - CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

Em caso de mais de uma empresa credenciada, a distribuição das demandas seguirão a seguinte ordem de critérios:

1º. Critério de proximidade: Para cada veículo oficial ou equipamento da Administração, será priorizado o abastecimento no **posto credenciado mais próximo de sua base operacional ou unidade de lotação**, de modo a garantir maior eficiência logística e redução de custos com deslocamento.

2º. Critério de rodízio e equidade na distribuição: Quando houver igualdade de condições entre os credenciados (como preços equivalentes ou distâncias semelhantes), será adotado **sistema de rodízio simples** para assegurar a **distribuição equitativa** dos serviços e evitar a concentração de fornecimento em um único fornecedor.

- a) O rodízio observará planilha de controle da Administração, que registrará as quantidades já contratadas de cada credenciado. Assim, **aqueles que tiverem recebido menor volume de demandas poderão ser priorizados nas próximas contratações**, garantindo a alternância e a igualdade de oportunidades entre os participantes.

11 - DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

90



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

91

Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

Será realizado o descredenciamento quando houver:

pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta)

dias; perda das condições de habilitação do credenciado;

descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de 08/01/2026.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.manfrinopolis.pr.gov.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Documentação De Habilitação

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV – Minuta do Contrato

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Duque Bacelar-Ma, 06 de janeiro de 2026.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

92

ANEXO I – TERMO DE REFÊRENCIA

Credenciamento nº 001/2026

1. OBJETO

Encaminhamos relação para Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme descrição detalhada abaixo:

2. MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

2.1 A Administração Pública tem a incumbência de prestar serviços de diversas naturezas distribuídos em seus diversos setores e secretarias para bem de atender a população do Município, tais serviços podem ser administrado de forma direta pelo município; por meio de uma empresa pública específica ou empresa de economia mista criada para desempenhar especificamente essa função. Podem ainda ser objeto de concessão ou terceirizados junto à iniciativa privada de forma global ou parcial, envolvendo um ou mais segmentos.

2.2 Sendo assim, a futura contratação e ou aquisição nos quantitativos conforme segue vem garantir a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

2.3 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea C da Lei 14.133, de 2021 e da INº 58 de agosto de 2022.

2.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

2.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.6 A escolha pelo credenciamento para o presente objeto se baseia no artigo 79º em seus incisos I e III da lei 14.133/21, bem como na necessidade de manter uma rede ampla e confiável de postos credenciados, possibilitando o abastecimento dos veículos sem que haja dependência exclusiva de um único fornecedor. A modalidade de credenciamento permite que diferentes empresas participem, garantindo ampla concorrência e transparência ao processo.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUNAT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	2.100	25200	R\$ 5,73	R\$ 144.396,00
DIESEL S10	litro	3.600	43200	R\$ 6,03	R\$ 260.496,00
DIESEL COMUM	litro	9.900	118800	R\$ 5,93	R\$ 704.484,00
					R\$ 1.109.376,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro	10500	126000	R\$ 6,03	R\$ 759.780,00
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	R\$ 5,93	R\$ 768.528,00
					R\$ 1.631.448,00



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

PLS. Nº 93
Data: / /

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	10.800	129600	R\$ 5,73	R\$ 742.608,00
DIESEL S10	litro	3.800	45600	R\$ 6,03	R\$ 274.968,00
					R\$ 1.017.576,00

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	850	10200	R\$ 5,73	R\$ 58.446,00

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
ESTIMATIVA-TOTAL						R\$ 3.816.846,00

Observação: para formação dos valores estimados deste termo foi utilizada como base a o valor apurado na primeira semana de novembro e para que se mantenha o equilíbrio nos preços praticados, os valores serão atualizados conforme a média semanal da semana anterior apurada na capital do estado do Piauí, Teresina, por razões da proximidade do município de Duque Bacelar-Ma, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível – ANP.

Para o fornecimento do objeto a licitante credenciada deverá usar o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do paraná e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP.

4. ANEXOS DA PROPOSTA

A empresa proponente deverá junto com sua proposta de preços apresentar:

- Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

5. DA ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1 O prazo de execução do objeto da presente licitação será de 12 Meses, podendo ser solicitado parceladamente de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

5.2 A licitante vencedora deverá disponibilizar a entrega do produto licitado 24 horas por dia em bomba de posto de abastecimento localizados nas proximidades da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar situada na Avenida Coronel Rosalino s/n, – Centro - Duque Bacelar/Ma, de modo que o deslocamento seja de no máximo 20 (vinte) Km. Especifique-se que tal deslocamento deverá ser medido Por meio de hodômetro



de veículo obedecendo ao trajeto normal de menor percurso, visando priorizar o princípio da economicidade e não onerar os valores dos produtos e a prestação dos serviços.

5.3 A atualização de preços será feita semanalmente utilizando a média da última semana apurada *na capital do Piauí, Teresina, publicados pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP* através do link: (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>), sendo repassada a Contratada planilha com o valor atualizado para a emissão de nota fiscal correspondente a litragem fornecida naquele período;

5.4 Os estabelecimentos credenciados somente disponibilizarão os combustíveis mediante requisição de compras emitida pela administração municipal de Duque Bacelar-MA as quais deveram acompanhar as notas fiscais.

6 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 Será utilizado o artigo 79, I e III da lei 14.133/21 como fundamento para o credenciamento, sendo que os fornecedores deverão atender os seguintes critérios para o fornecimento do objeto:

- a) Regularidade fiscal e trabalhista.
- b) Autorização de funcionamento junto à ANP;
- c) Infraestrutura adequada para o fornecimento do combustível 24h por dia e sete dias por semana (que será atestada in loco por servidor designado)
- d) Deverá estar localizado à no máximo 20km de distância da sede da Prefeitura municipal, que está situada na Avenida Coronel Rosalino s/n – Centro – Duque Bacelar.
- e) Capacidade de emissão de documentos fiscais compatíveis com as normas municipais.

██████████ **AL**

6.2.1 A vigência do contrato será de **12 meses**, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais.

6.2.2 O prazo de execução poderá ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 14.133/2021 até o limite máximo da vigência constante no item 6.2.1 deste termo.

7. EMISSÃO DE NOTA FISCAL:

7.1 A fatura deverá ser apresentada obrigatoriamente no Setor de Compras, com cópia da solicitação assinada em anexo, nos seguintes endereços eletrônicos nota@manfrinopolis.pr.gov.br, compras@manfrinopolis.pr.gov.br com indicação da modalidade e número da licitação e Contrato de Fornecimento, e Nota Fiscal emitida em nome do: **Município de Duque Bacelar, CNPJ: 06.314.439/0001-75, ENDEREÇO: Avenida Coronel Rosalino, s/n , Centro, CEP: 65.525-000 - Duque Bacelar – MA**

7.2 Deverão acompanhar a nota fiscal certidão negativa do FGTS, certidão negativa de Débitos Trabalhistas e certidão negativa de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válidas para o período do pagamento.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI (14.133))

8.1. Cumpridas as obrigações contratuais e do edital de Credenciamento, o pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) conforme a entrega dos materiais com a devida apresentação da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.(nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022).

8.2 O Município pagará a empresa somente o valor devidamente contratado, sem custos adicionais; juros; multas ou qualquer outra despesa adicional.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de **regularidade fiscal**.

8.4 O pagamento das despesas decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária:

96



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 A ação ou omissão, total ou parcial por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estimuladas no CONTRATO, nem por quaisquer danos inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas.

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8 Cientificar o órgão de representação do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias.

10.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidão de regularidade relativa à Fazenda municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação que deu origem a este Termo;

11.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de aperfeiçoamento do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12 Justificativa para o parcelamento ou não da solução

12.1 Opta-se pelo parcelamento em itens do objeto, uma vez que se trata de 3 itens com qualidades diferentes. Desta maneira evita-se a concentração de mercado.

13 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

99

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

100

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- a) Prova de inscrição no CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA – CNPJ;
- b) Cédula de identidade e CPF dos proprietários;
- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- e) Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) Alvará de Licença e Funcionamento do domicílio ou sede do licitante;
- g) A empresa, de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação:
- g.1) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h.1) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

2.2.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

2.2.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

2.2.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

2.2.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

2.3.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

2.2.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

ILG = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

ISG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

101

ILC =
CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE _____

PASSIVO

2.2.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

2.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresse.

3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

b) Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, relativo aos tributos relacionados com o objeto licitado; c) Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

f) Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando qualquer restrição;

f.1) Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.2) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação,

sem prejuízo das sanções cabíveis; g) Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

a) Comprovante de Registro e autorização da empresa para revenda de combustíveis automotivos, dentro da validade, expedido pela ANP – Agência Nacional de Petróleo;

b) Licença Ambiental, pertinente a atividade da proponente;

c) Certificado de Aprovação do corpo de bombeiro

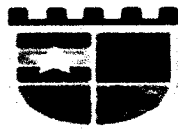
d) Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos/serviços da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

102



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

103

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa *****, estabelecida na (endereço completo, telefone, WhatsApp e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº *****, neste ato representada por *****, cargo *****, RG *****, CPF *****.

Proposta ao Edital de Credenciamento nº 001/2026 em epígrafe que tem por objeto **Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.**

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	TOTAL/ANO MESES) (12
1	GASOLINA COMUM	litros					
2	ÓLEO DIESEL S10	litros					
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros					
	ESTIMATIVA-TOTAL						

Comprometemo-nos a fornecer o objeto com o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Piauí, capital Teresina e publicada pela Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **CREDENCIAMENTO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local, de de 2026

Nome e carimbo do representante
legal da empresa

ANEXO IV - MINUTA CONTRATO XXXXX/2026

Processo Administrativo nº. XXX/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DE DUQUE BACELAR/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.314.439/0001-75, com sede administrativa na Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro, CEP. 65625-000, no município de Duque Bacelar - Ma, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, neste ato representada pela Sra. _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado _____, doravante designado CONTRATANTE e do outro lado:

CONTRATADA: _____, CNPJ: _____, sediada _____, neste ato representada pela Sra. _____, e pelo senhor, _____, CPF: _____, doravante designada CONTRATADA, com base na homologação do Credenciamento nº 01/2026, data de _____ de _____ de 2026, firmam o presente contrato, sujeitando-se as partes às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e às condições seguintes

As partes acima nomeadas e pactuam o presente CONTRATO, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo nº ____/2025, derivado do Edital de Credenciamento nº 01/2026, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações introduzidas por legislação posterior, e documentos que fazem parte integrantes do presente Processo Licitatório, têm entre si como consagrada as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1 O objeto deste contrato é de credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da prefeitura municipal de Duque Bacelar-Ma.
1.2. O Serviço contratado deverá realizar procedimentos de acordo com seus atributos e legislação vigente, conforme procedimentos contratado (s), conforme o quantitativo pactuado a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

- 2.1. O custo estimado unitário da contratação conforme valores descritos na tabela abaixo.
ITEM DESCRIÇÃO MEDIDA V. UNIT.

1. GASOLINA COMUM L R\$ XXX
2. OLEO DIESEL L R\$ XXX
3. OLEO DIESEL S10 L R\$ XXX

- 2.2. O preço utilizado para este procedimento foi tomando com base na última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços, publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>), da cidade de Teresina-PI.
2.3. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP, da cidade de Teresina-PI. (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).
A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na media estadual (Estado do Piauí) definida pela ANP.
2.4. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.
2.5. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme a demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

CLAUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Condições de Entrega
3.1.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de IMEDIATAMENTE, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
3.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (dia) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
3.1.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.2. Preço Referencial ANP – Credenciamento

3.2.1. O credenciamento dos postos revendedores e/ou distribuidoras de combustíveis será realizado com base nos preços praticados e divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotando-se como parâmetro a Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados), disponibilizada em planilhas eletrônicas no site da ANP <https://www.gov.br/anp/pt-br>).

3.3. Atualização de Preços

3.3.1. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).

3.3.2. A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na média estadual (Estado do Piauí, Teresina) definida pela ANP.

3.4. Proibição de Valores Superiores ao Preço ANP

3.4.1. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.

3.5. Fornecimento Conforme Demanda

3.5.1. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme a demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

3.5.2. Por tratar-se de credenciamento para atendimento contínuo e sob demanda, não é possível prever ou disponibilizar quantitativo total estimado de combustíveis a serem adquiridos durante o período de vigência do credenciamento.

3.6. Forma de Abastecimento

3.6.1. O abastecimento deverá ocorrer diretamente nos postos credenciados, mediante:

- a. Identificação do veículo ou equipamento;
- b. Autorização de servidor responsável ou sistema de controle de abastecimento;
- c. Registro em nota fiscal eletrônica contendo a quantidade exata e o tipo de combustível.

3.7. Qualidade do Combustível

3.7.1. Todos os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas vigentes da ANP, sendo o fornecedor responsável pela integridade, qualidade e procedência dos produtos entregues.

3.8. Obrigatoriedade de Autorização ANP

3.8.1. Somente poderão participar do credenciamento e efetuar o fornecimento empresas com autorização válida e ativa da ANP, devendo manter sua regularidade durante todo o período de vigência do credenciamento.

3.9. Controle e Fiscalização

3.9.1. Os fornecedores deverão disponibilizar relatórios detalhados sempre que solicitados pela Administração, contendo:

- a. data e horário do abastecimento;
- b. tipo de combustível;
- c. volume abastecido;
- d. veículo/equipamento atendido (constando-se informações da placa do veículo, quando possível);
- e. valor aplicado segundo a tabela ANP vigente.

3.9.2. A Prefeitura poderá auditar os valores e volumes, solicitar ajustes ou recusar abastecimentos inconsistentes.

3.10. Pagamento

3.10.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal eletrônica e relatório de abastecimentos, observando-se:

- a. o preço ANP vigente na data da atualização quinzenal aplicável às entregas;
- b. o volume efetivamente consumido;
- c. os prazos e procedimentos definidos pela Prefeitura.

3.11. Credenciamento Amplo e Irrestrito aos Aptos, Vigência e Inclusão de Novos Credenciados

3.11.1. Serão credenciados todos os fornecedores que atenderem integralmente aos requisitos, condições e documentações exigidos no Edital, desde que possuam autorização válida da ANP para comercialização de combustíveis.

3.11.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de 01 (um) ano, permitindo a entrada contínua de



novos fornecedores que atendam todos os requisitos exigidos.

3.11.3. A perda de autorização ANP ou irregularidade no fornecimento ocasionará descredenciamento imediato.

3.12. Os serviços prestados e os materiais fornecidos de acordo com o caso deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes no termo de referência.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DA ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 O prazo de entrega dos serviços deste contrato será em conformidade com o Termo de Referência, salvo outro prazo acordado entre as partes e de interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações da CONTRATANTE :

- a) pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;
- b) permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como a prestação dos serviços referente à garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;
- e) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis como objeto deste contrato, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a Administração;
- f) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente à garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;
- g) acompanhar e fiscalizar os recebimentos dos materiais;
- h) notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados nos equipamentos, objeto do Edital, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários, quando do atendimento à Contratante, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente;
- i) atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;
- j) fiscalizar o recolhimento dos encargos dos funcionários terceirizados contratados pela CONTRATANTE.
- k) A CONTRATANTE poderá promover a inclusão, exclusão e alteração de localização e características dos bens e serviços contratados a qualquer momento, com a correspondente alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As Obrigações da Contratada são:

- a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários a consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- c) arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- d) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- e) prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
- f) guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

107

- h) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- i) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências, e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- j) cumprir todas as cláusulas dos acordos de dissídios coletivos das categorias profissionais envolvidas, homologados pela Justiça do Trabalho e/ou sindicatos respectivos, apresentando à CONTRATANTE cópias autenticadas desses acordos a cada homologação ocorrida;
- k) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, para a consecução do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e,
- l) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- m) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA E ATRIBUIÇÕES

7.1. A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.1. o prazo de validade;
 - 8.2.2. a data da emissão;
 - 8.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.2.5. o valor a pagar; e
 - 8.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes se necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 8.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 8.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.12.1. Independentemente do percentual de tribute inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.12.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.

10.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

10.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A CONTRATANTE fiscalizará o contrato através de servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.2. A presença da fiscalização não atenua, nem elide, as responsabilidades da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE.

12.2 As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas na Lei nº 14.133/21.

12.3 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:

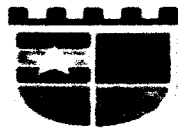
- i. de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- ii. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias e;
- iii. de 1,0 (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º dia (trigésimo primeiro dia, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21

13.1.1 A rescisão do Contrato poderá ser:

- i. determinada por ato unilateral e escrito da Administração da Contratante, nos casos enumerados na lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

109

ii. amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

iii. judicial, nos termos da legislação.

13.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

14.1 As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pela Lei nº14.133/21 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, as normas do Conselho Pertinente e ainda as regras da Lei nº 8.078 de 1990, bem como as demais leis específicas de acordo com os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e de acordo com o previsto na Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO FORO

17.1.É competente o foro da cidade de Coelho Neto-Ma com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

17.2.Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Duque Bacelar-Ma, em XX de XXXX de 2025.

Nome do Responsável CONTRATANTE

Nome do Responsável CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

**AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025**

A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA, através do Agente de Contratação e equipe de apoio, torna público que realizará a abertura do Credenciamento abaixo citado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, alterações posteriores e demais normas pertinentes, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório.

Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, e que atenderem a todas as exigências, quanto à documentação, constantes neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação, previamente credenciadas no Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria, bem como no sítio eletrônico <https://www.novobbmnet.com.br>.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.

Informações sobre Propostas e Documentação de Habilitação:

- a) Realização do Certame: <https://www.novobbmnet.com.br>.
- b) Recebimento das Propostas: até às 07h59min do dia 28 de janeiro de 2026.
- c) Abertura das Propostas e Habilitação: dia 28/01/2026 às 08:00hs.
- d) Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Duque Bacelar-Ma, 06 de janeiro de 2026.

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Crédito fundiário do BNB cresce 219% e possibilita que mais de 800 famílias adquiram imóveis rurais

GABRIEL GONÇALVES

O Banco do Nordeste (BNB) beneficiou 830 famílias com liberação de R\$ 184 milhões em crédito fundiário em 2025 para aquisição de imóveis rurais. Com isso, esses produtores familiares passaram a ser donos de cerca de 11.190 hectares, permitindo-lhes acesso a uma unidade produtiva própria, capaz de gerar renda, fortalecer a produção e garantir condições dignas de vida no campo. As operações ocorreram no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no qual o Banco atua como agente repassador dos recursos. Segundo dados do BNB, o número de famílias atendidas pelo programa saltou de 388 em 2024 para 830 no ano passado. Um crescimento de 114%. Em volume de crédito contratado, o crescimento foi ainda maior: de R\$ 57,6 milhões para R\$ 184,4 milhões de um ano para o outro. Alta de 219%.

Com mais famílias sendo atendidas, foi possível realizar a aquisição de mais imóveis rurais. Em 2024, foram 6.155 hectares de terras adquiridas. Em 2025, a área foi 81,8% maior. Para se ter ideia, os 11.190 hectares comprados no ano passado correspondem a 110 km² - o equivalente a um terço da área total de Fortaleza (CE). Para o presidente do BNB, Wanger de Alencar, o PNCF é uma importante política de desenvolvimento porque beneficia a população que mais precisa de instrumento para sua produção. "O imóvel rural é muito mais do que um lugar para morar, o que já é uma importante conquista para qualquer pessoa. No caso da agricultura familiar, esse terreno representa área de plantio e criação que vão impulsionar o desenvolvimento econômico e social dessas pessoas", afirmou. No Maranhão, as contratações do PNCF somaram R\$ 8,7 milhões que beneficiaram 46 famílias. Em



Agricultores familiares, que desejam adquirir imóveis rurais ou realizar benfeitorias em seus bens, podem solicitar o crédito fundiário

área adquirida, o impacto foi de 875 hectares.

QUEM PODE CONTRATAR

Agricultores familiares que desejam adquirir imóveis rurais ou realizar benfeitorias em seus bens podem solicitar o crédito fundiário do governo federal. O Programa é operacionalizado por meio de quatro linhas de financiamento: PNCF Social, PNCF Jovem, PNCF Mais e PNCF Empreendedor, de acordo com o perfil dos beneficiários. Para solicitar os recursos, o agricultor precisa apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Cadastro de Agricultor Familiar (CAF) ou outra forma de cadastro que atenda o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Os financiamentos abrangem 100% do valor do bem adquirido, com teto de até R\$ 293 mil. A taxa de juros varia de 0,5% a 4% ao ano. O prazo das operações é determinado em função da capacidade de pagamento do mutuário, de acordo com o cronograma apresentado na

proposta, sendo de até 25 anos, incluídos até 36 meses de carência. Os recursos são do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Segundo o superintendente de Agronegócio e Agricultura Familiar do BNB, Luiz Sérgio Farias Machado, o principal objetivo da linha é dar condições ao agricultor de ter sua propriedade rural. "A aquisição do imóvel rural traz dignidade ao homem e à mulher do campo. Muitas vezes, essa família não possui sua própria terra para produzir. O governo federal vem melhorando os programas e o Banco do Nordeste é parceiro nessa estratégia para agilizar a inclusão produtiva das famílias e solucionar conflitos agrários, além de aumentar a produção de alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável", afirmou.

COMO CONTRATAR

O superintendente esclareceu que os interessados no crédito fundiário precisam apresentar um projeto, que é feito pelo agricultor com ajuda de uma entidade de Assistência Técnica e Extensão

Rural (Ater), devidamente credenciada para operacionalizar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O governo federal disponibiliza o sistema Obter Crédito Fundiário, que é um serviço público digital que facilita o pedido do financiamento e permite o acompanhamento das etapas de análises, aprovações, envio de documentos, correção de pendências e solicitações. A proposta de financiamento é encaminhada à Unidade Técnica Estadual de Crédito Fundiário com todos os documentos exigidos, que após análise de viabilidade é encaminhada para análise do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Depois de aprovado pelas análises estadual e federal, cabe ao banco checar documentação, efetuar cadastro e instrumento de crédito e realizar o desembolso. Para facilitar o processo, o BNB criou uma cartilha que explica o "passo a passo", a qual está disponível no portal do Banco do Nordeste e pode ser acessada no endereço: www.bnb.gov.br/pncf-social.

Justiça obriga Estado do Maranhão a garantir acessibilidade na Estrada de Ribamar

Sentença aponta trecho compreendido entre o Condomínio Vitória e o Shopping Pátio Norte

Decisão da Justiça obrigou o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) a providenciar, no prazo de 120 dias, o Projeto Executivo de Acessibilidade da Estrada de Ribamar (Rodovia MA-201), no trecho compreendido entre o Condomínio Vitória e o Shopping Pátio Norte. Esse projeto deve detalhar todas as intervenções necessárias para tornar o trecho da Estrada de Ribamar acessível, seguindo todas as determinações e normas técnicas brasileiras, especialmente a ABNT NBR 9050:2020 e as diretrizes de sinalização sonora do Conselho Nacional de Trânsito, para sinalização de semáforo sonora. O Estado do Maranhão deve iniciar as obras no prazo máximo de 60 dias após a aprovação do Projeto Executivo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos e concluir em dois anos, a contar da data de início

da execução dos trabalhos.

ETAPAS DA OBRA

Na sentença, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara, estabeleceu que a execução da obra deve ser feita em duas etapas. A primeira etapa (50%) deve ser concluída em até um ano e a segunda etapa (50% restante), ao final de dois anos. E ficou fixada multa diária no valor de R\$ 10 mil no caso de atraso no cumprimento da ordem judicial. O Estado deverá apresentar, ainda, a cada seis meses, relatórios circunstanciados à Vara e ao Ministério Público, demonstrando o andamento físico e financeiro da obra, e a conformidade com os padrões de acessibilidade. Ao considerar a complexidade e a extensão da Rodovia MA-201, o juiz estabeleceu que a decisão deverá ser cumprida de forma estruturada para permitir o planejamento e a alocação de recursos pelo Executivo "sem

causar desequilíbrio abrupto nas contas públicas".

PARECER TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

Conforme Parecer Técnico de Acessibilidade juntado ao processo constatou a falta de rebaxos de calçadas, rampas com inclinação irregular, pisos instáveis e falta de sinalização sonora, tornando o local inacessível. A situação existe desde a denúncia inicial em 2018 e se confirmou em 2024, representando uma inação abusiva e inconstitucional por parte do Poder Público, que se mostra negligente em garantir direitos fundamentais em uma área de sua responsabilidade precípua, informou a sentença judicial. "O direito de locomoção, de participação social e o direito à segurança física do cidadão com deficiência estão sendo sistematicamente violados pela inércia do Estado", afirmou o juiz no texto.

PROCESSO ESTRUTURAL

Na análise da questão, Douglas Martins considerou que a proposta do Ministério Público - de adoção de um modelo de processo estrutural e de execução progressiva - demonstra ser a solução mais adequada, por garantir a efetividade do direito fundamental de forma sustentável e planejada. A solução judicial, diz a sentença, deve reconhecer essa natureza e buscar uma implementação progressiva e coordenada, em colaboração com o planejamento administrativo. A fixação de um cronograma escalonado e coerente com os ciclos orçamentários (anual e plurianual), como sugerido pelo Ministério Público, atende ao artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, "pois reconhece as dificuldades logísticas e financeiras da execução de uma obra de infraestrutura de grande extensão, mas impede que essas dificuldades sirvam de justificativa para a inércia eterna".

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA AVISO DE LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA. A sessão será realizada através do Portal de Compras licitanet.com.br, sendo conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agenda para o dia 21 de janeiro de 2026 às 09h00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o Departamento de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparuá.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, Santa Luzia do Paruá - MA, 07 de janeiro de 2026. FLAVIO JOSE PADILHA DE ALMEIDA - Secretário Municipal de Plan., Admin., Fin., Receitas e Patrimônio Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025

A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA, através do Agente de Contratação e equipe de apoio, torna público que realizará a abertura do Credenciamento abito citado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, alterações posteriores e demais normas pertinentes, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório. Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, e que atenderem a todas as exigências, quanto à documentação, constantes neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação, previamente credenciadas no Sistema de Licitação da Bolsa Brasileira de Mercadorias, bem como no site eletrônico <https://www.nobolbnet.com.br>. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar. Informações sobre Propostas e Documentação de Habilitação: a) Realização do Certame: <https://www.nobolbnet.com.br>. b) Recebimento das Propostas: até às 07h59min do dia 28 de janeiro de 2026. c) Abertura das Propostas e Habilitação: dia 28/01/2026 às 08:00h. d) Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Duque Bacelar-MA, 06 de janeiro de 2026.

Gabriela de Almeida Furtado

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

AVISO DE EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS (GRUPOS FORMAIS, INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS) NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. OS INTERESSADOS DEVERÃO APRESENTAR OS ENVELOPES NO SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ-MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, vem realizar a 1ª CHAMADA PÚBLICA DE 2026, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para a habilitação dos Projetos de Venda, nos períodos: a) Etapa de Recebimento de envelopes: das 08h00min do dia 08.01.2026 até às 08h59min do dia 28.01.2026. O Edital poderá ser obtido no Portal do Município: <http://www.santaluziadoparuá.ma.gov.br>; ou pelo e-mail: cp@prefeitura.sp@gmail.com; ou no Sala de Licitação e Contratação na sede da Prefeitura Municipal na Av. Professor João Moraes de Sousa, 355 - Centro, neste município, onde poderá ser consultado e obtido gratuitamente. Santa Luzia do Paruá-MA, 07 de janeiro de 2026. Sebastiana de Kássia Santos Freitas Moura - Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY/MA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 001/2026 - O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE SARNEY-MA, inscrito no CNPJ nº 01.613.745-0001-99, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00min (horário de Brasília) do dia 23 de janeiro de 2026, Licitação na Modalidade Concorrência Nº 001/2026, do tipo Menor Preço Global, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada na Construção de um MATADOURO no município de Presidente Sarney/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitapresidentesarney.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitapresidentesarney.com.br, <https://presidentesarney.ma.gov.br/>, através do e-mail licitapresidentesarney@gmail.com, através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA), no Portal Nacional de Compras Públicas - <https://pncp.gov.br/app/edits> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Contratações Públicas-Licitações da Prefeitura de Presidente Sarney, localizada na Av. Albino Moreira, nº 03, Centro, Presidente Sarney - MA, CEP: 65204-000, no horário de 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas) em dias úteis. Presidente Sarney/MA, 06 de janeiro de 2026. Victor Rabelo Corrêa. Agente de Contratação - Portaria Nº 030/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY/MA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 002/2026 - O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE SARNEY-MA, inscrito no CNPJ nº 01.613.745-0001-99, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 10h00min (horário de Brasília) do dia 23 de janeiro de 2026, Licitação na Modalidade Concorrência Nº 002/2026, do tipo Menor Preço Global, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada na REFORMA DO ESTÁDIO do Município de Presidente Sarney/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitapresidentesarney.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitapresidentesarney.com.br, <https://presidentesarney.ma.gov.br/>, através do e-mail licitapresidentesarney@gmail.com, através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA), no Portal Nacional de Compras Públicas - <https://pncp.gov.br/app/edits> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Contratações Públicas-Licitações da Prefeitura de Presidente Sarney, localizada na Av. Albino Moreira, nº 03, Centro, Presidente Sarney - MA, CEP: 65204-000, no horário de 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas) em dias úteis. Presidente Sarney/MA, 06 de janeiro de 2026. Victor Rabelo Corrêa. Agente de Contratação. Portaria Nº 030/2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 356/2025

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMEL
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de materiais de identificação e divulgação, compreendendo banners e faixas impressas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL).
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 09/01/2026.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 08h30 às 14h30 do dia 13/01/2026.
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br.

Timon/MA, 07 de janeiro de 2026.
Judá Evangelista Nunes Leite
Pregoeiro do Município de Timon/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 347/2025

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMEL
OBJETO: Empresa especializada no fornecimento de uniformes esportivos e institucionais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL).
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 09/01/2026.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 08h30 às 14h30 do dia 13/01/2026.
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br.

Timon/MA, 07 de janeiro de 2026.
Judá Evangelista Nunes Leite
Pregoeiro do Município de Timon/MA



AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026

**AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025**Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650
Assessoria Jurídica

Identificador: 3017-898d6c2466f42a84ec4fef06feac31869c977b4c

A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA, através do Agente de Contratação e equipe de apoio, torna público que realizará a abertura do Credenciamento abaixo citado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, alterações posteriores e demais normas pertinentes, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório.

Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, e que atenderem a todas as exigências, quanto à documentação, constantes neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação, previamente credenciadas no Sistema de Licitações da Bolsa de Brasileira de Mercadoria, bem como no sítio eletrônico <https://www.novobbmnet.com.br>.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.

Informações sobre Propostas e Documentação de Habilitação:

a) Realização do Certame: <https://www.novobbmnet.com.br>.

b) Recebimento das Propostas: até às 07h59min do dia 28 de janeiro de 2026.

c) Abertura das Propostas e Habilitação: dia 28/01/2026 às 08:00hs.

d) Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Duque Bacelar-Ma, 06 de janeiro de 2026.

Gabriela de Almeida Furtado
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Identificador: 3017-bfa4ac9a2e41c549457211296e6f40a5c008f5c5

EXTRATO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025**EXTRATO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
013/2025**

Processo Administrativo nº 201/2025; **OBJETO:** Serviços especializados de consultoria em auditoria fiscal tributária com assessoramento técnico, a fim de avaliar, revisar e orientar a sistemática aplicada a tributos, dando suporte na ratificação, na atualização monetária, na cobrança e na recuperação de créditos tributários vencidos deste Município; **AMPARO LEGAL:** Art. 74, III, c, da Lei nº 14.133/2021; **VALOR GLOBAL:** R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 02 03 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS; 04.122.0003.2017.0000 - Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; **EMPRESA:** Rieki Brasil Consultoria LTDA, CNPJ sob o nº 40.255.443/0001-48, representada pelo Srº Hygo Brito Gaioso **CONTRATANTE:** Gabriela de Almeida Furtado Secretária Municipal de Administração e Finanças. Duque Bacelar, 09 de dezembro de 2025.



Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

Relatório de Disputa de Licitação Pública
Edital nº 001/2026 – Processo 218/2025 – Lote 1

Modalidade	Credenciamento
Promotor	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Unidade compradora	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Endereço – UF	Av. Cel. Rosalina S/N ,Centro, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000
Finalidade da Licitação	Aquisição de Bens Comuns
Utiliza recursos da União (verba federal)	Não
Nome do pregoeiro / Agente de Contratação	Washington Carlos Ferreira dos Santos
Telefone	(98) 9859 - 2013
E-mail	cplduquebacelar@gmail.com
Configurações Gerais da Licitação:	
Critério de participação dos licitantes	-
Direito de Prioridade para ME-EPP local ou regional	Não
Critérios de julgamento da proposta e lance	Preço Fixo
Prazo de Validade da Proposta	60 dias
Data e hora para o início do recebimento de propostas	08/01/2026 às 10:00:00
Modo de Disputa	-
As propostas e lances consideram o valor	Unitário para o Item
Redefinição dos valores dos itens ao término da licitação	Sim
Exigência obrigatória de informar marca dos itens ofertados	Não
Preço de Referência	Sim
Amparo Legal	Lei 14.133/2021, Art. 1º, § 2º

Histórico da Licitação

Situação	Ativo
-----------------	-------

Participantes (ordem alfabética)

Nome/ Razão Social	Documento	Email	Cidade – UF	Telefone
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	julielce.ia@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 9847 - 3338
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	postocastrodb@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 8420 - 4060

Propostas iniciais registradas (ordem cronológica)

Data	Hora	Participante	Valor R\$	Situação
22/01/2026	16:50:00	WS COMBUSTIVEL LTDA	R\$ 5,73	Classificado
28/01/2026	00:11:39	O DUQUE LTDA	R\$ 5,73	Classificado

Mensagens enviadas (ordem cronológica)

Data	Hora	Descrição
08/01/2026	10:00:54:105	Sistema - O Credenciamento está aberto para receber propostas.
28/01/2026	07:59:00:323	Sistema - Encerrado o prazo para o recebimento de proposta

28/01/2026	07:59:00:408	Sistema - Iniciados os procedimentos de habilitação dos licitantes credenciados.
28/01/2026	08:06:11:925	Agente de Contratação - Senhores boa dia, estamos iniciando a abertura da sessão pública do Credenciamento nº 001/2026.
28/01/2026	08:32:18:268	Agente de Contratação - Senhores, nesta Fase de Habilitação, vamos fazer o upload dos arquivos das empresas participantes, para consultas e validação dos documentos de habilitação, retornaremos a comunicação as 15hrs do dia 02 do mês de fevereiro do ano corrente, para continuidade às etapas deste credenciamento público.
02/02/2026	15:12:29:449	Agente de Contratação - Senhores boa tarde, estamos retornando a comunicação para continuidade do Credenciamento nº 001/2026.
02/02/2026	15:33:16:244	Agente de Contratação - Após consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/), análise e validação dos documentos de habilitação, constatamos que a licitante, O DUQUE LTDA e a licitante SC COMBUSTIVEIS LTDA, em nosso entendimento, atenderam as exigências do edital, portando sendo declaradas habilitadas na presente licitação.
02/02/2026	15:34:46:329	Agente de Contratação - Vamos passar para etapa Iniciar Manifestação de Recurso
02/02/2026	15:35:36:252	Sistema - Atenção, concluímos a fase de habilitação e iniciamos a fase de manifestação de recursos. Os licitantes têm um prazo mínimo de 10 minutos para manifestar a intenção de interpor recursos , conforme o Artigo 165 da Lei 14.133
02/02/2026	15:50:02:488	Agente de Contratação - Iniciada a homologação da licitação.
03/02/2026	08:27:44:305	Sistema - Os lances foram Homologados.

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

Relatório de Disputa de Licitação Pública

Edital nº 001/2026 – Processo 218/2025 – Lote 2

Modalidade	Credenciamento
Promotor	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Unidade compradora	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Endereço – UF	Av. Cel. Rosalina S/N ,Centro, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000
Finalidade da Licitação	Aquisição de Bens Comuns
Utiliza recursos da União (verba federal)	Não
Nome do pregoeiro / Agente de Contratação	Washington Carlos Ferreira dos Santos
Telefone	(98) 9859 - 2013
E-mail	cplduquebacelar@gmail.com
Configurações Gerais da Licitação:	
Critério de participação dos licitantes	-
Direito de Prioridade para ME-EPP local ou regional	Não
Critérios de julgamento da proposta e lance	Preço Fixo
Prazo de Validade da Proposta	60 dias
Data e hora para o início do recebimento de propostas	08/01/2026 às 10:00:00
Modo de Disputa	-
As propostas e lances consideram o valor	Unitário para o Item
Redefinição dos valores dos itens ao término da licitação	Sim
Exigência obrigatória de informar marca dos itens ofertados	Não
Preço de Referência	Sim
Amparo Legal	Lei 14.133/2021, Art. 1º, § 2º

Histórico da Licitação

Situação	Ativo
-----------------	-------

Participantes (ordem alfabética)

Nome/ Razão Social	Documento	Email	Cidade – UF	Telefone
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	julielce.ia@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 9847 - 3338
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	postocastrodb@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 8420 - 4060

Propostas iniciais registradas (ordem cronológica)

Data	Hora	Participante	Valor R\$	Situação
22/01/2026	16:54:48	WS COMBUSTIVEL LTDA	R\$ 6,03	Classificado
28/01/2026	00:16:16	O DUQUE LTDA	R\$ 6,03	Classificado

Mensagens enviadas (ordem cronológica)

Data	Hora	Descrição
08/01/2026	10:00:55:498	Sistema - O Credenciamento está aberto para receber propostas.
28/01/2026	07:59:02:182	Sistema - Encerrado o prazo para o recebimento de proposta

28/01/2026	07:59:02:212	Sistema - Iniciados os procedimentos de habilitação dos licitantes credenciados.
28/01/2026	08:06:11:908	Agente de Contratação - Senhores boa dia, estamos iniciando a abertura da sessão pública do Credenciamento nº 001/2026.
28/01/2026	08:32:18:234	Agente de Contratação - Senhores, nesta Fase de Habilitação, vamos fazer o upload dos arquivos das empresas participantes, para consultas e validação dos documentos de habilitação, retornaremos a comunicação as 15hrs do dia 02 do mês de fevereiro do ano corrente, para continuidade às etapas deste credenciamento público.
02/02/2026	15:33:16:258	Agente de Contratação - Após consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/), análise e validação dos documentos de habilitação, constatamos que a licitante, O DUQUE LTDA e a licitante SC COMBUSTIVEIS LTDA, em nosso entendimento, atenderam as exigências do edital, portando sendo declaradas habilitadas na presente licitação.
02/02/2026	15:34:46:341	Agente de Contratação - Vamos passar para etapa Iniciar Manifestação de Recurso
02/02/2026	15:35:35:849	Sistema - Atenção, concluímos a fase de habilitação e iniciamos a fase de manifestação de recursos. Os licitantes têm um prazo mínimo de 10 minutos para manifestar a intenção de interpor recursos , conforme o Artigo 165 da Lei 14.133
02/02/2026	15:50:02:600	Agente de Contratação - Iniciada a homologação da licitação.

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

Relatório de Disputa de Licitação Pública
Edital nº 001/2026 – Processo 218/2025 – Lote 3

Modalidade	Credenciamento
Promotor	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Unidade compradora	Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Endereço – UF	Av. Cel. Rosalina S/N ,Centro, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000
Finalidade da Licitação	Aquisição de Bens Comuns
Utiliza recursos da União (verba federal)	Não
Nome do pregoeiro / Agente de Contratação	Washington Carlos Ferreira dos Santos
Telefone	(98) 9859 - 2013
E-mail	cpduquebacelar@gmail.com
Configurações Gerais da Licitação:	
Critério de participação dos licitantes	-
Direito de Prioridade para ME-EPP local ou regional	Não
Critérios de julgamento da proposta e lance	Preço Fixo
Prazo de Validade da Proposta	60 dias
Data e hora para o início do recebimento de propostas	08/01/2026 às 10:00:00
Modo de Disputa	-
As propostas e lances consideram o valor	Unitário para o Item
Redefinição dos valores dos itens ao término da licitação	Sim
Exigência obrigatória de informar marca dos itens ofertados	Não
Preço de Referência	Sim
Amparo Legal	Lei 14.133/2021, Art. 1º, § 2º

Histórico da Licitação

Situação	Ativo
-----------------	-------

Participantes (ordem alfabética)

Nome/ Razão Social	Documento	Email	Cidade – UF	Telefone
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	julielce.ia@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 9847 - 3338
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	postocastrodb@gmail.com	Duque Bacelar - MA	(98) 8420 - 4060

Propostas iniciais registradas (ordem cronológica)

Data	Hora	Participante	Valor R\$	Situação
22/01/2026	16:58:03	WS COMBUSTIVEL LTDA	R\$ 5,93	Classificado
28/01/2026	00:19:54	O DUQUE LTDA	R\$ 5,93	Classificado

Mensagens enviadas (ordem cronológica)

Data	Hora	Descrição
08/01/2026	10:00:18:135	Sistema - O Credenciamento está aberto para receber propostas.
28/01/2026	07:59:01:281	Sistema - Encerrado o prazo para o recebimento de proposta

28/01/2026	07:59:01:312	Sistema - Iniciados os procedimentos de habilitação dos licitantes credenciados.
28/01/2026	08:06:11:915	Agente de Contratação - Senhores boa dia, estamos iniciando a abertura da sessão pública do Credenciamento nº 001/2026.
28/01/2026	08:32:18:225	Agente de Contratação - Senhores, nesta Fase de Habilitação, vamos fazer o upload dos arquivos das empresas participantes, para consultas e validação dos documentos de habilitação, retornaremos a comunicação as 15hrs do dia 02 do mês de fevereiro do ano corrente, para continuidade às etapas deste credenciamento público.
02/02/2026	15:33:16:249	Agente de Contratação - Após consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/), análise e validação dos documentos de habilitação, constatamos que a licitante, O DUQUE LTDA e a licitante SC COMBUSTIVEIS LTDA, em nosso entendimento, atenderam as exigências do edital, portando sendo declaradas habilitadas na presente licitação.
02/02/2026	15:34:46:322	Agente de Contratação - Vamos passar para etapa Iniciar Manifestação de Recurso
02/02/2026	15:35:36:186	Sistema - Atenção, concluímos a fase de habilitação e iniciamos a fase de manifestação de recursos. Os licitantes têm um prazo mínimo de 10 minutos para manifestar a intenção de interpor recursos , conforme o Artigo 165 da Lei 14.133
02/02/2026	15:50:02:594	Agente de Contratação - Iniciada a homologação da licitação.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
WS COMBUSTIVEL LTDA

FLS. Nº 119
 Rubrica _____

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO, brasileiro, natural de Duque Bacelar - MA, solteiro, nascido em 28/02/1986, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 0276078020044 GEJSPC-MA, expedida em 27/05/2004 e do CPF nº 022.080.923-25, residente e domiciliado à Rua Chico Rita, 86, Centro, CEP 65.625-000, Duque Bacelar-MA.

WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO, brasileira, natural de Coelho Neto - MA, empresária, solteira, nascida em 07/10/1976, portadora do CPF nº 002.977.353-90 e Cédula de Identidade nº 2269184 SSP - PI, expedida em 28/05/2001, residente e domiciliada à Rua Chico Rita, 86, Centro, CEP 65.625-000, Duque Bacelar-MA, (art. 997, I, CC/2002) únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada **WS COMBUSTIVEL LTDA-ME**, com sede à Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP 65.625-000, Duque Bacelar - MA, devidamente cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº **15.458.188/0001-93** e com o Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA sob NIRE nº **21200782883**, resolvem de pleno e comum acordo, alterar o Contrato Social da forma seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

Retira - se da sociedade a sócia **WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO**, transfere neste ato para o sócio remanescente **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO** a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, dando plena e geral quitação.

CLAUSULA SEGUNDA

Aumenta-se o capital da sociedade para R\$ 500.000,00 (cento e cinquenta mil reais), divididos em 500.000 (quinhentos mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma. O sócio **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO** já qualificado integraliza neste ato 350.000 (trezentos e cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma perfazendo um total de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente do País.

Após a seção de transferência de quotas, direitos e responsabilidades, o capital social fica distribuído da seguinte forma:

Nome do Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO	500.000	100	500.000,00
TOTAL	500.000	100	500.000,00

CLAUSULA TERCEIRA

Altera - se o nome empresarial para **SC COMBUSTIVEIS LTDA**.

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA:
WS COMBUSTIVEL LTDA**

FLS. Nº 120
Rubrica _____

CONSOLIDAÇÃO
WS COMBUSTIVEL LTDA

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO, brasileiro, natural de Duque Bacelar - MA, solteiro, nascido em 28/02/1986, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 0276078020044 GEJSPC-MA, expedida em 27/05/2004 e do CPF nº 022.080.923-25, residente e domiciliado à Rua Chico Rita, 86, Centro, CEP 65.625-000, Duque Bacelar-MA.

CLAUSULA PRIMEIRA

A Empresa gira sob o nome empresarial **SC COMBUSTIVEIS LTDA**

CLAUSULA SEGUNDA

A empresa tem integralizado o capital social de R\$ R\$ 500.000,00 (cento e cinquenta mil reais), divididos em 500.000 (quinhentos mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, em moeda corrente do país.

CLAUSULA TERCEIRA

A empresa tem sede localizada a Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP 65.625-000, Duque Bacelar - MA, podendo a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLAUSULA QUARTA

A empresa tem por objeto social:

4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4313-4/00 - Obras de terraplenagem

4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes

4784-9/00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita

0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (Desmatamento)

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA: FLS. Nº 121
WS COMBUSTIVEL LTDA
Rubrica _____

CLAUSULA QUINTA

A Empresa iniciou suas atividades 02/05/2012 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II CC/2002).

CLAUSULA SEXTA

A Administração da empresa caberá a **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO**, com poderes e atribuições de representar a empresa isoladamente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante todas as repartições e entidades públicas, municipais, estaduais e federais, inclusive autarquias, bancos, instituições financeiras e terceiros em geral, efetuando todos os negócios de interesse da empresa, autorizando o uso do nome empresarial.

CLAUSULA SETIMA

O titular declara que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLAUSULA OITAVA

A Administradora poderá realizar uma retirada Pró-Labore, considerando os interesses da empresa e as limitações da Legislação vigente.

CLAUSULA NONA

O Administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a Administração da empresa individual de responsabilidade limitada, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, Lei 10.406 de 10/01/2002).

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA:
WS COMBUSTIVEL LTDA**

FLS. Nº 122
Rubrica _____

CLAUSULA DECIMA

Fica eleito o foro de Duque Bacelar-MA, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados, obriga-se por si e por seus herdeiros, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas deste Contrato, lavrado em 01 (uma) via de igual teor.

Duque Bacelar – MA, 07 de Abril de 2025

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
CPF Nº 022.080.923-25

WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO
CPF nº 002.977.353-90



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00297735390	WALDINEIA DA CONCEICAO DO VALE CASTRO
02208092325	SILVANILDO DA CONCEICAO CASTRO

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/04/2025 09:14 SOB Nº 20250450933.
PROTOCOLO: 250450933 DE 09/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12506152031. CNPJ DA SEDE: 15458188000193.
NIRE: 21200782883. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/04/2025.
SC COMBUSTIVEIS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



Poder Judiciário - TJMA
Nº SELO AUTENT030775GRXBJN3J9AE01L03
Certifico e dou fé que esta fotocópia é
reprodução fiel do original, autenticando-a nos
termos do art. 7º da lei 8935/94. DUQUE
BACELAR MA. 06/12/2023 11:38:58. Ato: 13.18.
Total R\$ 6,02 Emol R\$ 5,44 FERC R\$ 0,16 FADEP
R\$ 0,21 FBMP R\$ 0,21 Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>



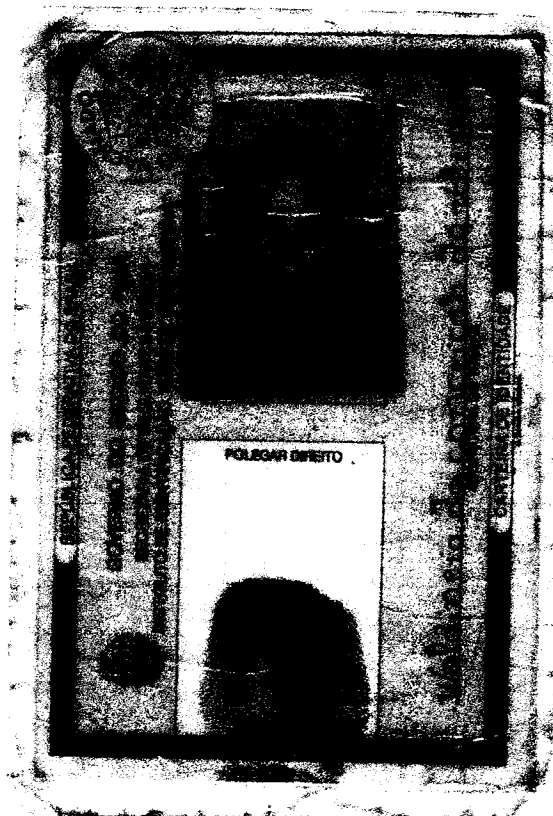
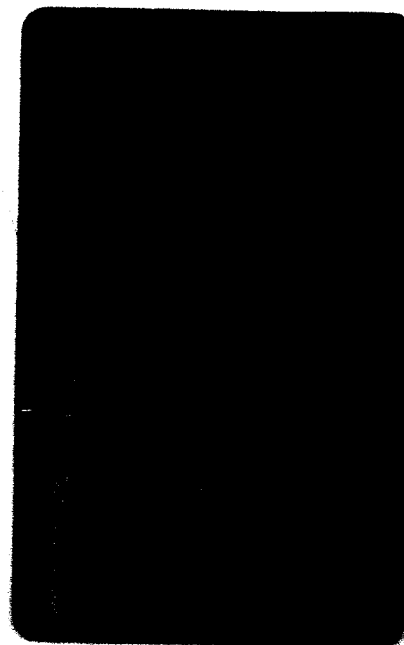
Marilete Rocha Viana
MARILENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA



GE



MARILENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA



MARILENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.458.188/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/05/2012
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL SC COMBUSTIVEIS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO CASTRO	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R CHICO RITA	NÚMERO 360	COMPLEMENTO *****
----------------------------	---------------	----------------------

CEP 65.625-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BONITO	MUNICÍPIO DUQUE BACELAR	UF MA
-------------------	--------------------------------	----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (98) 3473-2402
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/05/2012
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/01/2026 às 15:18:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ: 15.458.188/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:22:53 do dia 12/01/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/07/2026.

Código de controle da certidão: **30D0.69A9.2DB7.F1F1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 15.458.188/0001-93
Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA
Endereço: RUA CHICO RITA 360 / ALTO BONITO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2026 a 10/02/2026

Certificação Número: 2026011204503164234000

Informação obtida em 14/01/2026 18:02:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.458.188/0001-93

Certidão nº: 2751001/2026

Expedição: 12/01/2026, às 17:20:46

Validade: 11/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.458.188/0001-93**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.458.188/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/05/2012
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SC COMBUSTIVEIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO CASTRO	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R CHICO RITA	NÚMERO 360	COMPLEMENTO *****
-----------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 65.625-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BONITO	MUNICÍPIO DUQUE BACELAR	UF MA
--------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (98) 3473-2402
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/05/2012
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/04/2025** às **11:43:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 02/02/2026 08:37:29

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SC COMBUSTIVEIS LTDA**
CNPJ: **15.458.188/0001-93**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 22/01/2026

Nº da certidão: 12600278990

Data de validade: 22/03/2026

Código de Validação: 18ddc3f470

NOME: SC COMBUSTIVEIS LTDA

CNPJ: 15.458.188/0001-93

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



FLS. Nº 133
Rubrica _____

SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DE
COMBUSTÍVEIS**

1 – Proponente:

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS

Sede: Rua Chico Rita Nº 360, Bairro, Alto Bonito, Duque Bacelar-MA

C.N.P.J.: 15.458.188/0001-93.

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

Fornecedor: SC COMBUSTIVEIS CNPJ: C.N.P.J.: 15.458.188/0001-93		Inscrição Estadual:
Endereço: Rua Chico Rita, S/N		Bairro: Alto Bonito
CEP: 65.625-000	Cidade: Duque Bacelar	Estado: MA.
Telefone: 98 3474 - 1194	E-mail: postocastrodb@gmail.com	
Banco: Brasil S/A	Agência: 1045-6	Conta Corrente: 28001-1
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA: Conforme Edital		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		



FLS. Nº 134
Rubrica _____

SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
	VALOR TOTAL					R\$ 3.816.846,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Valor Total e final por extenso:

R\$ 3.816.846,00 (Três milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais)

Comprometemo-nos a fornecer o objeto com o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Piauí, capital Teresina e publicada pela Agencia Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP

Declaramos de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta.

Duque Bacelar/MA, 22 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
Data: 22/01/2026 15:25:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SC COMBUSTIVEIS

Silvanildo da Conceição Castro

RG: 0276078020044 SSP/MA

CPF: 022.080.923-25



FLS. Nº 135
Rubrica

SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194



FLS. Nº 136
Rubrica _____

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 366830/25

Data da

19/11/2025 11:21:35

Inscrição Estadual: 123833809

CPF/CNPJ: 15458188000193

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço: RUA CHICO RITA, 360 CEP: 65625000 - ALTO BONITO

Telefone: (98)34732402

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 17/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 25/11/2025 16:50:45



FLS. Nº 137
Rubrica _____

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 003282/26

Data da

12/01/2026 17:25:15

Inscrição Estadual: 123833809

CPF/CNPJ: 15458188000193

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço: RUA CHICO RITA, 360 CEP: 65625000 - ALTO BONITO

Telefone: (98)34732402

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 12/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 21/01/2026 15:12:25



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatarem nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: SC COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ 16.458.188/0001-93; situado na Rua Chico Rita, nº 360, Alto Bonito, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 03 de dezembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR - MA

Antonio Carlos Moutany da Silva
Chefe de Administração Financeira
Duque Bacelar - MA





PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatarem nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: SC COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ 15.458.188/0001-93; situado na Rua Chico Rita, nº 360, Alto Bonito, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 03 de dezembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração





SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

FLS. Nº 140
Rubrica _____

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

1 – Proponente:

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS

Sede: Rua Chico Rita Nº 360, Bairro, Alto Bonito, Duque Bacelar-MA

C.N.P.J.: 15.458.188/0001-93

☐ MICROEMPRESA

☒ EMPRESA DE PEQUENO PORTE

SC COMBUSTIVEIS, CNPJ nº 15.458.188/0001-93, Endereço: Rua Chico Rita Nº 360, Bairro, Alto Bonito, Duque Bacelar-MA.

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa SC COMBUSTIVEIS CNPJ nº 15.458.188/0001-93, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?

☐ SIM ☒ NÃO

Duque Bacelar/MA, 22 de janeiro de 2026.

gov.br

Documento assinado digitalmente

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO

Data: 22/01/2026 15:26:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SC COMBUSTIVEIS

Silvanildo da Conceição Castro

RG: 0276078020044 SSP/MA

CPF: 022.080.923-25



SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

FLS. Nº 141

Rubrica _____



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 289
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 142
Rubrica _____

TERMO DE CONTRATO Nº 0301.1/2023/PE/SRP
PROCESSO Nº 155/2022

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
DUQUE BACELAR-MA E A EMPRESA WS
COMBUSTIVEL LTDA - ME**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA**, Estado do Maranhão, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB**, com sede na Avenida Coronel Rosalino, s/n, Centro na cidade de DUQUE BACELAR /MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 30.768.891/0001-91, neste ato representado pelo Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **WS COMBUSTIVEL LTDA - ME** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93, sediado(a) na Rua Chica Rita, nº 360, Bairro Alto Bonito, em Duque Bacelar/MA, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. Silvanildo da Conceição Castro, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0276078020044, expedida pela (o) GEJSPC-MA, e CPF nº 022.080.923-25, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 133.2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 018/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa distribuidora, ou comércio varejista de combustíveis, para fornecimento de combustível, para atender as necessidades da frota de veículos próprios e locados da Secretaria Municipal de Educação de Duque Bacelar, conforme condições e exigências no detalhamento do objeto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O fornecimento de combustível, aos veículos do município, ocorrerá em rede de postos de abastecimento disponibilizados pela CONTRATADA, sendo: pelo menos 1 (um) posto, situado a um raio máximo de 10 Km (dez quilômetros) de distância da sede do município de Duque Bacelar/MA.

2.1.1. O abastecimento de combustíveis deverá ser feito por meio da utilização de Autorização de Fornecimento de Abastecimento fornecido pela CONTRATADA.

2.1.2. A autorização de fornecimento deverá ser assinada pelo Representante da Secretaria solicitante ou por colaborador devidamente designado pela Administração.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 383
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 143
Rubrica _____

2.1.3. Os preços registrados, para contratação, seguem conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no Edital do Pregão Eletrônico PE SRP nº 018/2022.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO

3.1. Previsão de valor até 31 de dezembro de 2023.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT.	(%) DESCONTO OFERECIDO	VR UNITÁRIO	VR TOTAL ANUAL
GASOLINA	litro	704 lt	8.448	%	R\$ 6,18	R\$ 52.208,64
DIESEL S10	litro	4.592 lt	55.098	%	R\$ 7,55	R\$ 415.989,90
DIESEL COMUM	litro	5.600 lt	67.196	%	R\$ 7,50	R\$ 503.970,00
						R\$ 972.168,54

3.1.1. O percentual de desconto de combustível incidirá sobre os **preços indicados nas bombas no ato do abastecimento**. Havendo divergência, na data do seu fornecimento, entre o valor indicado na bomba e a média de seu respectivo valor por litro praticado no mercado varejista de Teresina/PI, considerando a publicação da Agência Nacional de Petróleo – ANP o percentual de desconto incidirá sobre o menor valor.

3.1.2. A empresa vencedora deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrados na rede credenciada, para pagamento, terão como limite o preço médio mensal praticado no mês do abastecimento, da Teresina-PI, definidos no site da ANP - Agência Nacional de Petróleo, na Internet, sobre o qual será aplicado **desconto oferecido**. Link para acesso - http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp

3.1.3. O percentual de desconto oferecido na proposta da empresa vencedora deverá incidir sobre os preços dos combustíveis durante a vigência do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

4.1. - Da Contratante

4.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

4.1.2. Atentar para que durante a vigência do presente contrato seja mantida a situação de regularidade relativa à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Fazenda Federal da CONTRATADA, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

4.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;

4.1.4. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 84
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 144
Rubrica _____

4.1.5. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

4.1.6. Comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s).

4.2. - Da Contratada

4.2.1. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

4.2.2. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.3. Zelar pela perfeita execução dos serviços;

4.2.4. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo;

4.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao município ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;

4.2.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

4.2.7. Entregar os produtos descrito na cláusula primeira nos prazos e condições especificados;

4.2.8. Manter seus empregados e/ou prepostos, quando em serviço, devidamente identificados, mediante o uso permanente de crachás;

4.2.9. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correm por conta do orçamento próprio do município.

02 02 05 - sec. Mun. de Educação, Cultura, esporte e Lazer;

12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado;

Valor estimado R\$

12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação - MDE;

Valor estimado R\$

12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE;



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 285
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 145
Rubrica _____

Valor estimado R\$
12.361.0021.2069.0000 – Manutenção do PNTE/FNDE;

Valor estimado R\$
12.361.0021.2065.0000 – Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio;

Valor estimado R\$
02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Basica;

Valor estimado R\$
12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 40%;

Valor estimado R\$

Elemento de despesa:
3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

6.1. Pelo fornecimento dos itens descritos na planilha deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$ 972.168,54 (novecentos e setenta e dois, cento e setenta e oito reais, cinquenta e quatro centavos), sendo apurado no primeiro dia útil do mês subsequente o valor total entregue no mês.

6.2. O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data do atesto do documento de cobrança, que será de responsabilidade do Fiscal do contrato. A contratada deverá comprovar para fins de pagamento a regularidade perante a Seguridade social (Certidão Negativa de Débitos), o Fundo de Garantia do tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), quanto à Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo empregado(a) Alexandro Furtado da Costa, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente de FISCAL, e em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

8.1. Prazo de execução do contrato será até 31 de dezembro de 2023, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes, em conformidade com o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

9. **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 286
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 346
Rubrica _____

9.1.1. Advertência, a partir do primeiro dia de atraso, caso não tenha justificativa pelo CONTRATADO;

9.1.2. Multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto;

9.1.3. Multa de um décimo por cento sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de reapresentação do material rejeitado, após esgotado o prazo fixado para substituição, correção ou reparação; e;

9.1.4. Multa de dez por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.

9.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a LICITANTE dos prejuízos resultantes.

9.2. Se o atraso ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas acima.

9.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, e no caso de suspensão do direito de licitar, a licitante vencedora será descredenciada perante aquele Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.4. As sanções previstas nas alíneas "7.1.1", "7.1.3" e "7.1.4" do subitem 7.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "7.1.2", facultada a defesa prévia da licitante vencedora, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais.

9.5. Qualquer penalidade aplicada será precedida da observância do contraditório e da ampla defesa.

9.6. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

9.7. Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 287
Proc. Nº _____
Rubrica _____

FLS. Nº 147
Rubrica _____

10.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art .78 da Lei nº 8666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

10.2. No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO, SUPRESSÃO E REAJUSTE

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial. (Lei nº 8.666/93, art.65, § 1º).

11.2. O valor contratual poderá ser reajustado mensalmente, sendo aplicado o percentual de desconto do último lance, com referência a tabela de preços da ANP, preços médios praticados no município de Teresina-Pi, link https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp, incidir sobre os preços dos combustíveis durante a vigência do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

9.1 Este Contrato poderá, mediante assentimento das partes, ser alterado através de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ou em decorrência de fatores supervenientes que possam torná-lo inexecutável.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e 10.024/2019 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 288
Proc. Nº _____
Rubrica _____

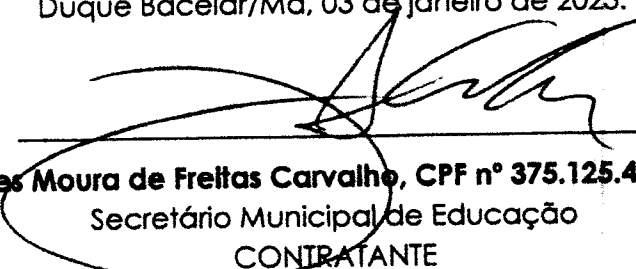
FLS. Nº 148
Rubrica _____

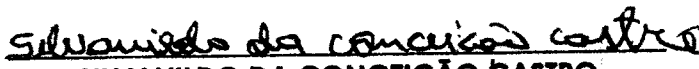
CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

12.1. É eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Coelho Neto/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Duque Bacelar/Ma, 03 de janeiro de 2023.


Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91
Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE


SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
CPF nº 022.080.923-25
RG nº 0276078020044 GEJSPC-MA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0301.1/2023/PE/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2022; PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER e a empresa WS COMBUSTIVEL LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Aquisição de Combustíveis. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico Nº PE-018/2022-SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR GLOBAL:** R\$ 972.168,54 (novecentos e setenta e dois mil, cento e sessenta e oito reais, cinquenta e quatro centavos); **VIGÊNCIA:** 03/01/2023 a 31/12/2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 02 05 - sec. Mun. de Educação, Cultura, esporte e Lazer; 12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado; 12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação MDE; 12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE; 12.361.0021.2069.0000 - Manutenção do PNTE/FNDE; 12.361.0021.2065.0000 - Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio; 02 02 06 - FUNDEB - Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Básica; 12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 40%; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer e Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; **SIGNATÁRIOS:** Sr Silvanildo da Conceição Castro, CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e o Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho. Secretário Municipal de Educação pela contratante. Duque Bacelar - MA, 03 de janeiro de 2023. Adv. Sandra Maria da Costa, OAB/PI 4650 Assessor Jurídico.

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código Identificador: a5c897472cb6d24d98bb84c16166b305

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0301.2/2023/PE018

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE SAÚDE e a empresa WS COMBUSTIVEL LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Contrato é a aquisição de Combustível para a Secretaria Municipal de Saúde de Duque Bacelar/MA. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico Nº PE- 018/2022-SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR GLOBAL:** R\$ 715.408,50 (setecentos e quinze mil, e quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos). **VIGÊNCIA:** 03/01/2023 a 31/12/2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 020221 Secretaria Municipal de Saúde; 10 122 0024 2146 0000 Manut. e Func. da sec. Municipal de Saúde; 02 02 04 - Fundo Municipal de Saúde; 10.301.0024.2080.0000 - Manutenção e Funcionamento da Atenção Básica; 10 301 0024 2079 0000 - Manut. e Func. do Prog. Agentes Comunitários de Saúde - PACS; 10 305 0024 2085 0000 - Manutenção da Vigilância em Saúde; 10 301 0024 2135 0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saúde - FMS; 10 302 0024 2081 0000 - Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. **SIGNATÁRIOS:** Sr. Silvanildo da Conceição Castro, CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e Sr.ª Ana Leonor Batista Burlamaqui, CPF nº 643.749.203-15, Secretária Municipal de Saúde pela contratante. Duque Bacelar - MA, 03 de janeiro de 2023. Adv. Sandra Maria da Costa, OAB/PI 4650 Assessor Jurídico.

Rubrica

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código Identificador: c5ce78189996667febec36b20e4e767a

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0301/2023/PE018

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA e a empresa WS COMBUSTIVEL LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Contrato é a aquisição de Combustível para a Secretaria Municipal de Administração de Duque Bacelar/MA. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico Nº PE- 018/2022-SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR GLOBAL:** de R\$ 709.536,00 (setecentos e nove mil, e quinhentos e trinta e seis reais). **VIGÊNCIA:** 03/01/2023 a 31/12/2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 020201 GABINETE DO PREFEITO; 04 122 0003 2141 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GAB. DO(a) PREFEITO(a); 04 121 0004 GESTÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO; 04 121 0004 2021 0000 Planejamento, Acompanhamento das Ações do Governo; 02 02 03 - Sec. mun. de Administração, Finanças e Infra - Estrutura; 04.122.0003.2017.0000 - Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa; 25 752 0016 ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE PARA ADOS; 25 752 0016 2051 0000 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública; 020213 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA; 20 605 0010 2030 0000 Apoio e Manutenção de Ações p Fortalecimento Agric. Familiar; 20 605 0010 2031 0000 Atividade de Apoio a Produção e Comercialização da Piscicult; 20 605 0011 2032 0000 Atividade de Apoio aos Pequenos Criadores; 20 606 0010 2029 0000 Apoio e Manutenção para Implantação de Quintal Produtivo; 20 606 0010 2170 0000 Fortalecimento da Patrulha Agrícola; 020216 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PRESERV. DOS REC. NAT; 18 122 0003 2132 0000 Manutenção das Atividades da Sec. de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. **SIGNATÁRIOS:** Sr. Silvanildo da Conceição Castro, CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, CPF nº 088.961.273-00, Secretário Municipal de Administração pela contratante. Adv. Sandra Maria da Costa, OAB/PI 4650 Assessor Jurídico.

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código Identificador: 54d8625f7440c89aca6dd47c4cc9887

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0401/2023/PE018

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE SAÚDE e a empresa WS COMBUSTIVEL LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Contrato é a aquisição de Combustível para a Secretaria Municipal Assistência Social Desenvolvimento Econômico e Segurança Alimentar e Fundo Mun. de Assistência Social de Duque Bacelar/MA. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico Nº PE- 018/2022-SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR GLOBAL:** R\$ 51.912,00 (cinquenta e um mil, e novecentos e doze reais). **VIGÊNCIA:** 04/01/2023 a 31/12/2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 020221 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; 10 122 0024 2146 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE; 02 02 08 - Fundo Municipal de Assist. Social; 08.244.0027.2148.0000 - Manut. e Funcionamento do FMAIS; 08.243.0026.2147.000 - Manut. e Funcionamento do Prog. Primeira Infância; 08.244.0025.2096.000 - Manut. das atividades dos Serviços

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social : WS COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ : 15458188000193

Nro. de Autori-
zação : PR/MA0137203

Nro. Despacho : ANP Nº 1644

Data da Publi-
cação : 05/11/2014

Endereço : RUA CHICO RITA - 360 - - ALTO BONITO - DUQUE BACELAR - MA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023.

Emitido às **15:19:56** horas do dia **21/01/2026** (data e horário de Brasília).
Código de controle do certificado: **C3BAFD5F5A5A69**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

FLS. Nº 151
Rubrica _____

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO Nº.: CA-825-5BBM

Nos termos da Lei Nº 11.390, DE 21 de dezembro de 2020, certificamos que a edificação ou a área de risco abaixo, foi vistoriada e está de conformidade com as normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, estando liberada para obtenção do Alvará de Funcionamento e/ou Habite-se junto ao órgão competente.

Nome / Razão Social:

S C COMBUSTIVEIS LTDA

CPF / CNPJ:

15.458.188/0001-93

Nome fantasia / Ocupante:

POSTO CASTRO

Classificação:

DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

ATC(m²):

252,64

Ramo de Atividade:

COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (SEM REVENDA DE GLP)

Técnico responsável:

HEBERT LOPES FERREIRA

CREA/CAU

A48006-1

CAP

CAP - 2492016-DAT

Endereço:

RUA CHICO RITA ALTO BONITO

Número:

360

Bairro:

ALTO BONITO

Cidade:

DUQUE BACELAR

UF

MA

Complemento:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Observações:

1. Este documento deverá permanecer na edificação em local visível.
2. Este certificado tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua data base, estando sujeito a ser cassado, quando constatado alterações nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico.

Data/Vistoria: 19/08/2025

Vistoriador: WELLINGTON SOARES ARAÚJO

Liberado em: 21/08/2025

Código de validação.



CA-825-5BBM

A validade deste documento pode ser confirmada em
<https://cbm.ssp.ma.gov.br>

WELLINGTON SOARES ARAÚJO
DIRETOR DA DAT



End.: AVENIDA PIRAJÁ, S/Nº Bairro: DNER
Cidade: CAXIAS - MA Cep: 65608-420
Contato: (99)3521-4400 E-mail: 5bbm@cbm.ma.gov.br

Impressão: 21/08/2025 12:19:33

SisAT- Sistema Integrado de Atividades Técnicas do CBMMA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Licença de Operação Nº 1121250/2022

VALIDADE ATÉ

10/06/2026

PROCESSO SEMA Nº 22010016951/2022

E-PROCESSOS Nº 005497/2022

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Ws Combustivel Ltda

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CPF OU CNPJ:

15.458.188/0001-93

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

12.383380-9

ENDEREÇO:

Rua Chico Rita, Nº360, Alto Bonito

MUNICÍPIO:

Duque Bacelar - MA

CEP:

65625-000

A OPERAR A ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

A LOCALIZAR-SE EM: RUA CHICO RITA, Nº 360, ALTO BONITO no município de DUQUE BACELAR / MA

Obs.: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

São Luís - MA 10/06/2022



1121250/2022

Raysa Queiroz Maciel Rodrigues

Secretário
 Matrícula: 814784-02

Rafael Ferreira Maciel

Secretário Adjunto
 Matrícula: 875246-02

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A OPEARÇÃO DA ATIVIDADE;

- O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO A ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA A LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22010016951/2022

1 - 1 - Condições Gerais:

1.1 O empreendedor WS COMBUSTÍVEL LTDA / POSTO CASTRO, inscrito no CNPJ: 15.458.188/0001-93, por meio desta Licença de Operação – LO está autorizado a operar o empreendimento Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, localizada RUA CHICO RITA, Nº 360, ALTO BONITO no município de DUQUE BACELAR / MA, nas proximidades das coordenadas 4°8'37.90" S 42°56'41.47" O.

1.2 Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

1.3 Esta Licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse de imóvel.

1.4 A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua exclusiva responsabilidade.

1.5 A SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente Licença, advindo de dolo ou má fé.

1.6 A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

1. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

2. Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;

3. Graves riscos ambientais e de saúde.

1.7 O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMA, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

1.8 Qualquer modificação no empreendimento somente poderá ser realizada após exame e manifestação da SEMA.

1.9 A renovação desta Licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de seu prazo de validade.

1.10 O não cumprimento das condições aqui relacionadas, assim como todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.

1.11 Esta licença ambiental (e respectivas condicionantes) deverá ficar exposta em local de fácil acesso e visualização.

1.12 O empreendedor deverá afixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização. O modelo e as especificações da placa indicativa de licenciamento ambiental encontra-se no site da SEMA.

2 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais:

2.1 Exigências relativas ao Uso de Recursos Hídricos

2.1.1 O empreendedor deverá atender aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, atentando, principalmente, aos seguintes pontos (conforme Art. 2º e 3º, da Lei Federal nº 9.433/1997):

I - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável;

II - A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

2.1.2 O empreendedor está ciente de que estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, especificamente (conforme Art. 12, da Lei Federal nº 9.433/1997):

I - Captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

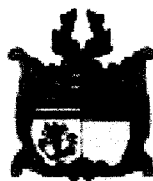
2.2 Exigências relativas ao Controle de Efluentes Líquidos

2.2.1 O empreendedor está ciente de que os esgotos sanitários do estabelecimento devem ser segregados dos demais efluentes e lançados em rede pública coletora ou receber tratamento no próprio local, de acordo com as Normas NBR 7229/93 e NBR 13.969/97 da ABNT e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, n.º 357/2005 e 430/2011;

2.2.2 Será definido como percentual mínimo aceitável para a eficiência de tratamento o índice de 90% para o efluente tratado em Estação de Tratamento de Efluente a ser lançado em manancial ou outra forma de disposição final, conforme Portaria SEMA nº 79/2013;

2.2.3 O empreendedor está ciente de que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nos corpos d'água com AUTORIZAÇÃO do órgão ambiental competente, conforme ditames das Resoluções do CONAMA, nº 357/05 e 430/11;

2.2.4 O empreendedor está ciente de que quando existirem áreas onde haja possibilidade de ocorrência de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22010016951/2022

derramamentos acidentais de substâncias oleosas (por exemplo: bacias de contenção de tanques aéreos de combustíveis, áreas de abastecimento de veículos, oficinas de manutenção de máquinas/equipamentos, áreas de armazenagem de óleo lubrificante, etc.) é obrigatória a instalação de pisos impermeáveis e sistemas de drenagem (exemplo: canaletas) interligados a caixas separadoras de água-óleo, e desde que esta atenda as exigências da Resolução CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, QUE LIMITA EM 20 MG/LITRO A CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE ÓLEOS E GRAXAS NA SAÍDA da caixa (ou que atendam ou que atendam a normas mais restritivas).

2.2.5 O empreendedor está ciente de que é proibido lançar em via pública, rede de drenagem ou nos corpos receptores qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento acidental.

2.2.6 O empreendedor deverá manter em bom estado o sistema de drenagem de águas pluviais, de modo a evitar carregamento de material para áreas externas à área da empresa.

2.3 Exigências relativas ao Controle de Resíduos

2.3.1 Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

2.3.2 O empreendedor deverá armazenar os resíduos (segundo classificação da "NBR - 10.004 - Resíduos Sólidos - Classificação") de acordo com as normas "NBR - 12.235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos" e "NBR - 11.174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inerte", da ABNT.

2.3.3 Os resíduos sólidos deverão ser adequadamente segregados, acondicionados, coletados, armazenados e transportados, de forma segura, até o destino final, não podendo ser jogados em locais impróprios como terrenos baldios (públicos ou privados), beiras de estrada, proximidades de nascentes, brejos, riachos, rios, lagos, lagoas, mangues, orla marítima, campos, áreas de parques e de preservação e outros ambientes igualmente frágeis.

2.3.4 O empreendedor está ciente de que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução CONAMA nº 362/2005.

2.4 Exigências relativas ao Controle de Emissões Atmosféricas

2.4.1 Devem ser tomadas providências em relação às operações ou fontes geradoras de emissões atmosféricas fugitivas a fim de minimizá-las (ou seja, diminuir, ou mesmo impedir o arraste de material particulado pela ação dos ventos), tais como: enclausuramento de instalações, armazenamento fechado de material, umidificação do solo, pavimentação e limpeza de áreas e vias de transporte.

2.4.2 As emissões atmosféricas pontuais (após devido controle ambiental) devem ser lançadas para a atmosfera livre de forma a permitir uma boa dispersão, preferencialmente através de dutos ou chaminés, e não poderão resultar em concentrações ambientais no entorno da instalação da fonte emissora superiores às vigentes como padrão de qualidade do ar.

2.4.3 As fontes de emissões atmosféricas fugitivas e/ou pontuais, deverão atender aos ditames da Resolução CONAMA nº 008/1990, que estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de Poluentes do ar;

2.5 Exigências relativas ao Controle do Ruído

2.5.1 Visando o conforto da comunidade, o empreendedor deverá realizar o controle do ruído na fonte (exemplo: troca de maquinário, manutenção preventiva, etc.) e/ou na trajetória (exemplo: enclausuramento de maquinário, realização de processos produtivos ruidosos em ambientes fechados, plantio de árvores visando a formação de "barreira vegetal", etc.).

2.5.2 O empreendedor deverá atender à NBR-10.151 (Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade), Resolução CONAMA nº 001/90 (Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos) e Lei Estadual nº 5.715/93, ou aquelas que venham a substituí-las.

2.6 Exigências relativas aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico

2.6.1 O empreendedor deverá obedecer aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico (indispensáveis para promover a segurança de pessoas, instalações e mercadorias) conforme o Certificado de Aprovação, ou ato equivalente, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar (de acordo com a Lei Estadual nº 6.546/1995 - Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão e dá outras providências)

2.7 Exigências relativas ao Controle de Riscos Tecnológicos envolvendo Produtos Químicos

2.7.1 O empreendedor deverá atentar, no mínimo, aos seguintes itens abaixo, no que tange aos Riscos Tecnológicos envolvendo Produtos Químicos:

I - Segregação - Esta técnica visa a separação dos diferentes fluxos de produtos químicos utilizados no processo produtivo, de modo a evitar que produtos perigosos contaminem aqueles não perigosos, reduzindo o volume de resíduos tóxicos e, conseqüentemente, reduzindo os custos associados ao seu tratamento e disposição. Devem ser segregados conforme suas compatibilidades de forma a prevenir reações entre os produtos por ocasião de vazamentos



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22010016951/2022

ou, ainda, que substâncias corrosivas possam atingir recipientes íntegros.

II - Acondicionamento - Os contêineres e tambores, ou outros tipos de embalagens, para acondicionamento de produtos químicos devem estar em boas condições de uso (sem defeitos ou ferrugem acentuada), serem resistentes ao ataque dos produtos armazenados, identificados corretamente, e sua disposição na área de armazenamento deve ser feita de tal forma que possam ser facilmente inspecionados. Caso haja necessidade de tanques de armazenamento de produtos químicos, dar preferência a tanques aéreos munidos com diques de contenção.

III - Armazenamento - O armazenamento de produtos químicos deve ser feito, preferencialmente, em locais cobertos, bem ventilados, que possuam piso impermeável e dispositivo para contenção, evitando a percolação de substâncias para o solo e água subterrânea.

IV - Manutenção - Realizar inspeções periódicas, bem como manutenção preventiva e corretiva, dos sistemas que contêm produtos químicos.

V - Resposta à Emergência - Deverá ser atendido o Plano para Resposta à Emergência contendo procedimentos e incluindo medidas como: ações a serem tomadas em casos de derramamento ou vazamento, remoção imediata do resíduo da bacia de contenção, destinação adequada dos resíduos contaminados gerados, lista de equipamentos de segurança existentes, bem como sua localização, tipo de material e capacidade etc.

VI - Disposição Correta de Resíduos Originários de Acidentes com Produtos Químicos - Não lançar em rede de drenagem ou nos corpos receptores qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento acidental;

VII - Gerenciamento de Áreas Contaminadas - Atender à Resolução CONAMA nº 420/2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;

VIII - Treinamento - Deverá ser realizado treinamento envolvendo todas as etapas de transporte, manuseio/manipulação e resposta a emergência envolvendo produtos químicos, consistindo no estabelecimento de um programa de capacitação profissional que inclua cursos técnicos e de desenvolvimento pessoal para os funcionários, objetivando melhorias no desempenho de suas tarefas, com consciência ambiental, responsabilidade e segurança.



Documento assinado eletronicamente em 15/09/2022, às 19:09.

Assinado por: RAFAEL FERREIRA MACIEL - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 06133497, Código CRC: AXKYNETH

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.

FLS. Nº JS6
Rubrica _____



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2022, às 13:00.

Assinado por: RAYSA QUEIROZ MACIEL RODRIGUES - Cargo: SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Código Verificador: 06133497, Código CRC: AXKYNETH

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: HERCILIO MACIEL RIBEIRO
REGISTRO.....	: MA-012189/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.342.973-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 22/01/2026 as 09:51:48.

Válido até: 22/04/2026.

Código de Controle: 7584680.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 21200782883

Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP 65625-000

Duque Bacelar –MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024

ATIVO

Circulante

Disponibilidades	101.993,20
Caixa	
Contas A Receber	80.615,00
Estoques	208.629,78
Impostos A Recuperar	0,00
IR E Contr Social Diferidos	0,00
Fundos De Recebíveis	0,00
Desp. Antecipadas	6.213,40
Outros	213,27
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	<u>397.664,65</u>

NÃO CIRCULANTE

Realizável A Longo Prazo

Contas A Receber	<u>180.360,05</u>
IR E Cont Social Deferidos	4.555,25
Impostos A Recuperar	995,00
Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL DO REAL LP	<u>185.910,30</u>

PERMANENTE

Investimentos	315.612,40
Imobilizados	76.380,10
Outros	6.666,79
TOTAL DO AT PERMANENTE	<u>398.659,29</u>

TOTAL DO ATIVOS	<u>982.234,24</u>
------------------------	--------------------------

Duque Bacelar–MA 22 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF: 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC – MA 012189

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 21200782883

Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP: 65625-000

Duque Bacelar -MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024**PASSIVO****Circulante**

Fornecedores	29.000,10
Financiamentos	89.615,00
Salário e Contribuições Social	46.792,00
Prov P/IR e Contr Social	0,00
Financiamentos Compra Imóveis	77.275,28
Alugueis a Pagar	2.100,00
Dividendos e Jrs S/ Cap Próprio	0,00
Outras Obrigações	790,40
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	245.572,88

NÃO CIRCULANTE**Exigível a longo prazo**

Financiamento	80.000,00
Imp e Contr Recolher	41.490,05
Prov P/Contingenciais	0,00
TOTAL EXIG PL	121.490,05

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**PL**

Capital Social	150.000,00
Reservas De Capital	350.000,00
Lucro Líquido do Exercício	115.171,31
TOTAL PL	615.171,31

TOTAL PASSIVO+PL**982.234,24**

Duque Bacelar - MA, 22 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF: 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC - MA 012189

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 21200782883

Rua Chico Rita 360, Alto Bonito CEP: 65625-000

Duque Bacelar –MA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCICIO PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO, 2024

(+) Receita Bruta De Venda	2.520.594,04
(-) Imposto S/ Vendas (Icms e Simples Nacional)	0,00
(-) Imposto F/ IRPJ CSLL	34.280,80
(=) RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	2.486.313,96
 (-) Custos Dos Produtos E Mercadorias Vendidas	2.142.504,93
(=) LUCRO BRUTO	343.809,03
 (-) Despesas Com Vendas	72.189,81
(-) Despesas Gerais E Administrativas	140.068,30
(-) Impostos E Taxas	5.612,30
(-) Despesas Com Depreciações E Amortizações	3.530,00
(+) Equivalência Patrimonial	0,00
(+) Outras Receitas (Desp) Operacionais Líquidas	0,00
(+) Receitas Financeiras	0,00
(-) Despesas Financeiras	4.119,16
(=) LUCRO OPERACIONAL	118.371,31
 Receitas Não Operacionais Líquidas	0,00
(=) LUCRO ANTES DO IMP E CONTR SOCIAL	118.371,31
 (-) Imp De Renda e Contr Social Corrente	3.200,00
(-) Imp De Renda e Contr Social Diferido	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PART ADM	115.171,31
 (-) Participação Dos Funcionários No LL	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	115.171,31

Duque Bacelar – MA, 22 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC – MA 012189

FLS. Nº 161
 Rubrica

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93
 NIRE: 21200782883
 Rua Chico Rita 360, Alto Bonito CEP: 65625-000
 Duque Bacelar – MA

“ANALISE ECONOMICO- FINANCEIRA”
INDICES MINIMOS ACEITÁVEIS

- a) ILC- Índice de Liquidez Correntes= $5,05 \geq a 1,00$
 b) ILG- Índice de Liquidez Geral= $5,05 \geq a 1,00$
 c) IGE- Índice de Endividamento Geral= $0,80 \leq a 0,50$

FORMULA PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

Nº	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA	ÍNDICE
01	Liquidez Corrente	$ILC = (AC/PC)$	$= 397.664,65/245.572,88 = 1.62$
02	Liquidez Geral	$ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)$	$= 397.664,65 + 185.910,30 / 245,572,88 + 121.490,05 = 1.58$
03	Endividamento Geral	$IEG = (PC+PELP)/AT$	$= 245.572,88 + 121.490,05 / 982.234,24 = 0,37$
04	ISG Sovencia Geral	$ISG = (AT) / PC + PELP$	$= 982.234,24 / 245.572,88 + 121490,05 = 2,67$

IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DAS FÓRMULAS

AC	Ativo Circulante
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AP	Ativo Permanente
PC	Passivo Circulante
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo
AT	Ativo Total

Duque Bacelar – MA, 22 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
 Titular
 CPF 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
 Contador
 CRC – MA 012189



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02034297377	HERCILIO MACIEL RIBEIRO
02208092325	SILVANILDO DA CONCEICAO CASTRO

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2025 15:32 SOB Nº 20250507200.
PROTOCOLO: 250507200 DE 25/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12506847439. CNPJ DA SEDE: 15458188000193.
NIRE: 21200782883. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/04/2025.
SC COMBUSTIVEIS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

FLS. Nº 163
Rubrica _____**WS COMBUSTIVEL LTDA-ME**

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 21200782883

Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP 65625-000

Duque Bacelar –MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023**ATIVO****Circulante**

Disponibilidades	154.720,69
Caixa	
Contas A Receber	150.700,00
Estoques	<u>15.620,50</u>
Impostos A Recuperar	0,00
IR E Contr Social Diferidos	0,00
Fundos De Recebíveis	0,00
Desp. Antecipadas	6.213,40
Outros	213,27
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	<u>327.467,86</u>

NÃO CIRCULANTE**Realizável A Longo Prazo**

Contas A Receber	<u>150.700,00</u>
IR E Cont Social Deferidos	4.555,25
Impostos A Recuperar	995,00
Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL DO REAL LP	<u>155.550,25</u>

PERMANENTE

Investimento	90.380,10
Imobilizado	120.666,79
TOTAL DO AT PERMANENTE	<u>211.046,89</u>

TOTAL DO ATIVOS	<u>694.065,00</u>
------------------------	--------------------------

Duque Bacelar – MA, 21 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF: 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC – MA 012189

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 21200782883

Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP: 65625-000

Duque Bacelar –MA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023**PASSIVO****Circulante**

Fornecedores	158.612,90
Financiamentos	0,00
Salário e Contribuições Social	47.210,40
Prov P/IR e Contr Social	8.240,56
Financiamentos Compra Imóveis	0,00
Alugueis a Pagar	0,00
Dividendos e Jrs S/ Cap Próprio	0,00
Outras Obrigações	790,40
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	214.854,26

NÃO CIRCULANTE**Exigível a longo prazo**

Financiamento	20.000,00
Imp e Contr Recolher	54.490,05
Prov P/Contingenciais	0,00
TOTAL EXIG PL	74.490,05

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**PL**

Capital Social	150.000,00
Reservas De Capital	100.000,00
Lucro Líquido do Exercício	154.720,69
TOTAL PL	304.720,69

TOTAL PASSIVO+PL	694.065,00
-------------------------	-------------------

Duque Bacelar- MA, 21 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF: 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC – MA 012189

FLS. Nº

168

Rubrica

WS COMBUSTIVEL LTDA-ME

CNPJ/MF: 15.458.188/0001-93

NIRE: 212.00782883

Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP: 65625-000

Duque Bacelar- MA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCICIO PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO, 2023

(+) Receita Bruta De Venda	3.927.205,22
(-) Imposto S/ Vendas (Icms, Pis e Confins)	1.060.345,41
(-) Imposto F/ IRPJ CSLL	53.409,10
(=) RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	2.866.859,81
 (-) Custos Dos Produtos E Mercadorias Vendidas	2.443.487,85
(=) LUCRO BRUTO	423.371,96
 (-) Despesas Com Vendas	72.189,81
(-) Despesas Gerais E Administrativas	180.000,00
(-) Impostos E Taxas	5.612,30
(-) Despesas Com Depreciações E Amortizações	3.530,00
(+) Equivalência Patrimonial	0,00
(+) Outras Receitas (Desp) Operacionais Líquidas	0,00
(+) Receitas Financeiras	0,00
(-) Despesas Financeiras	4.119,16
(=) LUCRO OPERACIONAL	157.920,69
 Receitas Não Operacionais Líquidas	0,00
(=) LUCRO ANTES DO IMP E CONTR SOCIAL	157.920,69
 (-) Imp De Renda e Contr Social Corrente	3.200,00
(-) Imp De Renda e Contr Social Diferido	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PART ADM	154.720,69
 (-) Participação Dos Funcionários No LL	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	154.720,69

Duque Bacelar - MA, 21 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
 Titular
 CPF 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
 Contador
 CRC – MA 012189

WS COMBUSTIVEL LTDA-MEFLS. Nº 166
Rubrica

CNPJ/MF 15.458.188/0001-93
NIRE 21200782883
Rua Chico Rita 360, Alto Bonito CEP 65625-000
Duque Bacelar-Ma

"ANALISE ECONOMICO- FINANCEIRA"**INDICES MINIMOS ACEITÁVEIS**

- a) ILC- Índice de Liquidez Correntes= $5,05 \geq a \geq 1,00$
b) ILG- Índice de Liquidez Geral= $5,05 \geq a \geq 1,00$
c) IGE- Índice de Endividamento Geral= $0,80 \leq a \leq 0,50$

FORMULA PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

Nº	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA	ÍNDICE
01	Liquidez Corrente	$ILC = (AC/PC)$	$= 327.467,86/214.854,26 = 1.52$
02	Liquidez Geral	$ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)$	$= 327.467,86 + 155.550,25 / 214.854,26 + 304.720,69 = 0,92$
03	Endividamento Geral	$IEG = (PC+PELP)/AT$	$= 214.854,26 + 74.490,05 / 327.467,86 = 0,88$
04	ISG Sovencia Geral	$ISG = (AT) / PC + PELP$	$= 694.065,00 / 214.854,26 + 74.490,05 = 2.40$

IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DAS FÓRMULAS

AC	Ativo Circulante
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AP	Ativo Permanente
PC	Passivo Circulante
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo
AT	Ativo Total

Duque Bacelar – MA, 21 de Abril de 2025

Silvanildo da Conceição Castro
Titular
CPF 022.080.923-25

Hercilio Maciel Ribeiro
Contador
CRC – MA 012189



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02034297377	HERCILIO MACIEL RIBEIRO
02208092325	SILVANILDO DA CONCEICAO CASTRO

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2025 15:23 SOB Nº 20250507218.
PROTOCOLO: 250507218 DE 25/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12506845959. CNPJ DA SEDE: 15458188000193.
NIRE: 21200782883. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/04/2025.
SC COMBUSTIVEIS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR - MA
Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Declaramos para os devidos fins de prova junto à órgãos Públicos, e a quem interessar

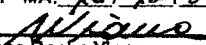
que a empresa **WS COMBUSTÍVEL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 15.458.188/0001-93, com sede na Rua Chico Rita, nº 360- Alto Bonito, CEP 65625-000, no Município de Duque Bacelar/MA, forneceu/fornece combustíveis para as secretarias do município de Duque Bacelar, com descrição do objeto abaixo:

GASOLINA COMUM – 41.280 litros
OLEO DIESEL S10 - 171.480 litros
OLEO DIESEL COMUM – 262.200 litros

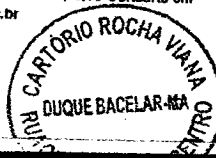
Declaramos ainda, que os compromissos assumidos por esta empresa, para este órgão atestante, estão sendo cumpridas satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data que desabone comercialmente ou tecnicamente.

Duque Bacelar/Ma, 28 de Dezembro de 2020.


Maria da Conceição Rodrigues Furtado
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE DUQUE BACELAR	
AUTENTICAÇÃO Certifico que a presente fotocópia está conforme o original. Dou fé. Duque Bacelar - MA, <u>15/12/2021</u> 	
☒	Marilene Rocha Viana Tabelião e Registradora
☐	Ana Cássia Araújo de Oliveira Escrevente Compromissada

Poder Judiciário TJMA. Selo:
AUTENT030775V705VT26HUSYL898, 15/12/2021
11:33:33, Ato: 13.18, Total R\$ 5,12 Emol R\$ 4,83 FERC R\$
0,13 FADEP R\$ 0,18 FEMP R\$ 0,18 Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>



Av Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75



Juntos em uma nova história!
ESTADO DO MARANHÃO

FLS. Nº 169
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR - MA
Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro
C.N.P.J: 06.314.439/0001-75

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Declaramos para os devidos fins de prova, junto à órgãos Públicos e a quem interessar, que a empresa **W S COMBUSTÍVEL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 15.458.188/0001-93, com sede na Rua Chico Rita, nº 360- Alto Bonito, CEP 65625-000, no Município de Duque Bacelar/MA, de propriedade do senhor Silvanildo da Conceição Castro, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0276078020044, expedida pela (o) GEJSPC-MA, e CPF nº 022.080.923-25, forneceu/fornece combustíveis para as secretarias do município de Duque Bacelar, de acordo com contratos celebrados com as secretarias de Duque Bacelar/Ma, com total de produtos descrição do objeto abaixo:

GASOLINA COMUM – 43.600 litros
OLEO DIESEL S10 - 150.150 litros
OLEO DIESEL COMUM – 167.200 litros

Declaramos ainda, que os compromissos assumidos por esta empresa, para este órgão atestante, estão sendo cumpridas satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data que desabone comercialmente ou tecnicamente.

Duque Bacelar/Ma, 14 de Dezembro de 2021.

Robert Ottoni Furtado Oliveira
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE DUQUE BACELAR	
AUTENTICAÇÃO	
Certifico que a presente fotocópia está conforme o original. Dou fé.	
Duque Bacelar - MA. <u>15/12/2021</u>	
☒	Márlene Rocha Viana Tabeliã e Registradora
☐	Ana Cássia Araújo de Oliveira Escrevente Compromissada

Poder Judiciário TJMA. Selo:
AUTENT030775UV201T2IVBPHMK72, 15/12/2021
11:33:33. Atx: 13.18. Total R\$ 5.12 Emol R\$ 4,63 FERC R\$
C.13 FADEP R\$ 0,18 FEMP R\$ 0,18 Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>





PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Av. Coronel Rosalino, 167 Centro.
CEP: 65.625 - 000 DUQUE BACELAR - MA
CNPJ: 06.314.439/0001 - 75

EXERCÍCIO DE 2026

ALVARÁ



LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO,
CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS.

NOME OU RAZÃO SOCIAL: SC COMBUSTÍVEL LTDA.

NOME FANTASIA: POSTO CASTRO.

END: Rua Chico Rita 360, Alto Bonito, Duque Bacelar - MA.

CNPJ: 15458188000193; Insc. Est.: 123833809; CEP: 65.625-000 DUQUE BACELAR-MA.

ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GPL).

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 06h00min as 22h00min.

RESTRIÇÕES: SOMENTE PARA OS FINS ACIMA CITADOS.

VISTO:

Válido até 31/12/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Roldany de S. Almeida
Chefe de Administração Financeira
Secretaria de Administração

ATENÇÃO

O Presente ALVARÁ deverá ser fixado
em local bem visível à fiscalização do
Departamento de Administração

WS COMBUSTIVEL LTDA

1 – SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO, brasileiro, solteiro, natural de Duque Bacelar - Maranhão, nascido aos 28/02/1986, empresário, portador do CPF nº.022.080.923-25, Cédula de Identidade nº. 027607802004-4, expedida pela Gerencia de Estado de Justiça Segurança Pública e Cidadania do Estado do Maranhão, residente e domiciliado na Rua Chico Rita nº, 86 - Centro, Duque Bacelar - MA, Cep 65.625-000.

2 – WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO, brasileira, solteiro, natural de Coelho Neto - Maranhão, nascida aos 07/10/1976, empresária, portador do CPF: 002.977.353-90 e Cédula de Identidade nº. 2.269.184, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, residente e domiciliada na Rua Chico Rita, nº 86- Centro -Duque Bacelar (MA), Cep. 65.625-000, Constituem uma sociedade empresaria limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade girará sob o nome empresarial **W S COMBUSTIVEL LTDA**, e com a expressão fantasia de **POSTO CASTRO**

CLÁUSULA 2ª - A Sociedade terá a sua sede, Rua Chico Rita nº 360,- Bairro Alto Bonito -Duque Bacelar, (MA), Cep. 65.625-000

CLÁUSULA 3ª - O objetivo social da sociedade é: **COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL PARA VEICULOS AUTOMOTORES CNAE- 4731-8/00, COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTE CNAE 4732-6/00 COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO CNAE 4784-9/00.**

CLÁUSULA 4ª - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades a partir da data em que este instrumento for registrado na Junta Comercial do Estado do Maranhão-JUCEMA;

CLÁUSULA 5ª - O capital social da sociedade é R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) dividido em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real), cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país neste ato conforme abaixo:

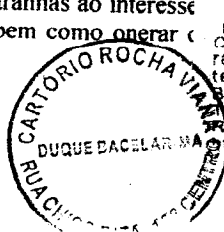
- a) O sócio **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO** integraliza neste ato 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) em moeda corrente do País.
- b) A sócia **WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO**, integraliza neste ato 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) em moeda corrente do País.

NOME DOS SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO	50	25.000	25.000,00
WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO	50	25.000	25.000,00
TOTAL		50.000	50.000,00

CLÁUSULA 6ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente;

CLÁUSULA 7ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

CLÁUSULA 8ª - A administração da sociedade caberá a sócia **WADINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO**, com poderes e Atribuições de Sócio-Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar a sociedade, sem autorização do outro sócio;



Poder Judiciário - TJMA
Nº SELO AUTENT03077598AT36LXWDSY3P08
Certifico a dou ta que esta fotocópia é
reprodução fiel do original, autenticando-a nos
termos do art 7º da lei 8935/94. DUQUE
BACELAR-MA, 06/12/2023 11:39:00, Ato: 13.18,
Total R\$ 6,02 Emol R\$ 5,44 FERC R\$ 0,16 FADEP
0,21 FEMP R\$ 0,21 Consulte em
https://selo.tjma.jus.br.



MARILENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA

WS COMBUSTIVEL LTDA

CLÁUSULA 9ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

CLÁUSULA 10ª - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso;

CLÁUSULA 11ª - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 12ª - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

CLÁUSULA 13ª - A administradora declara, sob as penas da Lei de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

CLÁUSULA 14ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

CLÁUSULA 15ª - Fica eleito o foro da comarca de Duque Bacelar - Ma., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato;

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03(três) vias.

Duque Bacelar, 16 de Janeiro de 2012.

Silvanildo da Conceição Castro

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO

CPF: 022.080.923-25

Sócio

Waldineia da Conceição do Vale Castro

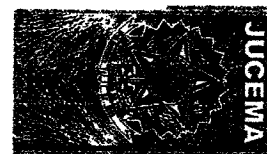
WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO

CPF: 002.977.353-90

Sócia - Administradora

Poder Judiciário - TJMA
Nº SELO AUTENT030775GASVJRLHPYXL7X44
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei 8935/94. DUQUE BACELAR/MA 06/12/2023 11:38:58. Ato: 13.18. Total R\$ 6,02 Emol R\$ 5,44 FERC R\$ 0,16 FADEP R\$ 0,21 FEMP R\$ 0,21 Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>.

Mariene Rocha Viana
MARIENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA



JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 02/05/2012
SOS O NÚMERO: 21200782883
Protocolo: 12/025890-0

WS COMBUSTIVEL LTDA

CHIEF DO REG. EMPRESARIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Nº AD 181.796



FLS. Nº 173
Rubrica _____

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO MARANHÃO

A Sociedade **WS COMBUSTIVEL LTDA**, estabelecida na RUA CHICO RITA, 360, ALTO BONITO, DUQUE BACELAR, MA, CEP: 65.625-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

DUQUE BACELAR - MA, 16 de Janeiro de 2012.

subdintia da concessão do vale castro silvanildo da conceicao castro
Sócio: WALDINEIA DA CONCEICAO DO VALE CASTRO Sócio: SILVANILDO DA CONCEICAO CASTRO

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM <u>21.5.12</u> <i>Carmen</i> Carmen Luisa Lux Chefe Escritório Regional JUCEMA - CAXIAS Matricula 2055	JUCEMA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2012 SOB O NÚMERO: 20120259919 Protocolo: 12/025891-9 Empresa: 21 2 0078288 3 WS COMBUSTIVEL LTDA <i>Carmen</i> Nº AD 181.836 CARMEN LUISA LUX CHEFE DO ESCR. REGIONAL DE CAXIAS
---	---

Poder Judiciário - TJMA
Nº SELO AUTENT030775ROMODE3B3USYKX21
Certifico e dou fé que esta fotocópia é
reprodução fiel do original, autenticando-a nos
termos do art. 7º da lei 8935/94. DUQUE
BACELAR/MA. 06/12/2023 11:38:58. Ato: 13.18.
Total R\$ 6,02 Emol R\$ 5,44 FERC R\$ 0,16 FADEP
R\$ 0,21 FEMP R\$ 0,21 Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>



Mariane
MARILENE ROCHA VIANA
TABELA E REGISTRADORA



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA:
WS COMBUSTIVEL LTDA - ME**

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO, brasileiro, natural de Duque Bacelar - MA, solteiro, nascido em 28/02/1986, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 0276078020044 GEJSPC-MA, expedida em 27/05/2004 e do CPF nº 022.080.923-25, residente e domiciliado à Rua Chico Rita, 86, Centro, CEP 65.625-000, Duque Bacelar-MA.

WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO, brasileira, natural de Coelho Neto - MA, empresária, solteira, nascida em 07/10/1976, portadora do CPF nº 002.977.353-90 e Cédula de Identidade nº 2269184 SSP - PI, expedida em 28/05/2001, residente e domiciliada à Rua Chico Rita, 86, Centro, CEP 65.625-000, Duque Bacelar-MA, (art. 997, I, CC/2002) únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada **WS COMBUSTIVEL LTDA-ME**, com sede à Rua Chico Rita, 360, Alto Bonito, CEP 65.625-000, Duque Bacelar, devidamente cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 15.458.188/0001-93 e com o Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA sob NIRE nº 21200782883 com despacho em 02/05/2012, resolvem de pleno e comum acordo, alterar o Contrato Social da forma seguinte:

1 - Aumenta-se o capital da sociedade para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), divididos em 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma. O sócio **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO** já qualificado integraliza neste ato 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma perfazendo um total de R\$ 100.000 (cem mil reais), em moeda corrente do País.

Após a seção de transferência de quotas, direitos e responsabilidades, o capital social fica distribuído da seguinte forma:

Nome do Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO	125.000	83,33	125.000,00
WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO	25.000	16,67	25.000,00
TOTAL	150.000	100	150.000,00

2 - A administração da sociedade fica a cargo do sócio **SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO** acima qualificado, com os poderes e atribuições de Sócio Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

3 - O Administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por Lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/12/2016 16:47 SOB Nº 20160859867.
PROTOCOLO: 160859867 DE 07/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602800268. NIRE: 21200782883.
W S COMBUSTIVEL LTDA - ME

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 07/12/2016
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA:
WS COMBUSTIVEL LTDA - ME**

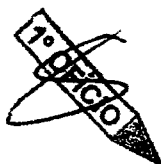
4 - As alterações procedidas vigorarão a partir da data de registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, permanecendo inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas constantes no contrato social.

E por estarem todos justos e contratados na melhor forma do direito, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Duque Bacelar - MA, 05 de Dezembro de 2016



Silvanildo da Conceição Castro
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
CPF Nº 022.080.923-25



Waldineia da Conceição do Vale Castro
WALDINEIA DA CONCEIÇÃO DO VALE CASTRO
CPF nº 002.977.353-90

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/12/2016 16:47 SOB Nº 20160859867.
PROTOCOLO: 160859867 DE 07/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602800268. NIRE: 21200782883.
W S COMBUSTIVEL LTDA - ME

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 07/12/2016
www.empresafscil.ma.gov.br

2



SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DE
COMBUSTÍVEIS**

1 – Proponente:

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS

Sede: Rua Chico Rita Nº 360, Bairro, Alto Bonito, Duque Bacelar-MA

C.N.P.J.: 15.458.188/0001-93.

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

Fornecedor: SC COMBUSTIVEIS CNPJ: C.N.P.J.: 15.458.188/0001-93		Inscrição Estadual:
Endereço: Rua Chico Rita, S/N		Bairro: Alto Bonito
CEP: 65.625-000	Cidade: Duque Bacelar	Estado: MA.
Telefone: 98 3474 - 1194	E-mail: postocastrodb@gmail.com	
Banco: Brasil S/A	Agência: 1045-6	Conta Corrente: 28001-1
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA: Conforme Edital		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		



SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

ÍTEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	VR UNITARIO	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	litros	15250	183000	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	ÓLEO DIESEL S10	litros	17900	214800	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	litros	20700	248400	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
VALOR TOTAL						R\$ 3.816.846,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Valor Total e final por extenso:

R\$ 3.816.846,00 (Três milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais)

Comprometemo-nos a fornecer o objeto com o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Piauí, capital Teresina e publicada pela Agencia Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível - ANP

Declaramos de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta.

Duque Bacelar/MA, 22 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
Data: 22/01/2026 15:25:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SC COMBUSTIVEIS
Silvanildo da Conceição Castro
RG: 0276078020044 SSP/MA
CPF: 022.080.923-25



SC COMBUSTIVEIS

CNPJ Nº 15.458.188/0001-93

RUA CHICO RITA Nº 360, BAIRRO ALTO BONITO, DUQUE BACELAR-MA

FONE: (98) 3474 - 1194

EMPRESA Nº 02

O DUQUE

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
O DUQUE LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

JODENILSON ARAUJO SILVA, BRASILEIRO, CASADO(A), Comunhão Parcial, EMPRESARIO, nascido(a) em 20/02/1984, nº do CPF 005.411.953-79, residente e domiciliado na cidade de Buriti - MA, na AVENIDA GOV NUNES FREIRE, nº SN, BACURI, CEP: 65515-000;

LUCIANA DE ARAUJO LIMA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, Empresaria, nascido(a) em 16/04/2000, nº do CPF 608.029.453-25, residente e domiciliada na cidade de Buriti - MA, na AVENIDA GOV NUNES FREIRE, nº SN, BACURI, CEP: 65515-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade adotará como nome empresarial: **O DUQUE LTDA**, e usará a expressão POSTO O DUQUE como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA SANTO INACIO, nº 01, CENTRO, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: 4731-8/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; 4732-6/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; 4729-6/02 COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA; 4520-0/05 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 4731-8/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; 4732-6/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; 4729-6/02 COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA; 4520-0/05 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CNAE Nº 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores

CNAE Nº 4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes

CNAE Nº 4729-6/02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciará suas atividades em 09/07/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente no País

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
JODENILSON ARAUJO SILVA	5000	5.000,00	5,00
LUCIANA DE ARAUJO LIMA	95000	95.000,00	95,00
TOTAL:	100000	100.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LUCIANA DE ARAUJO LIMA** que representará legalmente a

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

O DUQUE LTDA

sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
O DUQUE LTDA

CLAUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Duque Bacelar - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Duque Bacelar - MA, 09 de julho de 2024

JODENILSON ARAUJO SILVA
Sócio

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
Sócio/Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa O DUQUE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00541195379	JODENILSON ARAUJO SILVA
60802945325	LUCIANA DE ARAUJO LIMA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/07/2024 10:41 SOB Nº 21201561601.
PROTOCOLO: 240951743 DE 19/07/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410245880. CNPJ DA SEDE: 56000162000184.
NIRE: 21201561601. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/07/2024.
O DUQUE LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be addressed. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 26

[illegible]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 56.000.162/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/07/2024
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL O DUQUE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO O DUQUE	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SANTO INACIO	NÚMERO 01	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	---------------------	-----------------------------

CEP 65.625-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DUQUE BACELAR	UF MA
--------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JODENILSON_ENG@HOTMAIL.COM	TELEFONE (86) 9978-9107/ (0000) 0000-0000
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2024
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/01/2026 às 22:06:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta certidão online

DOCUMENTO VERIFICADO

O DOCUMENTO ABAIXO FOI CONFIRMADO COMO AUTÊNTICO.

NIRE (Sede) 21201561601	CNPJ 56.000.162/0001-84	Data de Ato Constitutivo 19/07/2024	Início de Atividade 09/07/2024		
Endereço Completo Rua SANTO INACIO, Nº 01, CENTRO - Duque Bacelar/MA - CEP 65625-000					
Objeto Social 4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 4732-6/00 Comércio varejista de lubrificantes; 4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; 4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.					
Capital Social R\$ 100.000,00 (cem mil reais)	Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado		
Capital Integralizado R\$ 100.000,00 (cem mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome JODENILSON ARAUJO SILVA	CPF/CNPJ 005.411.953-79	Participação no capital R\$ 5.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome LUCIANA DE ARAUJO LIMA	CPF/CNPJ 608.029.453-25	Participação no capital R\$ 95.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome LUCIANA DE ARAUJO LIMA	CPF 608.029.453-25	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento				Situação	
Data 08/12/2024	Número 20241546516	Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		ATIVA	
				Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/01/2026, às 09:36:46 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código 53GITYDR.CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral



Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa

Secretaria de Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa Dívida Ativa de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 117565/25

Data de Validade: 12/03/2026

Data de Emissão: 12/12/2025 17:19:02

Inscrição Estadual: 128644168

CPF/CNPJ: 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Desenvolvido pelo Sefaz 20160 - 20190 - 20190



Entrar com gov.br

Serviços do Contribuinte
Portal de Serviços da Receita

Resultado Consulta

Resultado da Consulta de Certidão

CNPJ 56.000.162/0001-84 Período 04/08/2025 a 04/08/2025

Relação das certidões emitidas por data de emissão

Código de Controle	Tipo	Data - Hora de Emissão	Data de Validade	Situação
587B.441B.35E3.9CBE	Negativa	04/08/2025 - 14:22:07	31/01/2026	Expirada

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permanecem válidos.

Voltar

Avaliar Serviço

Nova Consulta



02/02/2026, 10:07

Resultado da Consulta de Certidão de Pessoa Jurídica

FLS. Nº 189

REDES SOCIAIS

Rubrica _____



[Termos de Uso](#) [Sobre](#)



Certificado - Resultado da Verificação

Razão Social O DUQUE LTDA

CNPJ 56000162000184

Código de Controle 14F3CED9D96E6EF5

Certificado de Posto emitido em 27/01/2026 21:42:33, válido até 27/04/2026

Fe



Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Certidão Estadual - Primeiro Grau
Falência, Concordata e Recuperação Judicial

Data da Emissão: 02/02/2026
Data da Validade: 02/04/2026
Nº do protocolo: 12600431500
Código de Validação: 3d7ceb822e
Nome: O DUQUE LTDA
CNPJ: 56.000.162/0001-84

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 56.000.162/0001-84

Razão social: O DUQUE LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
17/01/2026	17/01/2026 a 15/02/2026	2026011704126291291101
29/12/2025	29/12/2025 a 27/01/2026	2025122905346291291166
10/12/2025	10/12/2025 a 08/01/2026	2025121006496291291169
21/11/2025	21/11/2025 a 20/12/2025	2025112110196291291174
02/11/2025	02/11/2025 a 01/12/2025	2025110204116291291198
10/10/2025	10/10/2025 a 08/11/2025	2025101006596291291188
21/09/2025	21/09/2025 a 20/10/2025	2025092103066291291190
30/08/2025	30/08/2025 a 28/09/2025	2025083001556291291108
11/08/2025	11/08/2025 a 09/09/2025	2025081104266291291135
23/07/2025	23/07/2025 a 21/08/2025	2025072319186291291109
03/07/2025	03/07/2025 a 01/08/2025	2025070308566291291139
14/06/2025	14/06/2025 a 13/07/2025	2025061403236291291100
24/05/2025	24/05/2025 a 22/06/2025	2025052405166291291116
05/05/2025	05/05/2025 a 03/06/2025	2025050506496291291110
16/04/2025	16/04/2025 a 15/05/2025	2025041607426291291160
28/03/2025	28/03/2025 a 26/04/2025	2025032805486291291129
09/03/2025	09/03/2025 a 07/04/2025	2025030903546291291115
18/02/2025	18/02/2025 a 19/03/2025	2025021810476291291116
27/01/2025	27/01/2025 a 25/02/2025	2025012711346291291129
08/01/2025	08/01/2025 a 06/02/2025	2025010805486291291103
18/12/2024	18/12/2024 a 16/01/2025	2024121805446291291177
29/11/2024	29/11/2024 a 28/12/2024	2024112905546291291100
10/11/2024	10/11/2024 a 09/12/2024	2024111004546291291193
22/10/2024	22/10/2024 a 20/11/2024	2024102222186291291100
03/10/2024	03/10/2024 a 01/11/2024	2024100322166291291111
14/09/2024	14/09/2024 a 13/10/2024	2024091404576291291110
26/08/2024	26/08/2024 a 24/09/2024	2024082622596291291162
07/08/2024	07/08/2024 a 05/09/2024	2024080707516291291195

Voltar

FLS. Nº 193

Rubrica _____



Certidões

[➔ Entrar](#)

Bem-vindo ao sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União

Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos Sistemas Correccionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado ou agente público consultado.

Dúvidas ou dificuldades na emissão de certidões? [Clique aqui.](#)

Para mais informações, acesse a [página de apoio ao Sistema de Certidões.](#)

Selecione a certidão desejada [?]

- ☐ Ente Privado (Ex.: Uso em licitações)
- ☐ Agente Público (Ex.: Processos disciplinares correccionais)

Validar certidão

Código da certidão:

rqoyuUDzSSObFzpMcYvI

Confirma a emissão de Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

A Certidão foi emitida para este interessado nos seguintes termos:

Nome completo:

O DUQUE LTDA

CPF / CNPJ:

56.000.162/0001-84

Descrição:

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida em 27/01/2026 22:48:35, com validade até 26/02/2026.

REDES SOCIAIS

INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

[Institucional](#)

[Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)

[Portal da transparência](#)

CONTATO

[Fale Conosco](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 56.000.162/0001-84

Certidão nº: 77863177/2025

Expedição: 12/12/2025, às 17:22:23

Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **56.000.162/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: O DUQUE LTDA
CNPJ: 56.000.162/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:22:07 do dia 04/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/01/2026.

Código de controle da certidão: **587B.441B.35E3.9CBE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 56.000.162/0001-84
Razão
Social: O DUQUE LTDA
Endereço: RUA SANTO INACIO 01 / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2026 a 15/02/2026

Certificação Número: 2026011704126291291101

Informação obtida em 27/01/2026 22:34:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 56.000.162/0001-84

Certidão nº: 77863177/2025

Expedição: 12/12/2025, às 17:22:23

Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **56.000.162/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 023915/26

Data da

27/01/2026 22:31:24

Inscrição Estadual: 128644168

CPF/CNPJ: 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 117565/25

Data da

12/12/2025 17:19:02

Inscrição Estadual: 128644168

CPF/CNPJ: 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 12/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatei nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de O DUQUE LTDA CNPJ: 56.000.162/0001-84; situado na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625-000, Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

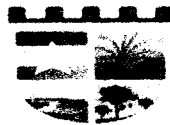
Duque Bacelar/MA, 27 de janeiro de 2026.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Baudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração





PREFEITURA DE
DUQUE
 BACELAR
 PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatei nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de O DUQUE LTDA CNPJ: 56.000.162/0001-84; situado na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625-000, Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 27 de janeiro de 2026.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
 Antônio Carlos Cavalcanti da S. Almeida
 Chefe de Arrecadação Tributária
 Secretaria de Administração



O DUQUE

RAZÃO SOCIAL: O DUQUE CNPJ: 56.000.162/0001-84
INSC. ESTADUAL: 128644168
RUA SANTO INACIO, CENTRO - DUQUE BACELAR/MA

RES. N.º _____
Rubrica _____

DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA (ME/EPP)

A empresa **O DUQUE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **56.000.162/0001-84**, com sede na **Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000**, por intermédio de sua representante legal **LUCIANA DE ARAUJO LIMA**, portadora do CPF nº **608.029.453-25**, **DECLARA**, para os devidos fins, especialmente para participação em procedimentos licitatórios e de credenciamento regidos pela **Lei nº 14.133/2021**, que:

- Enquadra-se na condição de **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do art. 3º, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006**, com as alterações promovidas pela **Lei Complementar nº 155/2016**;
- Possui **receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**, respeitando os limites legais vigentes;
- Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no §4º do art. 3º da **Lei Complementar nº 123/2006**;
- Atende integralmente às condições para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação aplicável às microempresas.

Declara, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas sujeita a empresa às sanções previstas em lei, especialmente as constantes na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Duque Bacelar/MA, 27 de janeiro de 2026.

LUCIANA DE
ARAUJO
LIMA:6080294532
5

Assinado de forma digital
por LUCIANA DE ARAUJO
LIMA:60802945325
Dados: 2026.01.27
22:20:10 -03'00'

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
SOCIA/ADMINISTRADORA
CPF: 608.029.453-25

O DUQUE

RAZÃO SOCIAL: O DUQUE CNPJ: 56.000.162/0001-84
INSC. ESTADUAL: 128644168
RUA SANTO INACIO, CENTRO - DUQUE BACELAR/MA

FLS. N° 204
Rubrica _____

DECLARAÇÃO ÚNICA DE HABILITAÇÃO, IDONEIDADE E CUMPRIMENTO LEGAL

A empresa **O DUQUE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **56.000.162/0001-84**, com sede na **Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000**, neste ato representada por sua sócia-administradora **LUCIANA DE ARAUJO LIMA**, portadora do CPF nº **608.029.453-25**, **DECLARA**, para fins de participação no **Credenciamento nº 001/2026**, promovido pela Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/MA, e em atendimento às exigências do edital e da **Lei nº 14.133/2021**, que:

1. **Conhece, aceita e concorda integralmente** com todas as condições, cláusulas e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos, não tendo qualquer ressalva a opor;
2. **Cumpre plenamente os requisitos de habilitação** previstos no edital e na legislação vigente, especialmente na **Lei nº 14.133/2021**, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados;
3. **Não existe fato superveniente impeditivo** à sua habilitação ou contratação com a Administração Pública, nos termos do art. 67 da **Lei nº 14.133/2021**;
4. **Não foi declarada inidônea**, nem se encontra suspensa de licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em qualquer esfera de governo;
5. **Não emprega menor de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
6. Enquadra-se como **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do art. 3º, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006**, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de vedação previstas em seu §4º;
7. Está ciente de que a **prestação de informações falsas** ou a apresentação de documentação inidônea poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme a legislação vigente.

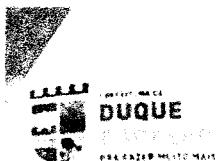
Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Duque Bacelar/MA, 27 de janeiro de 2026.

LUCIANA DE
ARAUJO
LIMA:60802945325

Assinado de forma digital
por LUCIANA DE ARAUJO
LIMA:60802945325
Dados: 2026.01.27
23:46:26 -03'00'

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
SOCIA/ADMINISTRADORA
CPF: 608.029.453-25



CONDICIONANTES E RECOMENDAÇÕES

• CONDIÇÕES GERAIS:

A Empresa, **POSTO DUQUE LTDA**, inscrito no CNPJ: **56.000.162/0001-84**, por meio desta, **LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO**, está autorizado a operar o empreendimento, com atividade de **COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**, localizado no **RUA SANTO INÁCIO, Nº001, BAIRRO CENTRO, CEP: 65.625-000 – DUQUE BACELAR – MA, MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR/MA**.
COORDENADAS: Latitude: **04°09'12,05" S** Longitude: **42°56'45,01 W**.

Esta **LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO**, diz respeito aos aspectos ambientais e não exige o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

- O empreendedor deverá apresentar as publicações de Recebimento da Licença Ambiental.
- Esta licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse do imóvel;
- A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua responsabilidade;
- A SEMMA-DB não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente licença advindo de dolo ou má fé;
- A SEMMA-DB mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra;
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;
- Graves riscos ambientais e de saúde.
- O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMMA-DB, qualquer anomalia que possa ser classificada como acidente ambiental;
- Quaisquer modificações no empreendimento somente poderão ser realizadas após exame e manifestação da SEMMA-DB;
- A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento do prazo de validade estabelecido na presente licença.
- O não cumprimento das condições aqui relacionadas, assim como todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.
- Esta licença ambiental (e respectivas condicionantes) deverá ficar exposta em local de fácil acesso e visualização.
- O empreendedor deverá fixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização. O modelo e as



Exigências relativas ao meio ambiente

- O empreendimento deve ser executado de acordo com o Plano de Controle Ambiental e NBR 13.630/94.
- Será dada prioridade ao índice de qualidade ambiental, sendo obrigatório o cumprimento da SEMA nº 7/2000.
- O empreendimento deve ter drenagem adequada para evitar vazamentos.
- O empreendimento deve ter tratamento adequado para as águas pluviais da área da obra.

Exigências relativas ao controle de ruído

- Visando o controle de ruído, o empreendimento deve realizar o controle de ruído preventivo, antes da realização do projeto, visando a preservação das árvores visando a redução do ruído.
- O empreendimento deve cumprir as normas de Ruído em Áreas Urbanas, CONAMA nº 001/69 e Lei Estadual nº 8.716/94.

Exigências relativas ao controle de incêndio

- O empreendimento deve ter instalações e equipamentos contra incêndio e equipamentos equivalentes, conforme a Lei Estadual nº 8.540/94 e o Código de Postos de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Exigências relativas à preservação do patrimônio cultural

- O empreendimento deve ter proteção permanente - Área de Preservação Cultural - ocupante a qualquer título, conforme o Art. 7º, Lei Federal nº 3.364/64.
- O empreendimento deve ter proteção permanente - Área de Preservação Cultural - ocupante a qualquer título a qualquer título.

[Handwritten signature]



ressalvados os usos autorizados previsto na Lei Federal nº 12.651/2012 (§ 1º, Art. 7º, Lei Federal nº 12.651/2012);

- O empreendedor está ciente de que a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (Art. 17, Lei Federal nº 12.651/2012);

Condições Específicas - sobre a solicitação da Licença de Operação – LO

- Realizar as publicações de Recebimento em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Licença de Operação – LO.
- Autorização de Revendedor expedida pela ANP, entregar no prazo de 90 dias.
- Aprovação dos Projetos de Combate a incêndio – CAP, no período máximo de 90 dias.

Condições Específicas - sobre a solicitação da renovação da LO:

- O empreendedor deverá apresentar, quando da solicitação da Renovação da Licença de Operação, os documentos e estudos exigidos em nosso check list (além dos outros documentos exigidos no processo de licenciamento ambiental);
- Tendo em vistas os impactos ambientais decorrentes da atividade os mesmos devem apresentar Adoção de Medidas Mitigadoras considerando os impactos ambientais;

Fica o empreendedor ciente de que o não cumprimento fiel destas Recomendações e Condicionantes constantes no anexo da presente, assim como todo dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia, é de sua inteira responsabilidade, podendo a LICENÇA AMBIENTAL ser cassada a qualquer momento, por este órgão ou pela via judicial e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a Legislação Ambiental em vigor.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE DUQUE BACELAR – SEMMA-DB

LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO
Nº 01/2025 - PROCESSO Nº 001/2025 - VALIDADE 31/01/2027

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA-DB, com base na Lei Municipal Nº 155/2021, que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: POSTO DUQUE LTDA
EMPREENDIMENTO: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.
CNPJ: 56.000.162/0001-84.

LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO

ATIVIDADE REALIZADA: POSTO DE COMBUSTÍVEL

OBJETIVO DA LICENÇA: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.

Local da Atividade: RUA SANTO INÁCIO, Nº 001, BAIRRO CENTRO, CEP: 65.625-000 –

DUQUE BACELAR – MA.

COORDENADAS: Latitude: 04°09'12,05" S Longitude: 42°56'45,01 W.

Obs: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

Duque Bacelar – MA, 31 de JANEIRO de 2025.


VANESSA BASTOS AGUIAR

Secretária Municipal de Meio Ambiente de Duque Bacelar-MA.

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social : O DUQUE LTDA

CNPJ : 56000162000184

Nro. de Autori-
zação : PR/MA0249800

Nro. Despacho : ANP Nº 633

Data da Publi-
cação : 22/05/2025

Endereço : RUA SANTO INACIO - 01 - - CENTRO - DUQUE BACELAR - MA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023.

Emitido às **21:42:33** horas do dia **27/01/2026** (data e horário de Brasília).
Código de controle do certificado: **14F3CED9D96E6EF5**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

**ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
 5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR**

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO Nº.: CA-5282025-5BBM

Nos termos da Lei Nº 11.390, DE 21 de dezembro de 2020, certificamos que a edificação ou a área de risco abaixo, foi vistoriada e está de conformidade com as normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, estando liberada para obtenção do Alvará de Funcionamento e/ou Habite-se junto ao órgão competente.

Nome / Razão Social:

O DUQUE LTDA

CPF / CNPJ:

56.000.162/0001-84

Nome fantasia / Ocupante:

POSTO O DUQUE

Classificação:

G-3: LOCAL DOTADO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

ATC(m²):

522,01

Ramo de Atividade:

COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Técnico responsável:

LUAN PEREIRA DOS SANTOS

CREA/CAU

1915454050

CAP

CAP-1192325-5BBM

Endereço:

R SANTO INACIO

Número:

01

Bairro:

CENTRO

Cidade:

DUQUE BACELAR

UF

MA

Complemento:

Observações:

- 1 - PARA O FUNCIONAMENTO, O PROPRIETÁRIO DEVERÁ ADQUIRIR AS DEMAIS LICENÇAS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, ESTE DOCUMENTO DEVERÁ PERMANECER NA EDIFICAÇÃO EM LOCAL VISÍVEL, PODENDO SER FACILMENTE LOCALIZADO PELOS VISTORIADORES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO.
- 2- POSSUI VALIDADE DE 01 (UM) ANO DA DATA DE SUA EMISSÃO, ESTÁ SUJEITO A SER CASSADO, CASO A FISCALIZAÇÃO DO CBMMA VERIFIQUE ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO.
- 3 - FICA PROIBIDA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE REUNIÃO DE PÚBLICO (FESTAS, ENCONTROS AUTOMOTIVOS E OUTROS), NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E SEUS ENTORNOS, POR SE TRATAR DE LOCAL DE ATMOSFERAS EXPLOSIVAS REPRESENTANDO ALTO GRAU DE RISCO DE INCÊNDIO, CONFORME ITEM 7.4 DA NT 44/2021/CBMMA.

1. Este documento deverá permanecer na edificação em local visível.

2. Este certificado tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua data base, estando sujeito a ser cassado, quando constatado alterações nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico.

Data/Vistoria: 07/05/2025

Vistoriador: JUAN DIEGO DA SILVA DE LIRA

Liberado em: 15/05/2025

Código de validação.



CA-5282025-5BBM

A validade deste documento pode ser confirmada em
<https://cbm.ssp.ma.gov.br>

GUSTAVO DANIEL DA SILVA MIRANDA CUNHA
 COMANDANTE DE UBM



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

FLS. Nº 222
Rubrica _____

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE PROJETO Nº : CAP-1192325-5BBM

DADOS DA EMPRESA

Nome / Empresa
O DUQUE LTDA

Ocupante / Nome
POSTO O DUQUE

CNPJ/CPF :
56.000.162/0001-84

LOCALIZAÇÃO

Endereço: R SANTO INACIO, nº 01

Bairro : CENTRO

Cidade : DUQUE BACELAR

CEP:

UF: MA

Completo :

DADOS TÉCNICOS

Classificação BM :

G-3: LOCAL DOTADO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Ramos de Atividade :

COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Autor do Projeto :

LUAN PEREIRA DOS SANTOS

CREA/CAU

1915454050

Área Terreno : ATC :
3722,82 522,01

Núm. Pavimentos :
1

Altura :
0

MEDIDAS PREVENTIVAS

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

ACESSO DE VIATURA ÀS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO

SEGURANÇA ESTRUTURAL CONTRA INCÊNDIO

CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES

CENTRAL E REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE GLP

DOCUMENTAÇÃO


RUAN GOMES DE OLIVEIRA
Analista do Projeto

DATA DE EMISSÃO: 10/03/2025

Código de validação



CAP-1192325-5BBM

A validade deste documento pode ser confirmada em
<https://cbm.ssp.ma.gov.br>


AMUACY ARAUJO SILVA NETO
SUBCOMANDANTE DE UBM - CAP



End.: AVENIDA PIRAJÁ, S/Nº Bairro: DNER
Cidade: CAXIAS - Cep: 65808-420
Contato: (99)3521-4400 E-mail: 5bbm@cbm.ma.gov.br

Impressão: 18/03/2025 09:21:27

SisAT- Sistema Integrado de Atividades Técnicas do CBMMA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 27/01/2026

Nº da certidão: 12600353607

Data de validade: 27/03/2026

Código de Validação: b7871957c5

NOME: O DUQUE LTDA

CNPJ: 56.000.162/0001-84

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto

CERTJUDONE-1VCN - 362025
Código de validação: ACB9B2315B

Número da guia: 25052401002320207.

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às **Varas Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Tutela, Curatela, Ausência e Criminal**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015) até a presente data, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES DE FALÊNCIA E CONCORDATA ou RECUPERAÇÃO FISCAL JUDICIAL ou EXTRAJUDICIAL**, em desfavor de **O DUQUE LTDA**, Nome de Fantasia: **POSTO DUQUE**. inscrita no CNPJ **56.000.162/0001-84**, estabelecida à Rua Santo Inácio, nº 01, Bairro Centro, na cidade de Duque Bacelar – MA, CEP 65625-000. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente na Comarca de Coelho Neto, que abrange os Termos Judiciários de Afonso Cunha e Duque Bacelar, cidades do Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum “José Vera-Cruz Santana”, aos **17/12/2025**, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão. Eu, Raimundo Reis Lopes de Oliveira, Distribuidor Judicial, mat. 1503911. consultei, digitei e assino.

OBSERVAÇÃO:

Período da Pesquisa: 10 anos
Pesquisa nos Sistemas THEMISPG e PJE

RAIMUNDO REIS LOPES DE OLIVEIRA
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto
Matrícula 1503911



CERTJUDONE-1VCN - 362025 / Código: ACB9B2315B
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

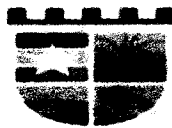
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto

Documento assinado. COELHO NETO, 17/12/2025 08:36 (RAIMUNDO REIS LOPES DE OLIVEIRA)



CERTJUDONE-1VCN - 362025 / Código: ACB9B2315B
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Av. Coronel Rosalino, 167 Centro.
CEP: 65.625 - 000 DUQUE BACELAR - MA
CNPJ: 06.314.439/0001 - 75

EXERCÍCIO DE 2026

ALVARÁ



**LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO,
CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS.**

NOME OU RAZÃO SOCIAL: O DUQUE LTDA.

NOME FANTASIA: POSTO O DUQUE.

END: Rua Santo Inácio 01, Centro, Duque Bacelar - MA.

CNPJ: 56.000.162/0001-84 CEP: 65.625-000 DUQUE BACELAR-MA.

**ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de mercadorias em
lojas de conveniência; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo
(GPL).**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 06h00min as 22h00min.

RESTRIÇÕES: SOMENTE PARA OS FINS ACIMA CITADOS.

VISTO:

Válido até 31/12/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Paschoa de S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

ATENÇÃO

O Presente ALVARÁ deverá ser fixado em
local bem visível à fiscalização do
Departamento de Administração

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **DUQUE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **56.000.162/0001-84**, com sede à Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65.625-000, tendo como representante legal a Sra. Luciana de Araújo Lima, brasileira, empresária, CPF nº 608.029.453-25, forneceu combustíveis para veículos automotores à **MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**.

Reiteramos ainda que o fornecimento foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, atendendo plenamente às especificações solicitadas.

Informamos também que o fornecimento apresentou bom desempenho e qualidade, tendo a empresa DUQUE LTDA cumprido fielmente com todas as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica ou comercialmente até a presente data.

São Luís/MA, 20 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

JOSÉ SOUSA BARROS
FILHO CPF nº
858.104.013-68 CREA-
MA nº 110570640-0

Assinado de forma digital por
JOSE SOUSA BARROS FILHO
CPF nº 858.104.013-68 CREA-
MA nº 110570640-0
Dados: 2026.01.20 08:58:50
-03'00'

JOSÉ SOUSA BARROS FILHO
Mega Empreendimentos Construções e Serviços Ltda.
CNPJ-10.962.583/0001-95

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  O DUQUE LTDA SANTO INACIO, 01 - CENTRO 65625-000 DUQUE BACELAR - MA Fone (98)3242-4047		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 4 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 2126 0156 0001 6200 0184 5500 1000 0000 0412 1125 2104 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO LANCAMENTO REFERENTE CUPOM FISCAL				PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO 421260002339299 19/01/2026 21:26:56	
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO EMITENTE 128644168		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 56.000.162/0001-84	

DESTINATÁRIO / REMETENTE				CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO	
NOME / RAZÃO SOCIAL MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA				10.962.583/0001-95		19/01/2026	
ENDEREÇO CEL COLARES MOREIRA, SL.303C.EMP.V.DE MORAIS, 7			BAIRRO / DISTRITO CALHAU		CEP 65071-322		DATA SAÍDA 20/01/2026
MUNICÍPIO SAO LUIS		UF MA	FONE / FAX		INSCRIÇÃO ESTADUAL 123183049		HORA DA SAÍDA 18:20

FATURA / DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO								
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS S.T 0,00		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 5.185,42
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS 0,00		VALOR TOTAL DO IPI 0,00
							VALOR TOTAL DA NOTA 5.185,42	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS										
NOME / RAZÃO SOCIAL				FRETE POR CONTA 9 - Sem Ocorrência de transporte		CÓDIGO ANTT		PLACA DE VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO				MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 808		ESPÉCIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO 0,000		PESO LÍQUIDO 0,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B. CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
4	DSL B S500 ICMS monofásico sobre combustíveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 583,1200 (em litros); Aliq.: R\$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 653,09;	27101921	061	5929	LI	583,119	6,410	3737,79	0	0	0	0	0
3	DSL B S10 COMUM ICMS monofásico sobre combustíveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 209,5900 (em litros); Aliq.: R\$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 234,74;	27101921	061	5929	LI	209,585	6,430	1347,63	0	0	0	0	0
5	GAS C COMUM ICMS monofásico sobre combustíveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 15,6500 (em litros); Aliq.: R\$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 23,01;	27101259	061	5929	LI	15,650	6,390	100,00	0	0	0	0	0

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN	

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Dados adicionais Documentos referenciados: , 30340, 30499, 30673, 30887, 30929, 30977, 30978, 31012, 31256, 31384 ICMS monofásico sobre combustíveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; ICMS monofásico sobre combustíveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; / 493,79 (9,52 %) Fed e 1046,74 (20,19 %) Est Fonte: IBPT/empresometro.com.br 1C2537	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE O DUQUE LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 19/01/2026 VALOR TOTAL: 5185,42 DESTINATÁRIO: MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - CEL COLARES MOREIRA, SL.303C.EMP.V.DE MORAIS, 7, CALHAU, SAO LUIS-MA		NF-e Nº 4 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **O DUQUE LTDA**, situada na Rua Santo Inácio, Nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65.625-000, INSCRITA NO CNPJ Nº 56.000.162/0001-84, que tem por representante legal a Sra. Luciana de Araujo Lima, Brasileira, Empresária, CPF Nº: 608.029.453-25, **FORNECEU COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES** desta empresa **R. V. Construção e Comércio Ltda**, cujo nome fantasia é Santa Maria Construções, situada na Rua Zeca Barão, nº 06, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65.625-000, inscrita no CNPJ nº 18.538.339/0001-01, tendo como representante legal a Sra. Maria do Socorro Machado Aguiar, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 460.696.663-72.

Declaramos, ainda, que os fornecimentos foram realizados dentro dos prazos estabelecidos, com bom desempenho, atendendo plenamente às exigências técnicas e contratuais, cumprindo fielmente todas as suas obrigações.

Nada consta que desabone a empresa técnica ou comercialmente até a presente data.

Duque Bacelar -MA, 21 de janeiro de 2026.

MARIA DO SOCORRO
MACHADO
AGUIAR:46069666372

Assinado de forma digital por
MARIA DO SOCORRO MACHADO
AGUIAR:46069666372
Dados: 2026.01.21 14:01:03
-03'00'

R.V. CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA
CNPJ 18.538.339.0001/01

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  O DUQUE LTDA SANTO INACIO, 01 - CENTRO 65625-000 DUQUE BACELAR - MA Fone (98)3242-4047		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 5 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 2126 0156 0001 6200 0184 5500 1000 0000 0514 9153 4986 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO LANCAMENTO REFERENTE CUPOM FISCAL				PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO 421260002687677 21/01/2026 21:30:02	
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO EMITENTE 128644168		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 56.000.162/0001-84	

DESTINATÁRIO / REMETENTE				CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO	
NOME / RAZÃO SOCIAL R. V. CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA				18.538.339/0001-01		21/01/2026	
ENDEREÇO ZECA BARAO, 06			BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 65625-000		DATA SAÍDA 21/01/2026
MUNICÍPIO DUQUE BACELAR			UF MA		FONE / FAX		INSCRIÇÃO ESTADUAL 124148484
							HORA DA SAÍDA 18:23

FATURA / DUPLICATA							
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--

CALCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CALCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CALCULO DO ICMS S.T		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00		0,00		0,00		0,00		4.538,75	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI	
0,00		0,00		0,00		0,00		4.538,75	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS												
NOME / RAZÃO SOCIAL			FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT		PLACA DE VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF	
			9 - Sem Ocorrência de transporte									
ENDEREÇO			MUNICÍPIO						UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO		
707								0,000		0,000		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B. CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
2	GAS ADITIVADA ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 71,9100 (em litros); Aliq.: R\$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 105,71;	27101259	061	5929	LI	71,909	6,410	460,93	0	0	0	0	0
4	DSL B S500 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 185,6500 (em litros); Aliq.: R\$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 207,93;	27101921	061	5929	LI	185,648	6,410	1190,00	0	0	0	0	0
3	DSL B S10 COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 337,4900 (em litros); Aliq.: R\$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 377,99;	27101921	061	5929	LI	337,485	6,430	2170,02	0	0	0	0	0
5	GAS C COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 112,3300 (em litros); Aliq.: R\$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R\$ 165,13;	27101259	061	5929	LI	112,333	6,390	717,80	0	0	0	0	0

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Dados adicionais Documentos referenciados: , 29884, 30354, 30728, 31061, 31270, 31939, 32045 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; / 444,93 (9,80 %) Fed e 964,62 (21,25 %) Est Fonte: IBPT/empresometro.com.br 1C2537	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE O DUQUE LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 21/01/2026 VALOR TOTAL: 4538,75 DESTINATÁRIO: R. V. CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA - ZECA BARAO, 06, CENTRO, DUQUE BACELAR-MA		NF-e Nº 5 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

O DUQUE LTDA

R Santo Inacio, 01 Centro, Duque Bacelar - MA - CEP: 65.625-000
CNPJ: 56.000.162/0001-84 Registro: 212015661601 (09/07/2024)

Rubrica

Balanco de Abertura
Encerrado no período de 19 de Julho de 2024

ATIVO

CIRCULANTE

DISPONÍVEL

CAIXA GERAL

CAIXA

100.000,00 D

100.000,00 D

100.000,00 D

100.000,00 D

100.000,00 D

Total Geral do Ativo

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

INTEGRALIZADO

LUCIANA DE ARAUJO LIMA

JODENILSON ARAUJO SILVA

5.000,00 C

95.000,00 C

100.000,00 C

100.000,00 C

100.000,00 C

100.000,00 C

Total Geral do Passivo

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo CEM MIL REAIS de acordo com a documentação fornecida pela empresa.

Duque Bacelar, 19 de Julho de 2024

Luciana de Araujo Lima

Sócio Administrador - CPF: 608.029.453-25

Denisson Penha Serra

Contador - CRC - 0065890

CPF : 459.756.393-87



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa O DUQUE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
45975639387	DENISSON PENHA SERRA
60802945325	LUCIANA DE ARAUJO LIMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2024 09:45 SOB Nº 20241546516.
PROTOCOLO: 241546516 DE 06/12/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12417243041. CNPJ DA SEDE: 56000162000184.
NIRE: 21201561601. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 06/12/2024.
O DUQUE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: O DUQUE LTDA NIRE : 21201561601 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: MAC2600052853								
NIRE (Sede) 21201561601		CNPJ 56.000.162/0001-84		Data de Ato Constitutivo 19/07/2024		Início de Atividade 09/07/2024					
Endereço Completo Rua SANTO INACIO, Nº 01. CENTRO - Duque Bacelar/MA - CEP 65625-000											
Objeto Social 4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 4732-6/00 Comércio varejista de lubrificantes; 4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; 4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.											
Capital Social R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Capital Integralizado R\$ 100.000,00 (cem mil reais)				Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado					
Dados do Sócio											
Nome JODENILSON ARAUJO SILVA		CPF/CNPJ 005.411.953-79		Participação no capital R\$ 5.000,00		Espécie de sócio Sócio		Administrador N		Término do mandato Indeterminado	
Nome LUCIANA DE ARAUJO LIMA		CPF/CNPJ 608.029.453-25		Participação no capital R\$ 95.000,00		Espécie de sócio Sócio		Administrador S		Término do mandato Indeterminado	
Dados do Administrador											
Nome LUCIANA DE ARAUJO LIMA		CPF 608.029.453-25		Término do mandato							
Último Arquivamento							Situação ATIVA				
Data 06/12/2024		Número 20241546516		Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		Status SEM STATUS					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/01/2026, às 09:36:46 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código 53GITYDR.CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/01/2026 22:47:50

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **O DUQUE LTDA**
 CNPJ: **56.000.162/0001-84**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
 Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
 Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
 Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
 Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
 Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
 Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **O DUQUE LTDA**

CPF/CNPJ: **56.000.162/0001-84**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 22:48:35 do dia 27/01/2026 , com validade até o dia 26/02/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: rqoyuUDzSSObFzpMcYvI

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certificado - Resultado da Verificação

Razão Social WS COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ 15458188000193

Código de Controle C3BAFD5F5F5A5A69

Certificado de Posto emitido em 21/01/2026 15:19:56, válido até 21/04/2026

Fe



Entrar com gov.br

≡ Serviços do Contribuinte
Portal de Serviços da Receita

🏠 > ➕ > Resultado Consulta

Resultado da Consulta de Certidão

CNPJ 15.458.188/0001-93 Período 12/01/2026 a 12/01/2026

Relação das certidões emitidas por data de emissão

Código de Controle ↕	Tipo ↕	Data - Hora de Emissão ↕	Data de Validade ↕	Situação ↕
30D0.69A9.2DB7.F1F1	Negativa	12/01/2026 - 17:22:53	11/07/2026	Válida

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1 < >

Válida: Prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.

← Voltar

★ Avaliar Serviço

🔍 Nova Consulta



REDES SOCIAIS



[Termos de Uso](#) | [Sobre](#)



Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 15.458.188/0001-93

Razão social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
12/01/2026	12/01/2026 a 10/02/2026	2026011204503164234000
24/12/2025	24/12/2025 a 22/01/2026	2025122419213164234029
04/12/2025	04/12/2025 a 02/01/2026	2025120408333164234075
14/11/2025	14/11/2025 a 13/12/2025	2025111409153164234065
25/10/2025	25/10/2025 a 23/11/2025	2025102504493164234044
05/10/2025	05/10/2025 a 03/11/2025	2025100519073164234091
16/09/2025	16/09/2025 a 15/10/2025	2025091606273164234004
27/08/2025	27/08/2025 a 25/09/2025	2025082704463164234097
08/08/2025	08/08/2025 a 06/09/2025	2025080813573164234004
18/07/2025	18/07/2025 a 16/08/2025	2025071806043164234046
29/06/2025	29/06/2025 a 28/07/2025	2025062901093164234090
10/06/2025	10/06/2025 a 09/07/2025	2025061007073164234069
22/05/2025	22/05/2025 a 20/06/2025	2025052214323164234033
03/05/2025	03/05/2025 a 01/06/2025	2025050302023164234002
14/04/2025	14/04/2025 a 13/05/2025	2025041408103164234052
25/03/2025	25/03/2025 a 23/04/2025	2025032521463164234085
06/03/2025	06/03/2025 a 04/04/2025	2025030607283164234046
15/02/2025	15/02/2025 a 16/03/2025	2025021504023164234083
27/01/2025	27/01/2025 a 25/02/2025	2025012709133164234058
08/01/2025	08/01/2025 a 06/02/2025	2025010803263164234060
20/12/2024	20/12/2024 a 18/01/2025	2024122002573164234078
01/12/2024	01/12/2024 a 30/12/2024	2024120103183164234006
12/11/2024	12/11/2024 a 11/12/2024	2024111301423164234009
24/10/2024	24/10/2024 a 22/11/2024	2024102408323164234021
05/10/2024	05/10/2024 a 03/11/2024	2024100502253164234090
16/09/2024	16/09/2024 a 15/10/2024	2024091619473164234000
28/08/2024	28/08/2024 a 26/09/2024	2024082809033164234034
09/08/2024	09/08/2024 a 07/09/2024	2024080907233164234026
21/07/2024	21/07/2024 a 19/08/2024	2024072102373164234096
02/07/2024	02/07/2024 a 31/07/2024	2024070208003164234054
13/06/2024	13/06/2024 a 12/07/2024	2024061304323164234034

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF	FLS. Nº 28
25/05/2024	25/05/2024 a 23/06/2024	2024052501523164234098	Rubrica
06/05/2024	06/05/2024 a 04/06/2024	2024050602085205532901	
17/04/2024	17/04/2024 a 16/05/2024	2024041705121174823234	
29/03/2024	29/03/2024 a 27/04/2024	2024032901355672522175	
10/03/2024	10/03/2024 a 08/04/2024	2024031001432738869757	
20/02/2024	20/02/2024 a 20/03/2024	2024022005355177086185	
01/02/2024	01/02/2024 a 01/03/2024	2024020200052095054396	

Resultado da consulta em 30/01/2026 10:11:26

Voltar

Consulta Documento

Tipo Documento:

OUTROS

Código Verificador:

06133497

Código CRC:

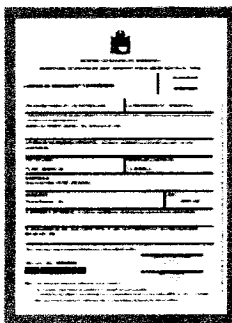
AXKYNETH

Data do Documento:

15/09/2022 13:17

lo... 1 / 5

42%



1



	
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA	
Licença de Operação Nº 1121250/2022	VALIDADE ATÉ 10/06/2026
PROCESSO SEMA Nº 22010016961/2022	E-PROCESSOS Nº 005487/2022
A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta a fiscalização de licenciamento ambiental	
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Ws Combustível Ltda	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	
CPF OU CNPJ: 15.458.188/0001-93	INSCRIÇÃO ESTADUAL: 12.383380-9
ENDEREÇO: Rua Chico Rêta, Nº360, Alto Bonito	
MUNICÍPIO: Duque Bacelar - MA	CEP: 65625-000
A OPERAR A ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	

 Salvar PDF Assinado

Consulta Documento

Tipo Documento:

OUTROS

Código Verificador:

06133497

Código CRC:

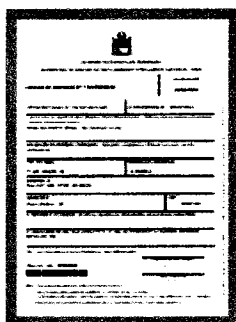
AXKYNETH

Data do Documento:

15/09/2022 13:17

lo... 1 / 5

42%



	
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA	
Licença de Operação Nº 1121250/2022	VALIDADE ATÉ 10/06/2026
PROCESSO SEMA Nº 22010018951/2022	E-PROCESSOS Nº 005487/2022
A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento, autoriza	
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Ws Combustível Ltda	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	
CPF OU CNPJ: 15.458.188/0001-93	INSCRIÇÃO ESTADUAL: 12.383380-9
ENDEREÇO: Rua Chico Rita, Nº360, Alto Bonito	
MUNICÍPIO: Duque Bacelar - MA	CEP: 65625-000
A OPERAR A ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	

 Salvar PDF Assinado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.458.188/0001-93

Certidão nº: 2751001/2026

Expedição: 12/01/2026, às 17:20:46

Validade: 11/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.458.188/0001-93**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Maranhão
Certidão Negativa de Dívida Ativa

Resultado da Validação da Certidão Negativa Dívida Ativa de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 003282/26

Data de Validade: 12/04/2026

Data de Emissão: 12/01/2026 17:25:15

Inscrição Estadual: 123833809

CPF/CNPJ: 15458188000193

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Desenvolvido por: Serv. de TI - 2005/2009



Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito**

Secretaria de Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 366830/25
Data de Validade: 17/02/2026
Data de Emissão: 19/11/2025 11:21:35
Inscrição Estadual: 123833809
CPF/CNPJ: 15458188000193
Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Desenvolvido pela Sefaz, COFEC - 2005-2009



Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Certidão Estadual - Primeiro Grau
Falência, Concordata e Recuperação Judicial

Data da Emissão: 22/01/2026
Data da Validade: 22/03/2026
Nº do protocolo: 12600278990
Código de Validação: 18ddc3f470
Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ: 15.458.188/0001-93

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);

O DUQUE

RAZÃO SOCIAL: O DUQUE CNPJ: 56.000.162/0001-84
INSC. ESTADUAL: 128644168
RUA SANTO INACIO, CENTRO - DUQUE BACELAR/MA

FLS. Nº 247
Rubrica

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa O DUQUE estabelecida na rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar/MA telefone, WhatsApp (98) 98473-3388, endereço eletrônico, julielce.maia@gmail.com inscrita no CNPJ sob nº 56.000.162/0001-84 neste ato representada por LUCIANA DE ARAUJO LIMA, cargo sócia/administradora, RG: 042061092011-4, CPF: 608.029.453-25.

Proposta ao Edital de Credenciamento nº 001/2026 em epigrafe que tem por objeto **Credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e maquinas pertencente à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar.**

ESTIMATIVA GLOBAL							
ITEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UND	CONSUMO MENSAL EM LITROS	CONSUMO COMBUSTÍVEL ANO TOTAL	% DESCONTO OFERTADO	VAL. UNIT.	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA	LITROS	15.250	183000	0%	R\$ 5,73	R\$ 1.048.590,00
2	DIESEL S10	LITROS	17.900	214800	0%	R\$ 6,03	R\$ 1.295.244,00
3	DIESEL COMUM	LITROS	20.700	248400	0%	R\$ 5,93	R\$ 1.473.012,00
VALOR TOTAL ANO							R\$ 3.816.846,00

Valor total global R\$ 3.816.846,00 (Três milhões e oitocentos e dezesseis mil e oitocentos e quarenta e seis reais).

Comprometemo-nos a fornecer o objeto com o preço fixo sobre o valor atualizado sempre da última média semanal apurada estado do Piauí, capital Teresina e publicada pela Agencia Nacional De Petróleo, Gás Natural E Biocombustível – ANP.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de **CREDENCIAMENTO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Duque Bacelar/MA, 27 de janeiro de 2026.

LUCIANA DE
ARAUJO

LIMA:60802945325

Assinado de forma digital por
LUCIANA DE ARAUJO
LIMA:60802945325
Dados: 2026.01.27 22:04:31
-03'00'

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
SOCIA/ADMINISTRADORA
CPF: 608.029.453-25

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

ATA DE SESSÃO

Credenciamento - Edital nº 001/2026 - Processo nº 218/2025

Ao(s) 8 dia(s) do mês de Janeiro do ano de 2026, no endereço eletrônico www.bbmnet.com.br (acesso licitações públicas), nos termos da convocação do Aviso e Edital de licitação supra mencionado, reuniram-se o Pregoeiro / Agente de contratação, Sr(a). Washington Carlos Ferreira dos Santos do(a) Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, inscrito no CNPJ sob o nº 06.314.439/0001-75, para proceder a sessão pública de Credenciamento com o objetivo de Aquisição de Bens Comuns, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório / edital. As informações relacionadas a Sessão Pública do(a) Credenciamento, após o seu encerramento, são as seguintes:

Ata gerada as 8:31:38 AM do dia 3 de Fevereiro de 2026

Termo gerado com as propostas da data 01/02/2026 até a data 28/02/2026

PARTICIPANTES:

Nome / Razão social e Documento do Licitante (em ordem alfabética)

O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93

LOTE 1 - Fase de Homologação

Critério de Participação: - - **Critério de fechamento:** Unitário para o Item

Item nº 1 - Objeto: GASOLINA COMUM

Quantidade: 183.000

Preço unitário: R\$ 5,73

Valor Final: R\$ 1.048.590,00

Marca/Modelo:

PARTICIPANTE(S) CREDENCIADO(S)

Nome/Razão Social	Homologado	Documento do Licitante	Marca	ME/EPP
WS COMBUSTIVEL LTDA	Sim	15.458.188/0001-93	Sem Marca	Não
O DUQUE LTDA	Sim	56.000.162/0001-84	Sem Marca	Não

PARTICIPANTE(S) DESCRENCIADOS(S)

Nenhum participante foi descredenciado neste lote.

RECURSOS DO LOTE

Nenhum participante registrou intenção de interpor recurso neste lote.

LOTE 2 - Fase de Homologação

Critério de Participação: - - **Critério de fechamento:** Unitário para o Item

Item nº 1 - Objeto: ÓLEO DIESEL S10

Quantidade: 214.800

Preço unitário: -

Valor Final: -

Marca/Modelo: Sem Marca

PARTICIPANTE(S) CREDENCIADO(S)

Nenhum participante foi credenciado neste lote.

PARTICIPANTE(S) DESCRENCIADOS(S)

Nenhum participante foi descredenciado neste lote.

RECURSOS DO LOTE

Nenhum participante registrou intenção de interpor recurso neste lote.

LOTE 3 - Fase de Homologação

Critério de Participação: - - **Critério de fechamento:** Unitário para o Item

Item nº 1 - Objeto: ÓLEO DIESEL COMUM

Quantidade: 248.400

Preço unitário: -

Valor Final: -

Marca/Modelo: Sem Marca

PARTICIPANTE(S) CREDENCIADO(S)

Nenhum participante foi credenciado neste lote.

PARTICIPANTE(S) DESCRENCIADOS(S)

Nenhum participante foi descredenciado neste lote.

RECURSOS DO LOTE

Nenhum participante registrou intenção de interpor recurso neste lote.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão pública do(a) Credenciamento, sendo a respectiva Ata lavrada pelo Pregoeiro / Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

Participaram do julgamento do(a) presente Credenciamento:

Washington Carlos F. dos Santos

Washington Carlos Ferreira dos Santos

Agente de Contratação

Hellen Lima da Silva

Hellen Lima da Silva

Equipe de Apoio

Nayara Cristina Alencar Gomes

Nayara Cristina Alencar Gomes

Equipe de Apoio



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

FLS. Nº 251
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

EMENTA: CREDENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. INEXIGIBILIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ART. 74, IV, c/c 79, I e III, LEI N.º 14.133/21. POSSIBILIDADE.

1 - RELATÓRIO

Versa a presente consulta sobre análise de procedimento administrativo impulsionado pela Secretaria Municipal de Administração acerca da adoção das medidas administrativas necessárias para a contratação de fornecimento de combustíveis para atender as necessidades do Município de Duque Bacelar/MA.

O setor requisitante propõe que a referida contratação ocorra pela via do **Credenciamento**, enquadrado como procedimento auxiliar, com arrimo na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

Encaminhados os autos a este órgão de controle interno para, no exercício das funções legais estabelecidas no art. 72, III, da NLLC, apresentar parecer.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

A Lei n.º 14.133/2021 inovou ao detalhar as hipóteses de credenciamento no seu Art. 79, elevando-o à categoria de procedimento auxiliar de indiscutível eficiência prática. No caso específico do fornecimento de combustíveis para a frota pública, o objeto se amolda perfeitamente a duas hipóteses legais:

**ART. 79. O CREDENCIAMENTO PODERÁ SER USADO NAS SEGUIN-
TES HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO:**
**I - PARALELA E NÃO EXCLUDENTE: CASO EM QUE É VIÁVEL E VANTAJOSA
PARA A ADMINISTRAÇÃO A REALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES SIMULTÂNE-
AS EM CONDIÇÕES PADRONIZADAS;**
(...)



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

FLS. Nº 252

Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

III - EM MERCADOS FLUIDOS: CASO EM QUE A FLUTUAÇÃO CONSTANTE DO VALOR DA PRESTAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO INVIABILIZA A SELEÇÃO DE AGENTE POR MEIO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO.

A inviabilidade de competição decorre do fato de que a Administração Pública não busca selecionar uma proposta em detrimento de outra, mas sim **convocar todos os fornecedores aptos** que tenham interesse em fornecer o produto sob as mesmas regras pré-estabelecidas no edital de chamamento. Operada a habilitação dos interessados através do chamamento público, a contratação subsequente decorre de **Inexigibilidade de Licitação**, com fulcro no **Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.

Superada a possibilidade de contratação de forma direta por meio de credenciamento, passa-se à análise da tramitação do presente procedimento.

Compulsando os elementos que instruem a fase preparatória, verifica-se o estrito cumprimento das exigências formais contidas no parágrafo único do Art. 79 da NLLC.

A tramitação do feito resultou no credenciamento das licitantes W S COMBUSTÍVEL LTDA e O DUQUE LTDA.

Devidamente demonstrados os requisitos de HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL e CAPACIDADE TÉCNICA, regular a adjudicação das propostas apresentadas, sendo possível a homologação do resultado.

Destarte, possível concluir pela regularidade do procedimento administrativo e possibilidade de contratação das empresas selecionadas.

3 - DO CUMPRIMENTO DA IN 73/2022-TCE/MA

Em face da conclusão do certame licitatório, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa n.º 73/2022-TCE/MA, é impositiva a informação da contratação ao TCE/MA por meio do sistema eletrônico SINC-CONTRATA, encaminhando os documentos ao TCE/MA e Portal da Transparência da Administração Municipal.



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

FLS. Nº 283
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75

3 - CONCLUSÃO

Ex Positis, em estreito cumprimento às funções de Controle Interno e em análise da consulta formulada pela Secretaria Municipal de Administração, OPINA pela POSSIBILIDADE de contratação, mediante CREDENCIAMENTO, nos termos do art. 79, da NLLC, de fornecimento de combustíveis para atender as necessidades do Município de Duque Bacelar/MA.

É o parecer.

Salvo Melhor Juízo.

Duque Bacelar (MA), 03 de fevereiro de 2026.

Socorro feit.
Maria do Socorro Lima Furtado Moura de Freitas
Controladora Geral do Município de Duque Bacelar

Termo de Homologação - Credenciamento
Prefeitura Municipal de Duque Bacelar
Modalidade: Credenciamento - Edital Nº 001/2026 – Processo Nº 218/2025

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, Sr.(a) Gabriela de Almeida Furtado, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 1º, § 2º), após exame e deliberação do processo administrativo Nº **218/2025**, em observância ao Instrumento Convocatório (**Edital**) **001/2026**, que institui o(a) Credenciamento em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

Termo gerado com as propostas da data 01/02/2026 até a data 28/02/2026

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO:

Número do Lote: 1		Situação: Homologado	
Finalidade da Licitação:		Aquisição de Bens Comuns	
Item 1			
Objeto da Licitação:		GASOLINA COMUM	
Quantidade:		183.000 Litro(s)	
Valor de Referência:		R\$ 1.048.590,00	

Credenciados

Empresário	CPF	Homologado	Data e Hora da Homologação
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	Sim	22/01/2026, 16:50:00
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	Sim	28/01/2026, 00:11:39

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 2		Situação: Homologado	
Finalidade da Licitação:		Aquisição de Bens Comuns	
Item 1			
Objeto da Licitação:		ÓLEO DIESEL S10	
Quantidade:		214.800 Litro(s)	
Valor de Referência:		R\$ 1.295.244,00	

Credenciados

Participante	Documento de Identificação	Assinatura	Data e Hora da Credenciação
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	Sim	22/01/2026, 16:54:48
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	Sim	28/01/2026, 00:16:16

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 3

Situação: Homologado

Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	ÓLEO DIESEL COMUM
Quantidade:	248.400 Litro(s)
Valor de Referência:	R\$ 1.473.012,00

Credenciados

Participante	Documento de Identificação	Assinatura	Data e Hora da Credenciação
WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	Sim	22/01/2026, 16:58:03
O DUQUE LTDA	56.000.162/0001-84	Sim	28/01/2026, 00:19:54

Nenhum participante descredenciado no lote

Gabriela de Almeida Furtado

Autoridade Competente: Gabriela de Almeida Furtado,

Promotor: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar,

Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar

Termo gerado na plataforma BBMNET pelo usuário Gabriela de Almeida Furtado as 09:58:56 do dia 03/02/2026



TERMO DE CONTRATO Nº 0502/2026

PROCESSO Nº 218/2025

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
DUQUE BACELAR-MA E A EMPRESA SC
COMBUSTIVEIS LTDA**

CONTRATANTE: PREFEITURA DE DUQUE BACELAR/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.314.439/0001-75, com sede administrativa na Avenida Coronel Rosalino, s/n - Centro, CEP. 65625-000, no município de Duque Bacelar - Ma, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA - FUNDEB, com sede na Avenida Coronel Rosalino, s/n, Centro na cidade de DUQUE BACELAR /MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 30.768.891/0001-91, neste ato representado pelo Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, doravante designado CONTRATANTE e do outro lado:

CONTRATADA: SC COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93, sediado(a) na Rua Chica Rita, nº 360, Bairro Alto Bonito, em Duque Bacelar/MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, doravante designada CONTRATADA, com base na homologação do Credenciamento nº 01/2026, data de 28 de janeiro de 2026, firmam o presente contrato, sujeitando-se as partes às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e às condições seguintes

As partes acima nomeadas e pactuam o presente CONTRATO, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo nº 218/2025, derivado do Edital de Credenciamento n.º 01/2026, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações introduzidas por legislação posterior, e documentos que fazem parte integrantes do presente Processo Licitatório, têm entre si como consagrada as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto deste contrato é de credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da Secretaria municipal de Educação de Duque Bacelar-Ma.

1.2. O Serviço/produtos contratado deverá realizar procedimentos de acordo com seus atributos e legislação vigente, conforme procedimentos contratado (s), conforme o quantitativo pactuado a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O custo estimado unitário da contratação conforme valores descritos na tabela abaixo.

R\$ 1.631.448,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais)

SECRETARIA EDUCAÇÃO					
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT TOT	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	1500	18000	R\$ 5,73	R\$ 103.140,00
DIESEL S10	litro	10500	126000	R\$ 6,03	R\$ 759.780,00
DIESEL COMUM	litro	10800	129600	R\$ 5,93	R\$ 768.528,00
					R\$ 1.631.448,00



2.2. O preço utilizado para este procedimento foi tomando com base na última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços, publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>), da cidade de Teresina-PI.

2.3. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP, da cidade de Teresina-PI. (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).

A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na média estadual (Estado do Piauí) definida pela ANP.

2.4. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.

2.5. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme a demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

CLAUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Condições de Entrega

3.1.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de IMEDIATAMENTE, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (dia) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.1.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.2. Preço Referencial ANP – Credenciamento

3.2.1. O credenciamento dos postos revendedores e/ou distribuidoras de combustíveis será realizado com base nos preços praticados e divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotando-se como parâmetro a Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados), disponibilizada em planilhas eletrônicas no site da ANP <https://www.gov.br/anp/pt-br>.

3.3. Atualização de Preços

3.3.1. O preço referencial utilizado para pagamento deverá ser atualizado, tomando-se como base a última tabela disponibilizada na Série Histórica do Levantamento de Preços (Dados Agregados) publicada pela ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>).

3.3.2. A atualização ocorrerá a cada 15 (quinze) dias, aplicando-se o valor correspondente ao tipo de combustível fornecido no Município de referência ou, na ausência, na média estadual (Estado do Piauí, Teresina) definida pela ANP.

3.4. Proibição de Valores Superiores ao Preço ANP

3.4.1. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá praticar preços superiores aos valores de referência da ANP, sendo permitida apenas a prática de preços iguais ou inferiores, podendo ser ofertado desconto sobre o valor referencial.

3.5. Fornecimento Conforme Demanda

3.5.1. O fornecimento de combustíveis ocorrerá conforme a demanda real e variável da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma, não havendo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

3.5.2. Por tratar-se de credenciamento para atendimento contínuo e sob demanda, não é possível prever ou disponibilizar quantitativo total estimado de combustíveis a serem adquiridos durante o período de vigência do credenciamento.



3.6. Forma de Abastecimento

3.6.1. O abastecimento deverá ocorrer diretamente nos postos credenciados, mediante:

- a. Identificação do veículo ou equipamento;
- b. Autorização de servidor responsável ou sistema de controle de abastecimento;
- c. Registro em nota fiscal eletrônica contendo a quantidade exata e o tipo de combustível.

3.7. Qualidade do Combustível

3.7.1. Todos os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas vigentes da ANP, sendo o fornecedor responsável pela integridade, qualidade e procedência dos produtos entregues.

3.8. Obrigatoriedade de Autorização ANP

3.8.1. Somente poderão participar do credenciamento e efetuar o fornecimento empresas com autorização válida e ativa da ANP, devendo manter sua regularidade durante todo o período de vigência do credenciamento.

3.9. Controle e Fiscalização

3.9.1. Os fornecedores deverão disponibilizar relatórios detalhados sempre que solicitados pela Administração, contendo:

- a. data e horário do abastecimento;
- b. tipo de combustível;
- c. volume abastecido;
- d. veículo/equipamento atendido (constando-se informações da placa do veículo, quando possível);
- e. valor aplicado segundo a tabela ANP vigente.

3.9.2. A Prefeitura poderá auditar os valores e volumes, solicitar ajustes ou recusar abastecimentos inconsistentes.

3.10. Pagamento

3.10.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal eletrônica e relatório de abastecimentos, observando-se:

- a. preço ANP vigente na data da atualização quinzenal aplicável às entregas;
- b. o volume efetivamente consumido;
- c. os prazos e procedimentos definidos pela Prefeitura.

3.11. Credenciamento Amplo e Irrestrito aos Aptos, Vigência e Inclusão de Novos Credenciados

3.11.1. Serão credenciados todos os fornecedores que atenderem integralmente aos requisitos, condições e documentações exigidos no Edital, desde que possuam autorização válida da ANP para comercialização de combustíveis.

3.11.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de 01 (um) ano, permitindo a entrada contínua de novos fornecedores que atendam todos os requisitos exigidos.

3.11.3. A perda de autorização ANP ou irregularidade no fornecimento ocasionará descredenciamento imediato.

3.12. Os serviços prestados e os materiais fornecidos de acordo com o caso deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes no termo de referência.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DA ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 O prazo de entrega dos serviços/produtos deste contrato será em conformidade com o Termo de Referência, salvo outro prazo acordado entre as partes e de interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações da CONTRATANTE :

- a) pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;
- b) permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas



- autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como a prestação dos serviços referente à garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;
- e) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto deste contrato, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a Administração;
- f) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente à garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;
- g) acompanhar e fiscalizar os recebimentos dos materiais;
- h) notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados nos equipamentos, objeto do Edital, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários, quando do atendimento à Contratante, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente;
- i) atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;
- j) Fiscalizar o recolhimento dos encargos dos funcionários terceirizados contratados pela CONTRATANTE.
- k) A CONTRATANTE poderá promover a inclusão, exclusão e alteração de localização e características dos bens e serviços contratados a qualquer momento, com a correspondente alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As Obrigações da Contratada são:

- a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários à consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- c) arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.
- d) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- e) prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
- f) guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- h) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;



- i) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências, e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- j) cumprir todas as cláusulas dos acordos de dissídios coletivos das categorias profissionais envolvidas, homologados pela Justiça do Trabalho e/ou sindicatos respectivos, apresentando à CONTRATANTE cópias autenticadas desses acordos a cada homologação ocorrida;
- k) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, para a consecução do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e,
- l) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- m) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA E ATRIBUIÇÕES

7.1. A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.1. o prazo de validade;
- 8.2.2. a data da emissão;
- 8.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.5. o valor a pagar; e
- 8.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes se necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 8.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 8.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 8.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.12.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, na dotação abaixo discriminada:

02 02 05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER;
12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado;
12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE;
12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE;
12.361.0021.2069.0000 – Manutenção do PNTE/FNDE;
12.361.0021.2065.0000 – Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio;
02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Básica;
12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 30%;

Elemento de despesa:

3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, 05/02/2026 a 05/02/2027, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.

10.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

10.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do



valor inicial atualizado do contrato.

10.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A CONTRATANTE fiscalizará o contrato através de servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.2. A presença da fiscalização não atenua, nem elide, as responsabilidades da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE.

12.2 As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas na Lei nº 14.133/21.

12.3 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:

- i. de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- ii. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias e;
- iii. de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º dia (trigésimo primeiro dia, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21

13.1.1 A rescisão do Contrato poderá ser:

- i. determinada por ato unilateral e escrito da Administração da Contratante, nos casos enumerados na lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- ii. amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
- iii. judicial, nos termos da legislação.

13.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

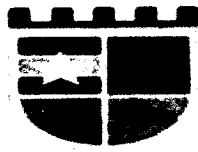
13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

14.1 As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pela Lei nº 14.133/21 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria geral



dos contratos e as disposições de direito privado, as normas do Conselho Pertinente e ainda as regras da Lei nº 8.078 de 1990, bem como as demais leis específicas de acordo com os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

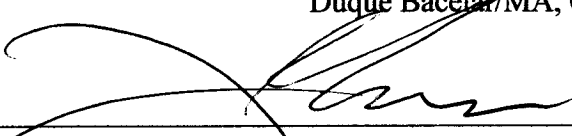
16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e de acordo com o previsto na Leinº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO FORO

17.1.É competente o foro da cidade de Coelho Neto-Ma com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

17.2.Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Duque Bacelar/MA, 05 de fevereiro de 2026.



Jales Moura de Freitas Carvalho,
Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE

gov.br

Documento assinado digitalmente
SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
Data: 05/02/2026 18:49:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
CPF nº 022.080.923-25
RG nº 0276078020044 GEJSPC-MA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ: 15.458.188/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:22:53 do dia 12/01/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/07/2026.

Código de controle da certidão: **30D0.69A9.2DB7.F1F1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 15.458.188/0001-93
Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA
Endereço: RUA CHICO RITA 360 / ALTO BONITO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2026 a 10/02/2026

Certificação Número: 2026011204503164234000

Informação obtida em 14/01/2026 18:02:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatarem nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: SC COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ 15.458.188/0001-93; situado na Rua Chico Rita, nº 360, Alto Bonito, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 03 de dezembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Roldany da S. Almeida
Chefe de Administração Financeira





PREFEITURA DE
**DUQUE
BACELAR**
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatarem nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: SC COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ 15.458.188/0001-93; situado na Rua Chico Rita, nº 360, Alto Bonito, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 03 de dezembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Antonio Carlos Rauliany da S. Almeida
Chefe de Administração
Secretaria de Administração





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 366830/25

Data da

19/11/2025 11:21:35

Inscrição Estadual: 123833809

CPF/CNPJ: 15458188000193

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço: RUA CHICO RITA, 360 CEP: 65625000 - ALTO BONITO

Telefone: (98)34732402

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 17/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.458.188/0001-93

Certidão nº: 2751001/2026

Expedição: 12/01/2026, às 17:20:46

Validade: 11/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SC COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.458.188/0001-93**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



FLS. Nº 270
Rubrica _____

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 003282/26

Data da

12/01/2026 17:25:15

Inscrição Estadual: 123833809

CPF/CNPJ: 15458188000193

Razão Social: SC COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço: RUA CHICO RITA, 360 CEP: 65625000 - ALTO BONITO

Telefone: (98)34732402

Município: DUQUE BACELAR

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

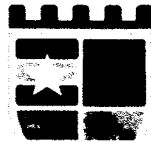
Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 12/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 21/01/2026 15:12:25



PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA

CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 271
Rubrica _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0502/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER e a empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Duque Bacelar - Ma. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Credenciamento n.º 01/2026, **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21/2023, e demais legislação aplicável. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.631.448,00 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais); **VIGÊNCIA:** 05/02/2026 a 05/02/2027. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** 02 02 05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER; 12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado; 12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação - MDE; 12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE; 12.361.0021.2069.0000 - Manutenção do PNTE/FNDE; 12.361.0021.2065.0000 - Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio; 02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Basica; 12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 30%; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; **SIGNATÁRIOS:** Srº Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e o Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, Secretário Municipal de Educação pela contratante. Duque Bacelar/MA, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650 Assessor Jurídico



Duque Bacelar/MA, 01 de junho de 2026. Sr. Leojaim dos Santos Oliveira, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras.

Identificador: 4175-814f1b970cf5b2b3cc0d74ff8da033c21e188cca

EXTRATO DE CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL Nº 2505/2026**EXTRATO DE CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL
Nº 2505/2026**

ORIGEM: Processo Administrativo nº 132/2026; Inexigibilidade nº 0 14/2026-AD. **EXPROPRIANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.314.439/0001-75; **EXPROPRIADO:** Antonio Cardoso Oliveira, portador do CPF nº 347.326.083-53; **OBJETO:** Desapropriação de Imóvel urbano localizado na Rua Atenir Dutra da Silva, Lote 10, Planta Quadra 26, Bairro José Furtado, nesta cidade de Duque Bacelar-MA, com as seguintes medidas e confrontações: 16,79 m de frente, confrontando-se com a Rua Atenir Dutra da Silva, com 24,80 m de lateral direita, confrontando-se com o lote 11, 22,02 m de lateral esquerda, confrontando-se com o lote 09 e 17,04 m de fundos, confrontando-se com José Machado Vilar, perfazendo total de 393,63 m2 (trezentos e noventa e três, virgula sessenta e três metros quadrados). Tal imóvel foi declarado como de utilidade pública pelo Decreto nº 010/2026, para fins de ampliação da escola municipal do Bairro José Furtado; **AMPARO LEGAL:** Realizada com base nos termos do art. 74, V, da Lei nº 14.133/21 e de forma amigável, nos termos do Decreto-Lei nº 3365/41; **VALOR TOTAL:** R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser pago da seguinte forma:

- a) R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), no ato da assinatura do presente contrato;
b) R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato;
R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), 60 (sessenta) dias após a assinatura do presente contrato

SIGNATÁRIOS: Srº Antonio Cardoso Oliveira, portador do CPF nº 347.326.083-53, pela contratada e o Sr. **Francisco Flávio Lima Furtado**, portador de CPF nº 396.299.293-68, Prefeito Municipal pela contratante. Duque Bacelar/MA, 25 de maio de 2026.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650
Assessoria Jurídica

Identificador: 4175-e687ca78a0795cbdf81baf160d0b734ebde3719f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050201/2026**EXTRATO DE CONTRATO Nº 050201/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE SAÚDE e a empresa SC COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Duque Bacelar - Ma. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Credenciamento nº 01/2026. **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21/2023, e demais legislação

aplicável. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.017.576,00 (hum milhão, dezessete mil, quinhentos e setenta e seis reais). **VIGÊNCIA:** 05/02/2026 a 05/02/2027. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 02 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 10.122.0024.2145.0000 - MANUT. e FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO SUS; 10.301.0024.2189.0000 - MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO da ATENÇÃO PRIMÁRIA 10 305 0024 2085 0000 - Manutenção da Vigilância em Saúde; 10 301 0024 2135 0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saude - FMS 10 302 0024 2081 0000 - Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi; 02 02 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL; 08.244.0027.2148.0000 - Manut. e Funcionamento do FMAS. 08.243.0026.2147.000 - Manut e Funcionamento do Prog. Primeira Infância; 08.244.0025.2096.000 - Manut das atividades dos Serviços Proteção Social Básica; 08.244.0034.2103.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDBF; 08.244.0034.2104.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDSUAS; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;; **SIGNATÁRIOS:** Srº Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e a Sr.ª Ana Leonor Batista Burlamaqui, CPF nº 643.749.203-15, Secretária Municipal de Saúde pela contratante. Duque Bacelar/MA, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650 Assessor Jurídico

Identificador: 4175-5e0f3a770ecb1ac784c421b1f8f8f05672b43ce7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0502/2026**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0502/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER e a empresa SC COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Duque Bacelar - Ma. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Credenciamento nº 01/2026, **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21/2023, e demais legislação aplicável. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.631.448,00 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais); **VIGÊNCIA:** 05/02/2026 a 05/02/2027. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 02 05 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER; 12 361 0021 2066 0000 Manutenção do Transporte Escolar - Recurso do Estado; 12.361.0019.2125.0000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação - MDE; 12.361.0020.2064.0000 - Manutenção do QSE; 12.361.0021.2069.0000 - Manutenção do PNTE/FNDE; 12.361.0021.2065.0000 - Manutenção do Transporte Escolar Recurso Próprio; 02 02 06 - FUNDEB -Fundo de Manut. E Deserv. da Educação Básica; 12.361.0019.2057.0000 - Ensino Fundamental - Fundeb 30%; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; **SIGNATÁRIOS:** Srº Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e o Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, Secretário Municipal de Educação pela contratante. Duque Bacelar/MA, 05 de





fevereiro de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050203/2026

Identificador: 4175-0ee3e0b0d51725d2bf787342a634132ef724af04

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050203/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050202/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050202/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da Sec. Mun. de Administração e Finanças e a empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da Secretaria municipal de Administração e Finanças de Duque Bacelar - Ma. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Credenciamento n.º 01/2026. **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21/2023, e demais legislação aplicável. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.109.376,00 (um milhão, cento e nove mil, trezentos e setenta e seis reais). **VIGÊNCIA:** 05/02/2026 a 05/02/2027. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 020201 GABINETE DO PREFEITO 04 122 0003 2141 0000 MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO DO GAB. DO(a) PREFEITO(a); 04.124.0004.2142.0000 MANUT. e FUNC. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM; 04.121.0004.2021.0000 Planejamento, Acompanhamento das Ações do Governo; 02 02 03 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS; 04.122.0003.2017.0000 Manutenção e Funcinamento da Unidade Administrativa; 25.752.0016.2051.0000 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública 020213 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA 20 605 0010 2030 0000 Apoio e Manutenção de Ações p Fortalecimento Agric. Familiar; 20 605 0010 2031 0000 Atividade de Apoio a Produção e Comercialização da Piscicult; 20 605 0011 2032 0000 Atividade de Apoio aos Pequenos Criadores; 20 606 0010 2029 0000 Apoio e Manutenção para Implantação de Quintal Produtivo; 20 606 0010 2170 0000 Fortalecimento da Patrulha Agrícola 020216 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PRESERV. DOS REC. NAT 18 122 0003 2132 0000 Manut das Atividades da Sec. de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; **SIGNATÁRIOS:** Srº Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e Srº. Gabriela de Almeida Furtado, inscrito no CPF nº 056.754.243-26, Secretário Municipal de Administração e Finanças, pela contratante. Duque Bacelar/MA, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650 Assessor Jurídico

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da Sec. Municipal de Assistência Social / Fundo de Assistência Social, CNPJ: 17.894.042/0001-16 e a empresa SC COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.458.188/0001-93; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas e autorizadas para fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social Desenvolvimento Econômico E Segurança Alimentar E Fundo Mun.De Assistência Social de Duque Bacelar - Ma. Conforme especificações contidas no processo licitatório modalidade Credenciamento n.º 01/2026. **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21/2023, e demais legislação aplicável. **VALOR GLOBAL:** R\$ 58.446,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). **VIGÊNCIA:** 05/02/2026 a 05/02/2027. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 02 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL; 08.244.0027.2148.0000 - Manut. e Funcionamento do FMAS. 08.243.0026.2147.000 - Manut e Funcionamento do Prog. Primeira Infância; 08.244.0025.2096.000 - Manut das atividades dos Serviços Proteção Social Básica; 08.244.0034.2103.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDBF; 08.244.0034.2104.0000 - Manutenção e Funcionamento do IGDSUAS; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; **SIGNATÁRIOS:** Srº Silvanildo da Conceição Castro, portador do CPF nº 022.080.923-25, pela contratada e a Srª Gilmara Kilma da Silva Miranda, CPF nº 841.838.453-00, Secretária Municipal de Assistência Social pela contratante. Duque Bacelar/MA, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI 4650 Assessor Jurídico

Identificador: 4175-a3509413dbeedd8078154ed2a41a84094eb306e9

Identificador: 4175-ccf9efe2fc6e0346ae2bf89fe74dfa550bfa8fdb

